

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
NÚCLEO DE ESTUDOS TRABALHO, SOCIEDADE E COMUNIDADE

Fernando Pedrazolli Filho

**A valorização dos desvalorizados:
(des)encontros entre luta pela terra e cultura caipira no Nordeste Paulista**

São Carlos-SP
Março de 2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Fernando Pedrazolli Filho

**A valorização dos desvalorizados:
(des)encontros entre luta pela terra e cultura caipira no Nordeste Paulista**

Texto apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Sociologia, sob a orientação da Prof. Dra. Rosemeire Ap. Scopinho.

São Carlos-SP
Março de 2015

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da
Biblioteca Comunitária da UFSCar**

P371vd Pedrazolli Filho, Fernando.
A valorização dos desvalorizados : (des)encontros entre
luta pela terra e cultura caipira no nordeste paulista /
Fernando Pedrazolli Filho. -- São Carlos : UFSCar, 2015.
131 f.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de São
Carlos, 2014.

1. Sociologia rural. 2. Brasil - caipiras - cultura. 3.
Encontro Nacional de Violeiros. 4. Enraizamento. 5.
Movimento dos sem-terra. 6. Pensamento dualista. I. Título.

CDD: 307.72 (20ª)



Universidade Federal de São Carlos
Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Sociologia
Rodovia Washington Luís, Km 235 – Cx. Postal 676
13565-905 São Carlos-SP - Fone/Fax: (16) 3351.8673
www.ppgs.ufscar.br - Endereço eletrônico: ppgs@ufscar.br

FERNANDO PEDRAZOLLI FILHO

Dissertação de Mestrado em Sociologia apresentada à Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos para obtenção do título de em Sociologia.

Aprovada em 10 de setembro de 2014

BANCA EXAMINADORA:

Profª Dra. Rosemeire Aparecida Scopinho
Orientador(a) e Presidente
Programa de Pós-Graduação em Sociologia/UFSCar

Prof. Dr. José Marcelino Rezende Pinto
Universidade de São Paulo

Profª Dra. Maria Inês Rauter Mancuso
Universidade Federal de São Carlos

Para uso da CPG

Homologado na 51.ª Reunião da CPG-
Sociologia, realizada em 01/10/14

Profª Dra. Jacqueline Sinhoretto
Coordenadora do PPGS

Dedico esta dissertação aos trabalhadores rurais, que continuam a ser expropriados e desclassificados de diversas formas, mas que sustentam este país e de quem somos todos herdeiros.

O caipira é, antes de mais nada, um homem livre¹.

Antonio Candido

¹ Trecho de fala de Antonio Candido em: FERRAZ, Isa G. *Os caipiras*, 2001. Documentário disponível em <www.youtube.com/watch?v=COgTtPtMaTc>.

AGRADECIMENTOS

Agradeço:

primeiramente, a minha orientadora, professora Rosemeire Ap. Scopinho, por aceitar orientar meu trabalho, pelos ensinamentos, pelas correções e por dar-me a oportunidade de conhecer mais profundamente o mundo dos assentamentos rurais. Agradeço, também, por sua compreensão, sua calma e seu posicionamento, essenciais para a conclusão desta pesquisa, frente às angústias e aos problemas vividos pelos pós-graduandos em tempos marcados pelo produtivismo, muitas vezes, hostis à reflexão crítica da sociedade.

aos membros da banca de qualificação, os mesmos presentes na banca de defesa, José Marcelino R. Pinto e Maria Inês R. Mancuso, pela avaliação, pelas correções, pelas críticas e sugestões que melhoraram significativamente este trabalho e influíram diretamente nos resultados e nas minhas conclusões.

à CAPES, agência financiadora que possibilitou a realização desta pesquisa.

aos funcionários do PPGS, principalmente, à Silmara, secretária do Programa, cuja disposição e ajuda foram fundamentais em vários momentos.

aos funcionários da Biblioteca Octávio Ianni, do IFCH, onde passei boa parte do meu tempo nesses últimos anos.

aos amigos do NUESTRA, pela convivência e pelas leituras e discussões atentas de nossos trabalhos.

aos professores que contribuíram não só para minha formação mas, também, para a minha visão de mundo e meu posicionamento frente ao mundo acadêmico, especialmente: Rosemeire Scopinho, Fernando A. Lourenço, Oswaldo Sevá, José Carlos A. Pereira, Sérgio Silva, Maria Ap. Moraes Silva e Alexandro H. Paixão.

aos amigos da turma de mestrado 2012 do PPGS, pelo convívio, pelos churrascos, pelas conversas, pelos desabafos e troca de experiências essenciais num processo de aprendizado como é o mestrado.

às amigas e aos amigos: Zé Cláudio, Peixe, Aline, Robson, Gabi, Fabinho, Márcia, Keith, Rita Lopes e Ana. Pessoas que me ajudaram de diversas formas no processo de realização deste trabalho.

Aos assentados do Sepé Tiaraju, interlocutores desta pesquisa e, agora, grandes amigos, que me acolheram em suas casas, compartilharam suas histórias de vida e me ensinaram muito sobre a vida, sobre a terra e sobre a reforma agrária.

ao pagode do Souza e a todos que fizeram acontecer este projeto não projetado, tornando menos ordeira nossa passagem pela universidade. Acredito que conseguimos construir, durante um longo tempo, um espaço de liberdade, tolerância, aprendizado e muita crítica que pôde, em larga medida, questionar o elitismo arraigado da universidade e também o fechamento crescente dos seus espaços.

aos meus pais, Maralina e Fernando, e minha irmã, Janaina, que deram-me apoio incondicional e todas as condições para realização deste trabalho. Devo a eles tudo o que construí até hoje, e os considero, sem dúvida, meus maiores exemplos de vida.

à Gabriela, minha companheira de vida, pela convivência, pela compreensão, pelas críticas, e por estar ao meu lado em todos os momentos, nunca me deixando cair.

RESUMO

Nesta dissertação, procuramos compreender e analisar os significados dos discursos de valorização da cultura caipira, presentes nas cinco edições do evento denominado Encontro Nacional de Violeiros - concebido e organizado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra [MST-SP], entre os anos de 2003 e 2009 -, e seus desdobramentos para o processo organizativo dos assentados da Região Nordeste Paulista. Nossa principal hipótese é a de que a valorização da cultura caipira configurou-se como uma estratégia organizativa do MST relacionada com o ideal de "enraizamento" de seus assentados num período em que o Movimento procurava consolidar-se na região de Ribeirão Preto - cidade que ostenta o título de capital nacional do agronegócio. Esse processo ocorreu contrariamente ao imaginário social depreciativo sobre o caipira, hegemônico ao longo do século passado, e que, sob o pensamento dualista, o considerava o típico representante do "passado rural arcaico" brasileiro, ou seja, a antítese da modernização do país. O referencial teórico desta pesquisa parte da crítica a este estilo de pensamento, realizada pela Escola Sociológica Paulista, que foi responsável por interpretar o caipira e a sua cultura a partir do movimento histórico-dialético manifestado, especificamente, no tipo de desenvolvimento capitalista adotado no Brasil. Ao observar os movimentos recentes de valorização da cultura caipira, um dos quais consideramos ser o campo empírico deste trabalho, reafirmamos a atualidade deste debate. O método de observação e coleta de informações baseou-se em duas fontes: uma documental, que se refere ao conjunto de entrevistas realizadas no período dos Encontros de Violeiros, cujo objetivo foi o de construir parte da memória do evento; e, outra, resultado de nosso trabalho de campo feito em um assentamento da região, no qual realizamos entrevistas semiestruturadas com os assentados que participaram ativamente da concepção e construção do Encontro Nacional de Violeiros. Acreditamos que esta pesquisa trouxe elementos para pensarmos criticamente a cultura caipira não apenas enquanto sobrevivência de um passado a ser valorizado, mas sim enquanto parte de um processo histórico concreto que hoje atua, contraditoriamente, na realidade dos assentamentos de reforma agrária.

Palavras-chave: cultura caipira, Encontro Nacional de Violeiros, enraizamento, MST, pensamento dualista.

ABSTRACT

This essay seeks to analyse the meanings of appreciation of the *caipira* culture, present at five editions of the National Meeting of Guitarists - conceived and organized by the Rural Landless Workers Movement [MST-SP], between the years 2003 and 2009 -, and its implications for the organizational process of the settlers of the Northeast of the State of São Paulo. Our main hypothesis points out that the appreciation of the *caipira* culture was configured as an organizational strategy of MST, directly related with the “rooting” of its settlers in a period in which the Movement sought to establish itself in the region of Ribeirão Preto – a town that boasts the title of the national capital of agribusiness. This process occurred in reaction to the social derogatory imagery about the *caipira*, hegemonic during the last century, and that under the dual thinking, started to be considered the typical representative of the Brazilian “archaic rural past”, this is, the antithesis of the modernization process of the country. The theoretical framework of this research is critical to this school of thought - held by the Paulista Sociological School - which was responsible for interpreting the *caipira* and its culture from the historical-dialectical movement manifested, specifically, in the type of capitalist development adopted in Brazil. By observing the recent movements of appreciation of *caipira* culture, one of which we consider to be the empirical field of this work, we reaffirm the relevance of this debate. The method of observation and data collection is based on two sources: a documental one, which refers to the interviews carried on the *Meetings of Guitarists* aiming to build part of the event memory; and another one, result of our fieldwork done in a settlement of the region in which we conducted semi-structured interviews with settlers who actively participated in the design and construction of the *National Meeting of Guitarists*. We believe that this research brought important elements to think critically about the *caipira* culture not only as the survival of a past to be appreciated, but as part of a concrete historical process which, in the present, acts in a contradictory reality of agrarian reform settlements.

Key-words: *caipira* culture, National Meeting of Guitarists, rooting, MST, dual thinking.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- II PNRA: Segundo Plano Nacional de Reforma Agrária (2003)
- Abag: Associação Brasileira do Agronegócio
- ANVB: Associação Nacional de Violeiros do Brasil
- BM: Banco Mundial
- BT: Banco da Terra
- CAF: Consolidação da Agricultura Familiar
- CEPAL: Comissão Econômica para América Latina
- CFPR : Crédito Fundiário de Combate à Pobreza Rural
- Conab: Companhia Nacional de Abastecimento
- CPCs: Centros Populares de cultura da UNE
- CPR: Combate à Pobreza Rural
- CPT: Comissão Pastoral da Terra
- DPsi: Departamento de Psicologia da UFSCar
- ECA: Escola de Comunicação e Artes da USP
- Embrapa: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
- Enff: Escola Nacional Florestan Fernandes
- ESP: Escola Sociológica Paulista
- FHC: Fernando Henrique Cardoso
- FT: Fundo da Terra
- Incra: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
- Iseb: Instituto Superior de Estudos Brasileiros
- MDA: Ministério do Desenvolvimento Agrário
- MEPF: Ministério Extraordinário de Política Fundiária
- Mirad: Ministério da Reforma Agrária e Desenvolvimento
- MPB: Música popular Brasileira
- MRAM: Modelo de Reforma Agrária de Mercado
- MST: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
- NPT: Nossa Primeira Terra
- NUESTRA: Núcleo de Estudos Trabalho, Sociedade e Comunidade
- PAA: Programa de Aquisição de Alimentos
- PCPR: Programa de Combate à Pobreza Rural
- PCT: Programa Cédula da Terra
- PDS: Projeto de Desenvolvimento Sustentável
- PNCF: Programa Nacional de Crédito Fundiário
- PNRA: (I) Plano Nacional de Reforma Agrária (1985)
- Pronaf: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

- RAM: Reforma Agrária de Mercado
- SAFs: Sistemas Agroflorestais
- TL: Terra para a Liberdade
- TNB: Terra Negra Brasil
- UFSCar: Universidade Federal de São Carlos
- UDR: União Democrática Ruralista
- UNE: União Nacional dos Estudantes
- USP: Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
CAPÍTULO 1: O CAIPIRA NO PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO.....	24
1.1. A questão racial no debate entre Monteiro Lobato e Cornélio Pires	25
1.2. O caipira no debate acadêmico	28
1.3. A Escola Sociológica Paulista e a Crítica ao dualismo	29
1.3.1. Apontamentos sobre a formação do pensamento social da Escola Sociológica Paulista	30
1.3.2. O caipira segundo a Escola Sociológica Paulista.....	32
1.4. A dualidade do gênero caipira / sertanejo na música popular	33
CAPÍTULO 2: DO CAIPIRA AO ASSENTADO: A REGIÃO NORDESTE PAULISTA.....	39
2.1. O desenvolvimento precário, predatório e excludente da Região Nordeste Paulista	41
2.1.1. O ciclo do café.....	44
2.1.2. A formação e a expansão da economia açucareira.....	46
2.1.3. O boia-fria	47
2.2. O agronegócio como continuidade do "poder do atraso"	50
2.3. Reforma agrária e agronegócio: dois projetos em disputa.....	55
2.3.1. A adoção da "política de assentamentos" como política compensatória a partir da redemocratização.....	57
2.3.2. O Modelo de Reforma Agrária de Mercado (MRAM)	61
2.3.3. Continuidade do MRAM no Governo Lula	64
2.4. O MST e o agronegócio.....	66
CAPÍTULO 3: "FESTA, TRABALHO E PÃO": O ENCONTRO NACIONAL DE VIOLEIROS DO MST	70
3.1. Histórico dos Encontros.....	71
3.1.1. O I Encontro	72
3.1.2. O II e o III Encontros	74
3.1.3. Criação da Associação Nacional de Violeiros do Brasil (ANVB).....	75
3.1.4. O IV Encontro	78
3.1.5. As oficinas preparatórias.....	79
3.2. Valorização da cultura caipira como estratégia organizativa do MST	82

3.2.1. Valorização da viola, dos violeiros e das manifestações culturais caipiras	83
3.2.2 Enfrentamento ao agronegócio.....	85
3.2.3. Estratégia de enraizamento.....	91
CAPÍTULO IV: O ENCONTRO NACIONAL DE VIOLEIROS REVISITADO: CONSENSOS E DISSENSOS	97
4.1 Impressões sobre o processo organizativo do Assentamento PDS Sepé Tiaraju	98
4.2. Consensos e dissensos sobre os Encontros como estratégia organizativa	106
CONSIDERAÇÕES FINAIS	120
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	127

INTRODUÇÃO

Nesta dissertação, procuramos compreender os movimentos de valorização da cultura caipira observados recentemente no Brasil. Esta questão será tratada por meio da análise do significado do evento denominado Encontro Nacional de Violeiros, organizado pelo MST-Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Regional de Ribeirão Preto-SP - nos anos 2000, para o processo organizativo dos trabalhadores rurais assentados no nordeste paulista.

Durante o século passado, a imagem do caipira esteve relacionada aos discursos sobre a modernização, o desenvolvimento e o progresso. No pensamento social brasileiro, este personagem assumiu diferentes significados, caricaturou-se por estar sempre atrelado a determinadas ideologias e projetos de desenvolvimento em disputa. Por este motivo, foi uma das figuras mais negativamente marcadas pela modernização capitalista no Brasil. Sob o estigma da depreciação, o caipira e o seu universo cultural foi um típico representante do passado rural "arcaico" que deveria ser destruído em nome do desenvolvimento.

Este "modo de pensar" caracterizou o chamado "estilo de pensamento dualista" (MARTINS, 1981) que acompanhou o tipo de desenvolvimento capitalista brasileiro: excludente, precário e predatório (IANNI, 2004; OLIVEIRA, 2003; PRADO Jr, 2000). Esse pôs a seu serviço a grande maioria da população, predominantemente rural, desenraizada e sempre migrante, que "modernizou" o país sem desfrutar dos padrões de vida considerados modernos (CÂNDIDO, 1971). A dualidade entre o "progresso" e o "atraso", inerente a este modo de pensar, cumpriu seu papel ideológico nesse processo.

A obra de Monteiro Lobato do início do século XX e, especialmente, seu personagem "Jeca Tatu" - preguiçoso, doente, sujo, "inadaptável à civilização" (LOBATO, 2009b) -, povoa ainda hoje o imaginário depreciativo sobre o caipira. Esta caricatura consagrou-se num contexto de rápida modernização e urbanização pelo apelo raciológico e higienista, paradigmas que marcaram a construção do personagem (SANTOS, 2003). O folclorista Cornélio Pires, contemporâneo de Lobato, disputou com este autor a definição de "caipira" sob a ótica da valorização. Entretanto, o Jeca Tatu, sob o crivo dualista, foi o mais apropriado pela indústria cultural e pelo imaginário social.

Críticas ao pensamento dualista foram elaboradas a partir dos anos cinquenta, já no debate acadêmico, e serviram, ao mesmo tempo, como críticas ao modelo dominante de

desenvolvimento econômico - à época, o chamado desenvolvimentismo. Antônio Cândido (1971) incorporou o método etnográfico, usado anteriormente pelos chamados "estudos de comunidade", para estudar este tipo social e chegou a conclusões inovadoras. Concordando com seus antecessores, o modo de vida caipira, para ele, encontrava-se em "desajuste" pelo processo de modernização capitalista, porém este processo poderia ser reparado por uma reforma agrária que assegurasse uma distribuição mais justa dos benefícios trazidos pelos padrões de vida construídos na modernidade.

Foram os autores da chamada "Escola Sociológica Paulista" que, nos anos sessenta, fizeram a crítica mais contundente ao dualismo, mostrando que, no Brasil, o "moderno" alimenta-se da reprodução do "atraso", ou seja, estes dois pólos, constituem-se numa relação *sui generis*, e esta não é a de negação, como pressupunha aquele modelo (MARTINS, 1981). Podemos incluir José de Souza Martins e Maria Isaura Pereira de Queiróz como representantes dessa escola de pensamento (BASTOS, 2002). Entretanto, acreditamos que o imaginário depreciativo, que associa o caipira ao atraso da sociedade brasileira permaneceu hegemônico. Do mesmo modo, o triunfo do tipo de desenvolvimento excludente, precário e predatório na segunda metade do século XX, cristalizou essa imagem.

Nos anos 2000, os assentamentos rurais organizados pelo MST² na Região Nordeste Paulista encontravam-se, concretamente, no processo de luta contra o tipo triunfante de desenvolvimento na região e foram protagonistas de um processo que pode ser caracterizado como uma tentativa de valorização da cultura caipira. A série de eventos denominada Encontro Nacional de Violeiros, concebida e realizada pelo Movimento, especialmente a sua quarta edição, que elegemos como campo empírico desta investigação, teve o objetivo de valorizar a cultura caipira como elemento ideológico para enfrentamento ao agronegócio.

Na visão desse Movimento social, que é considerado, historicamente, um dos mais influentes da América Latina, o agronegócio representa, atualmente, o principal obstáculo à luta pela reforma agrária por dar continuidade ao tipo de desenvolvimento rural excludente e renovar a força política e econômica da velha elite agrária brasileira, dando-lhe uma roupagem modernizante. Há, ainda, uma intensa propaganda que traz um falso discurso salvacionista desse setor, ou seja, que o trata como expressão atual da moderna agricultura brasileira racionalizada, homogênea e altamente produtiva, responsável pelos índices positivos da balança comercial

² Usaremos "Movimento" ou a sigla "MST" para nos referir ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

(HEREIDA, PALMEIRA, LEITE, 2010) -, mas que esconde graves problemas sociais e ambientais gerados por esse tipo de agricultura: os altos índices de emprego de trabalho em situação análoga à escravidão, a depredação ambiental, os conflitos e mortes no campo, a grilagem de terras, entre muitos outros problemas relacionados a esse tipo de modernização agrícola (OLIVEIRA; STEDILE, 2005). Com o triunfo ideológico do agronegócio a partir dos anos neventa, novos elementos foram introduzidos nesse campo de disputas e o Encontro Nacional de Violeiros pode ser considerado um desdobramento desse processo.

A cidade de Ribeirão Preto-SP foi o local escolhido para a realização dos Encontros³, justamente porque é nacional e internacionalmente conhecida como a capital nacional do agronegócio por concentrar grande parte dos negócios e da imagem triunfante do setor e, por isso, também, concentra grande parte dos efeitos socioambientais e trabalhistas negativos trazidos por ele. Segundo Scopinho (2012, p. 26):

Na macroregião de Ribeirão Preto-SP, região agrícola das mais importantes do país, o processo de inovações tecnológicas e organizacionais em curso no mundo empresarial e as mudanças na política econômica do governo Collor nos anos noventa, contribuíram para intensificar a reestruturação produtiva, especialmente no setor sucroalcooleiro que tem sido uma espécie de propulsor da economia regional. A reestruturação deste setor gerou descontinuidades e rupturas na ordem social regional. Na mesma medida de sua importância para a economia regional e nacional, e na mesma velocidade em que ocorrem as mudanças, o modo de organização e gestão e da produção gera um conjunto de impactos socioambientais negativos.

Desde os anos setenta, a questão social do boia-fria - trabalhadores assalariados rurais temporários - tem chamado a atenção da sociedade por ser bastante expressivo o número de trabalhadores que não têm seus direitos trabalhistas e de cidadania respeitados, o que caracteriza situações análogas ao trabalho escravo e se traduz em situações epidemiológicas graves relacionadas aos acidentes, ao adoecimento e às mortes ocasionadas pelo exercício das atividades laborais. Os mecanismos de vigilância e controle social desses problemas são frágeis e insuficientes, pois o Estado desenvolve ações fragmentadas e desarticuladas e o movimento sindical encontra-se politicamente fragilizado para enfrentá-los. Em suma, o desemprego estrutural e a precarização recente das relações e condições de trabalho, associados às mudanças nos dispositivos legais que regulam os compromissos trabalhistas e sociais historicamente firmados entre o capital e o trabalho, são processos sociais recorrentes há décadas na região e resultam no agravamento da pobreza entre os trabalhadores rurais.

Dadas essas características históricas do município, podemos inferir que as transformações pelas quais passou o seu meio rural guardam grande relação com as trajetórias de vida dos que povoam a região, e são dessas características que se valem as referências ideológicas para as quais apela a propaganda do agronegócio: como o "rural bem sucedido". Um

³ Usaremos "Encontro(s) de Violeiros" ou "Encontro(s)" para nos referir à série de edições do Encontro Nacional de Violeiros.

bom exemplo é a "Festa do Peão de Boiadeiro de Barretos", que ocorre dentro da macroregião de Ribeirão Preto, um grande evento de celebração do agronegócio que retrata a ostentação de seu poder e seu espaço de inserção na indústria cultural. Por outro lado, dadas essas características regionais, esse cenário tornou-se um campo privilegiado para a valorização da cultura caipira. Isto foi comprovado pela grande aceitação que tiveram os Encontros de Violeiros na cidade. Por esses motivos, consideramos que o Encontro Nacional de Violeiros oferece uma rica possibilidade de análise dos significados dados à valorização da cultura caipira, atualmente, em um processo social concreto.

Os Encontros ocorreram em cinco edições, entre os anos de 2003 e 2009. Foram concebidos, organizados e construídos por acampados e assentados do MST no Centro de Formação Dom Helder Câmara que, na época, se localizava no Sítio Pau D´Alho, no município de Ribeirão Preto. Pode-se dizer que esta iniciativa configurou-se como um dos desdobramentos de um processo de reorientação das diretrizes organizativas do Movimento que, a partir de meados dos anos noventa, deu origem ao Coletivo de Cultura e à valorização dos aspectos culturais na militância. Essa inovação organizativa foi responsável, entre outros, por contribuir para se pensar os assentamentos organizados pelo MST como espaços de realização de ideais anticapitalistas, baseados em uma nova matriz tecnológica orientada para a agroecologia e para o cooperativismo (MST, 2001).

O I Encontro de Violeiros começou com uma ideia simples entre assentados, acampados e alguns violeiros simpatizantes e militantes do Movimento: reunirem-se para tocarem e confraternizarem. O local concebido foi embaixo de uma grande figueira que depois tornar-se-ia símbolo do Encontro. Ao longo dos anos, o evento foi crescendo, profissionalizando-se e estruturando-se para manter a qualidade conforme a demanda e, também, foi nacionalizando-se, isto é, foi intensificando-se a participação de outras Regionais, Estaduais e, também, da Direção Nacional do MST em sua organização. No processo organizativo dos Encontros, priorizava-se o trabalho cooperado que se realizava em oficinas preparatórias responsáveis por dar formação aos participantes e, ao mesmo tempo, contribuir na sua construção. Essas iniciativas eram pensadas para contraporem-se à lógica heterogerida de trabalho e da espetacularização da cultura.

Por meio da análise de parte do material empírico, constatamos que os sentidos da valorização da cultura caipira no Encontro deram-se sob três eixos: 1) valorização da viola, como um dos mais importantes símbolos da cultura caipira, dos violeiros e das manifestações populares

caipiras; 2) valorização da "cultura de raiz" em oposição ou como alternativa à "cultura massificada" - da qual, segundo os organizadores, se utiliza o agronegócio para sua autopromoção; 3) estratégia de enraizamento dos assentados - proporcionada pela releitura das tradições camponesas aplicadas no processo cotidiano da construção dos Encontros. Nesse sentido, foram realizadas, por exemplo, práticas de trabalho coletivo e cooperado em oposição à lógica competitiva e precarizante do trabalho, as quais caracterizam, entre outros, a "doença do desenraizamento" (WEIL, 2001). Esses três eixos configuram-se elementos ideológicos para o enfrentamento ao agronegócio, seja pela busca de melhores condições de vida entre os assentamentos, seja pelo embate cultural.

Passada quase uma década do período de realização da série de eventos, pensamos ser importante examinar o seu significado para o processo organizativo dos trabalhadores rurais assentados no nordeste paulista, dado que tanto a literatura disponível sobre o tema quanto as nossas aproximações com o campo empírico desta pesquisa apontam para os limites e as contradições da situação socioeconômica dos trabalhadores assentados. Então, cabe problematizar a realização dos Encontros como estratégia organizativa fundamentada na valorização da cultura caipira e questionar: Qual foi a contribuição da experiência de valorizar os costumes e as tradições culturais, tidos como arcaicos e ultrapassados, para o processo organizativo e a consolidação desses assentamentos?

Partimos de algumas hipóteses para abordar este problema. Uma delas é a de que o caipira, e seu modo de vida, foi e continua sendo alvo de disputas referentes a ideologias relacionadas a ideais de modernização e desenvolvimento. Atualmente, o pensamento dualista está presente na ideologia do agronegócio, que o considera ser o único processo possível de modernização agrícola, como é veiculado em suas propagandas. Dessa forma, os assentamentos rurais, atualmente, carregam a imagem depreciativa do "rural arcaico", isto é, não moderno. Isto nos aponta para a atualidade do debate proposto por nós sobre a cultura caipira para a reflexão de processos sociais atuais como o qual se inscreve o Encontro Nacional de Violeiros, marcado por disputas e conflitos entre lógicas distintas de desenvolvimento e ideais de futuro para o campo no Brasil. Ao valorizar a cultura caipira, acreditamos que o MST buscou questionar aquela estrutura de pensamento e com isso trazer elementos para enfrentar ideologicamente o agronegócio. Entretanto, em nosso trabalho de campo, constatamos a complexidade e a multiplicidade de

expectativas e objetivos que envolveram a concepção e a construção dos Encontros e que, da mesma forma, envolvem a realidade dos assentamentos rurais na atualidade.

Nossa principal hipótese, a partir da análise do material empírico, é a de que processo de valorização de elementos ligados à cultura caipira, neste contexto, operou como uma estratégia organizativa, vinculada a um processo de formação mais amplo entre os assentados do MST, com vistas ao ideal de enraizamento. Isto é, os elementos valorizados da cultura caipira serviram como um instrumental formativo entre os assentados para a crítica e a resistência aos processos hegemônicos, vinculados ao agronegócio, que adentram no cotidiano dos assentamentos e atuam como problemas à realização dos ideais de futuro pensados para estes espaços.

O objetivo deste trabalho é o de analisar o significado da experiência de realização dos Encontros de Violeiros - entendidos como formas de valorizar a cultura caipira nos espaços dos assentamentos rurais - para o processo organizativo dos trabalhadores rurais assentados. Para isso, procuramos: analisar a contribuição da Escola Sociológica Paulista sobre o caipira e verificar quais os principais problemas que envolvem este personagem; compreender o processo histórico em que se inscreveu a série de eventos chamada de Encontro Nacional de Violeiros na região Nordeste Paulista; compreender e analisar os meandros do processo organizativo dos Encontros, seus objetivos, sua concepção e seu fim; compreender qual o sentido buscado nos discursos de valorização da cultura caipira; comparar estes discursos com a atual situação do processo organizativo dos assentados da região.

Método

O material empírico analisado compõe-se de duas fontes de informações: a primeira delas é documental. Refere-se ao conjunto do material produzido pela *Oficina de Comunicação* realizada no IV Encontro Nacional de Violeiros⁴, em 2006, coordenada pelo Núcleo de Estudos Trabalho, Sociedade e Comunidade (NUESTRA) do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de São Carlos (DPsi-UFSCar), grupo de estudos do qual eu faço parte desde setembro de 2012, coordenado pela Professora Dra. Rosemeire Aparecida Scopinho, que é,

⁴ Neste encontro, como veremos, ocorreram oficinas preparatórias com a participação de militantes de regionais do MST de todo o Brasil. Elas tiveram o objetivo de dar formação e garantir a participação efetiva desses militantes no Encontro, além de ajudar na sua construção e organização. Uma dessas oficinas foi a de comunicação, que fora pensada para construir a memória do Encontro e para que se pudesse internalizar o registro do evento e se contrapor à grande mídia que constrói uma visão preconceituosa do Movimento.

também, orientadora deste trabalho. Nessa oficina, os organizadores, oficinairos e violeiros foram entrevistados abordando-se diversos temas. Dentre eles: a valorização da cultura caipira, o universo da viola, as trajetórias de vida, a relação com o Movimento, entre outros. Durante a semana em que ocorreu o IV Encontro, foram coletadas e transcritas 19 entrevistas, num total de mais de 10 horas de gravação, e foi produzido um vídeo documentário sobre o Encontro. Todo esse material pertence ao acervo de documentos de pesquisa do NUESTRA.

A análise desse material concentra-se no terceiro capítulo desta dissertação e serviu-nos para compreender os meandros dos Encontros, principalmente o IV, bem como, os discursos que os envolviam. Utilizamos-nos de trechos das entrevistas documentadas alterando o mínimo possível o formato original das transcrições, apenas modificamos algumas expressões orais, vícios de linguagem que dificultam a fluidez da leitura no texto, além de algumas formas de pontuação usada para padronizá-las com as transcrições realizadas por nós em outra etapa do trabalho de campo.

No processo de análise desses documentos, desmembramos todas as entrevistas em temas que foram abordados pelos entrevistados. São eles:

- 1) histórico dos Encontros;
- 2) histórico da situação do MST (reorientação organizativa e coletivo de cultura);
- 3) desdobramentos dos Encontros;
- 4) "cultura de raiz" *versus* "cultura massificada";
- 5) Ribeirão Preto - capital do agronegócio;
- 6) enfrentamento ao agronegócio;
- 7) valorização da cultura caipira;
- 8) Associação Nacional de Violeiros;
- 9) oficinas;
- 10) desenraizamento/enraizamento.

Esta tarefa gerou a dificuldade de separar temas que eram estreitamente relacionados entre si, porém, dessa forma, acreditamos que poderiam ser mais bem compreendidos os sentidos de cada um deles para os organizadores do Encontro. Não deixamos, porém, de reconstruir as relações entre eles.

Esta divisão temática proposta nos trouxe alguns problemas que tivemos que enfrentar na análise de cada um dos três eixos. Uma das dificuldades esteve na análise do discurso da

"valorização" ou do "resgate" da cultura caipira. Alguns entrevistados utilizavam "valorização" como crítica à ideia de "resgate", pois, segundo eles, a cultura caipira ainda não desaparecera para precisar ser resgatada - como "folclore" - ela estava viva e se manifestava nas trajetórias de vida dos assentados. Já, outros entrevistados utilizavam e não problematizavam dessa mesma forma a noção de "resgate". Auxiliados pela obra de Thompson (1998), acreditamos que o sentido geral que se quis dar à cultura caipira aproximou-se mais do primeiro caso, pois, como veremos, foi este sentido que embasou a ideia de "enraizamento" que se buscava.

Outra dificuldade referia-se aos termos "cultura massificada" e "cultura de raiz", os quais também divergiam entre os entrevistados. Procuramos estabelecer um sentido geral para cada categoria baseado nas interpretações do processo social que as produziram, sem deixar de apontar as diferenças. Isto é, tentamos interpretar aquelas categorias a partir dos documentos - cartilhas do MST -, e da bibliografia relacionada à indústria cultural que utilizamos no primeiro capítulo.

A segunda fonte de informações empíricas utilizada refere-se ao material coletado em trabalho de campo realizado por nós no Assentamento PDS Sepé Tiaraju, localizado no município de Serra Azul, próximo a Ribeirão Preto e de onde vinha boa parte dos organizadores dos Encontros. Nosso objetivo nesta etapa foi o de colher informações sobre os Encontros e sobre o processo organizativo atual do assentamento que pudessem servir como um diagnóstico, do ponto de vista dos assentados, para se comparar com aqueles discursos captados anteriormente - no período de realização do maior e mais bem estruturado Encontro. Para isso, utilizamo-nos de técnicas e materiais etnográficos como o trabalho de campo, o roteiro de entrevista semiestruturada e o registro das observações em diário de campo. Para a transcrição das entrevistas baseamo-nos em Ribeiro (1995) e Whitaker (2002).

Nosso roteiro abarcava três dimensões: 1) a trajetória de vida dos assentados, para que pudéssemos observar a origem, locais de moradia e condições de trabalho antes do assentamento desses migrantes que, em sua maioria, compõem os assentamentos rurais daquela região; 2) a participação no MST e no processo de assentamento para compreender o significado da experiência de luta pela terra; 3) a avaliação dos assentados sobre os Encontros de Violeiros e sobre o processo organizativo do assentamento, para compreender seu ponto de vista e o significado que eles atribuíam ao evento como estratégia de luta social. Importante salientar que, a cada conversa, sentimos a necessidade de alterar e melhorar o roteiro de entrevistas conforme as características dos entrevistados. Por exemplo: um assentado dirigente do Movimento

concentrou-se muito mais na avaliação e desdobramentos dos encontros, enquanto que, um não dirigente concentrou-se na sua história de vida e na produção de seu lote.

Foram realizadas sete entrevistas, sendo que, apenas duas delas foram feitas com assentados que não participaram ativamente do processo de construção dos Encontros, mas que foram igualmente importantes para captar informações sobre o cotidiano de suas famílias no assentamento e sobre o processo organizativo dos assentados atualmente. A análise desse material concentra-se no quarto capítulo desta dissertação..

Como resultado, pudemos notar uma grande diferença entre as entrevistas documentadas, coletadas no período dos Encontros, as quais refletiam um momento de euforia devido ao grande êxito de sua organização, e as entrevistas realizadas por nós, oito anos depois. Da mesma forma, observamos que houve um desencontro entre as expectativas e os objetivos que os organizadores tinham ao construir o Encontro de Violeiros, isto é, dissensos - mas, também, consensos - que refletiram diretamente nos rumos que os Encontros foram tomando. Essas diferenças nos colocaram algumas questões que tentaremos abordar ao longo do trabalho e nas considerações finais: houve, de fato, algum enfrentamento ao agronegócio? Quais objetivos foram cumpridos? Por que acabaram os Encontros? Em que medida o processo de valorização da cultura caipira contribuiu para o processo organizativo dos assentados da região? Foi possível algum processo de enraizamento dos assentados? Enfim, mais do que respondê-las ou medir seus resultados, acreditamos que esta análise - realizada com a ajuda dos assentados, nossos interlocutores que tanto contribuíram para esta dissertação - forneceu elementos para refletir, criticamente, a relação entre o Encontro Nacional de Violeiros, a cultura caipira, e os assentamentos rurais na atualidade.

No primeiro capítulo deste trabalho, "O caipira no pensamento social brasileiro", procuramos construir um quadro teórico de referência para a análise do objeto de estudo desta dissertação. Assim, procuramos fazer um mapeamento dos usos do termo "caipira" no pensamento social brasileiro. Verificamos que a definição de caipira ou a construção de personagens caipiras, na primeira metade do século XX, esteve presente na literatura e foi marcada pelas ideias de *valorização* ou de *depreciação*. Na segunda metade, este debate adentrou o universo acadêmico - na época em processo de consolidação - e esteve, ideologicamente, vinculado ao projeto desenvolvimentista sob o crivo de pensamento dualista. Analisamos, a seguir, a crítica a esse estilo de pensamento feita pela Escola Sociológica Paulista que colocou o caipira na relação histórico-dialética do desenvolvimento nacional em que foi, ao mesmo tempo,

protagonista e vítima desse processo. Realizamos, ainda, uma breve análise, baseada na obra de Alonso (2011), sobre a música caipira na indústria cultural, sob perspectiva crítica ao conservadorismo dos primeiros movimentos de valorização da música caipira.

No segundo capítulo, "Do caipira ao assentado", trazemos elementos para contextualizar, historicamente, o processo que deu origem ao Encontro Nacional de Violeiros. Basicamente, refere-se a uma apresentação da revisão bibliográfica que nos orientou no entendimento das questões trazidas pelo campo empírico. Para isso, na primeira parte, nos apoiamos em autores clássicos como Cândido (1971), Oliveira (2003), Prado Jr (2000), Martins (1994; 2011), Ianni (2004b) e Ribeiro (2003) para interpretar o processo desigual e combinado de desenvolvimento excludente, precário e predatório que pode ser aplicado na análise da formação da região Nordeste Paulista. Adiante, trazemos elementos para entender o processo que culminou na ascensão do MST e da luta por reforma agrária e, ao mesmo tempo, na hegemonia do agronegócio como principal obstáculo à luta pela terra.

No terceiro Capítulo, "O Encontro Nacional de Violeiros do MST: valorização da cultura caipira como estratégia organizativa para os assentados da região nordeste paulista", apresentamos e analisamos os meandros e os discursos que envolveram o Encontro de Violeiros, principalmente sua quarta edição. Para isso, utilizamos nossa fonte documental. A valorização da cultura caipira aparece como um instrumental de crítica e enfrentamento aos padrões de trabalho heterogerido e à espetacularização da cultura. Esta crítica ocorreu na prática cotidiana da construção dos Encontros visando o enraizamento dos assentados no sentido das diretrizes organizativas do Movimento, que concebem os assentamentos rurais como territórios de realização de ideais da luta anticapitalista.

No quarto e último capítulo, passamos para a análise do material resultado do nosso trabalho de campo no Assentamento Sepé Tiaraju. Realizamos uma reflexão sobre o processo organizativo do assentamento em relação aos possíveis desdobramentos do Encontro Nacional de Violeiros através de uma reavaliação feita pelos próprios assentados. Depois, expomos os consensos e dissensos que marcaram a sua construção, os seus desdobramentos e os resultados.

CAPÍTULO 1

O CAIPIRA NO PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO

Neste capítulo, analisamos as obras de alguns autores que se dedicaram a escrever sobre o caipira. Acreditamos ser importante esta tarefa pois, desta forma, podemos captar as diferenças históricas que caracterizaram as análises sobre a cultura e o modo de vida caipira. Estas diferenças, para além das distintas áreas pelas quais este sujeito social foi analisado - literatura, folclore, ciências sociais, artes plásticas, música, etc. -, apontam para a importância ideológica que as imagens criadas do caipira assumiram em vários momentos do processo de desenvolvimento econômico nacional. Este mapeamento serve como substrato teórico para analisarmos um processo social atual de valorização da cultura caipira, como o Encontro Nacional de Violeiros.

1.1. A QUESTÃO RACIAL NO DEBATE ENTRE MONTEIRO LOBATO E CORNÉLIO PIRES

A publicação do artigo intitulado “Uma velha praga”, escrito por Monteiro Lobato, no jornal *O Estado de São Paulo* em 1914, fez com que o caipira – ainda chamado de “caboclo” pelo autor – e seu modo de vida adentrasse como objeto a ser explorado nas análises dos rumos econômicos e sociais do país. Nesse primeiro momento, destacou-se o debate entre o criador do personagem Jeca Tatu e o folclorista Cornélio Pires⁵. O primeiro deles causou um grande impacto ao retratar os, então, caboclos como “parasitas da terra”:

A nossa montanha é vítima de um parasita, um piolho da terra, peculiar ao solo brasileiro como o *Argas* o é aos galinheiros ou o *Sarcoptes mutans* à perna das aves domésticas. Poderíamos, analogicamente, classificá-los entre as variedades do *Porriigo Decalvans*, o parasita do couro cabeludo produtor da "pelada", pois que onde ele assiste se vai despojando a terra de sua cama vegetal até cair em morna decrepitude, nua e descalvada. Em quatro anos a mais ubertosa região se despe dos jequitibás magníficos e das perobeiras milenárias - seu orgulho e grandeza, para, em achincalhe crescente, cair em capoeira, passar desta à humilde vassourinha e, descendo sempre, encruar definitivamente na desdita do sapezeiro - sua tortura e vergonha.

Este funesto parasita da terra é o CABOCLO, espécie de homem baldio, seminômade, inadaptável à civilização, mas que vive à beira dela na penumbra das zonas fronteiriças. À medida que o progresso vem chegando com a via férrea, o italiano, o arado, a valorização da propriedade, vai ele refugindo em silêncio, com o seu cachorro, o seu pilão, a pica-pau e o isqueiro, de modo a sempre conservar-se fronteiriço, mudo e sorna. Encoscorado numa rotina de pedra, recua para não adaptar-se (LOBATO, 2009b, p. 160-161).

⁵Usamos a denominação folclorista para Cornélio Pires pela importância de seu trabalho na divulgação da cultura caipira: as danças, as músicas, as anedotas, a poesia, o cotidiano, etc. Porém, além dessa ocupação, Pires desenvolveu a atividade de cineasta, escritor, humorista, circense, entre outras, todas ligadas à divulgação da cultura caipira (DANTAS, 1976).

Procurando contrapor-se ao que ele chamou de “caboclismo”⁶ e orientado por uma forte visão raciológica, tão típica no pensamento social naquele período⁷, este então fazendeiro criou uma imagem extremamente depreciativa do caboclo.

Cornélio Pires, contemporâneo de Lobato, foi um dos responsáveis por combater esta imagem. Preocupando-se em valorizar o caipira, referiu-se a ele como o verdadeiro desbravador dos sertões, mas que era vítima do analfabetismo e da exploração dos fazendeiros. Ele pintou um caipira inteligente, forte, sagaz, esperto, engraçado, bonachão, enganador, ao mesmo tempo em que dócil, amoroso e resignado (PIRES, 2002; 2004).

Em um trecho de seu livro *Conversas ao pé do fogo*, publicado pela primeira vez em 1921, ele disse, dirigindo-se a Lobato:

O nosso caipira tem sido vítima de alguns escritores patricios, que não vacila em deprimir o menos poderoso dos homens para aproveitar figuras interessantes e frases felizes como jogo de palavras.

Sem conhecimento direto do assunto, baseados em rápidas observações sobre “mumbavas” e “agregados”, verdadeiros parasitas só encontrados em propriedade de “brasileiros”, prejudicialmente hospitaleiros, certos escritores dão campo ao seu pessimismo, julgando o “todo” pela “parte”, justamente a parte podre, apresentando-nos o camponês brasileiro coberto do ridículo, inútil, vadio, ladrão, bêbado, idiota e “nhampã”! (PIRES, 2002, p.19).

O esforço de refutar aquela imagem do caipira, criada por Lobato, levou Pires (2002) a classificar os caipiras segundo critérios raciais: o caipira branco, o mulato, o caboclo e o preto. Para ele, apenas um dos tipos – o caboclo – carregaria as características descritas por seu rival. Embora esta classificação livre a maioria dos camponeses das imagens negativas criadas por Lobato, aponta para uma orientação também raciológica do autor, segundo sua forma de classificação. No entanto, podemos identificar na obra de Pires uma inédita preocupação com os aspectos sociais que envolvem o modo de vida caipira. Para ele, o caipira é quase sempre miserável, porque é explorado e oprimido por fazendeiros, excluído da dinâmica econômica do país e totalmente desassistido pelo Estado.

Constata-se aqui que as mesmas características - raciológicas - atribuídas ao caipira ganham conotações opostas para os dois autores. A resistência em adaptar-se que, para Lobato, significava parasitismo e incapacidade racial, para Cornélio Pires, significava o desbravamento

⁶ Típicas manifestações, à época, de exaltação do caboclo como herói nacional, isto é, uma espécie de adaptação do "romantismo indianista" do século anterior.

⁷ Sobre a influência do ideal eugênico na obra de Lobato: SANTOS (2003); sobre a questão racial no pensamento social brasileiro nos tempos de Lobato: SCHWARCZ (1993).

dos sertões, a força e o pioneirismo.

Lobato (1964) retomou a cena em 1918 ao descrever, no mesmo jornal, com sua veemência característica, um caipira diferente do que ele havia pintado tempos antes. Neste novo período, crente nas ideias sanitaristas de Oswaldo Cruz, Belisário Pena e Arthur Neiva, o novo entusiasta escreveu:

A nossa gente rural possui ótimas qualidades de resistência e adaptação. É boa por índole, meiga e dócil. O pobre caipira é positivamente um homem como o italiano, o português, o espanhol.

Mas é um homem em estado latente.

Possui dentro de si grande riqueza em forças.

Mas força em estado de possibilidade.

E é assim porque está amarrado pela ignorância e falta de assistência às terríveis endemias que lhe depauperam o sangue, caquetizam o corpo e lhe atrofiam o espírito.

O caipira não “é” assim, “está” assim.

Curado, recuperará o lugar a que faz jus no concerto etnológico (LOBATO, 1964, p. 285).

O caipira de Lobato, de racialmente inferior e fadado a desaparecer, adquiriu o *status* de “doente”. Assistido, saneado e curado, esse degenerado regenerar-se-ia. Foi, portanto, sob o paradigma sanitarista que o personagem Jeca Tatu constituiu-se no aporte ideológico da modernização no Brasil. O Jeca Tatu era a antítese do progresso, seus hábitos rurais e miseráveis representavam o ridículo frente ao contexto de criação de um mercado consumidor urbano de produtos estrangeiros e industrializados.

Nota-se na primeira fase de Lobato (2009b) e em Cornélio Pires (2002) um forte apelo para o paradigma de pensamento raciológico, seja para depreciar, seja para exaltar o caipira. Lobato parece rever sua visão depreciativa ao passar a se preocupar com a questão sanitária. Entretanto, a concepção positivista, do qual fazem parte ambos os paradigmas – o raciológico e o sanitário – permaneceu na base da caracterização do caipira que agora, para esse autor, era atingido pela doença, não mais pela inferioridade racial. Posto isto, a solução não seria mais combater esse tipo – ou esperar que ele sucumbisse – mas sim, saneá-lo, “sanear o Brasil” (LOBATO, 1964).

Na primeira metade do século XX, portanto, podemos caracterizar esse debate como sendo uma oposição entre depreciação e valorização do caipira. O critério usado pelos autores analisados foi o raciológico, característico e muito presente no pensamento social brasileiro até meados do século XX (SCHWARCZ, 1993). Por esse motivo, a figura do caipira esteve

diretamente atrelada à ideia evolucionista de "progresso" que, por sua vez, pautava a ideia de "modernização", constituintes ideológicos do processo histórico de desenvolvimento nacional.

A partir dos anos quarenta, com os estudos acadêmicos sobre o caipira e, especialmente, nos cinquenta, com o marco *Os parceiros do Rio Bonito*, de Antônio Cândido, houve uma ruptura com a dualidade anterior (depreciação *versus* valorização). O debate sobre o caipira complexificou-se, porém, o estigma da depreciação - como símbolo do arcaísmo - continuaria a caracterizar por muito tempo ainda este tipo pela via da indústria cultural.

1.2. O CAIPIRA NO DEBATE ACADÊMICO

Nos anos quarenta, com o processo de consolidação das ciências sociais no Brasil - ainda que restrito a São Paulo (MICELI, 1987) -, o caipira passou a ser objeto de estudos acadêmicos e não deixou de ser alvo de disputas. Sua apropriação depreciativa vinculada aos requisitos raciológicos e sanitários permaneceram na já disseminada figura do Jeca Tatu - que por muito tempo ainda seria usada como o referencial de antítese da modernização e do progresso -, mas ele entrou de forma mais profunda, nesse período, na disputa ideológica que envolveu o desenvolvimentismo, tão característica daquela década⁸. Nesse contexto, o ideal evolucionista de progresso, que antes caracterizara negativamente o caipira, converteu-se no seu viés econômico, o de "desenvolvimento urbano-industrial"; esse, por sua vez, passou a designar a ideia de "modernização", ambos, sob o mesmo referencial negativo: o passado rural arcaico, representado pelo modo de vida caipira. Esse modo de pensar é o que define o "estilo de pensamento dualista", como veremos a seguir.

Ainda na década de 1950, Antonio Candido defendeu tese que daria origem ao livro *Os parceiros do Rio Bonito*⁹. O ambiente acadêmico de que participava, em processo de consolidação, e as conseqüentes preocupações com o padrão teórico-metodológico exigidos permitiram um novo olhar sobre o caipira. Candido dialogava criticamente com os chamados "estudos de comunidade", que foram responsáveis por empregar o método etnográfico no estudo de populações rurais no Brasil, inclusive os caipiras, mas que não questionavam o dualismo entre o arcaico e o progresso que previa o desaparecimento desses modos de vida ante à modernização

⁸ Sobre o desenvolvimentismo e as correntes de pensamento econômico entre os anos de 1930-1964: BIELSCHOWSKI, 2000.

⁹ Apresentado como sua tese de doutorado em 1954 e publicado pela primeira vez em 1964.

do país. O autor do clássico apostou na possibilidade de uma relação diferente entre a modernização e o modo de vida caipira. Para ele haveria uma possibilidade de inserção do caipira na sociedade moderna desde que os padrões construídos com a modernidade fossem levados ao campo.

Candido estudou um caipira em fase de transição acentuada, quando a urbanização e a modernização capitalista desarticulavam aquele modo de vida que era caracterizado, para ele, pelos "mínimos sociais" - definidos pela sociabilidade do bairro rural, isto é, pela vizinhança dispersa, dependente da solidariedade vicinal e, também, pela socialização das festas e celebrações religiosas - e pelos "mínimos vitais" - definidos pelo ajuste ecológico precário que conserva características do bandeirante e do nativo e, conseqüentemente, tornam o caipira dependente da mata, da mobilidade (seminomadismo), da posse (precária) da terra, da margem de lazer, da solidariedade vicinal, entre outros fatores. Para esse autor, quando um desses elementos era afetado pelo desenvolvimento urbano, técnico, econômico, este sistema desarticulava-se e entrava em colapso. Essa característica foi chamada por ele de "anquilose" do modo de vida caipira (CANDIDO, 1971).

Para Candido, a destruição desse modo de vida era vista como efeito de um tipo de desenvolvimento desigual, cujos benefícios concentravam-se fora das áreas rurais, excluindo o camponês tradicional que ia desaparecendo - migrando, envelhecendo, pauperizando-se - conforme avançava esse processo. Ao mesmo tempo, o ajuste aos mínimos vitais, muito próximo à miséria, que, junto com os mínimos sociais, caracterizava o caipira, tornara-se inadmissível se comparados com os padrões de vida modernos. A possível solução para este impasse, para o autor, seria uma distribuição mais democrática dos benefícios trazidos pelo desenvolvimento. Esta só poderia ser realizada se tal desenvolvimento viesse acompanhado de uma reforma agrária, compreendida, para ele, como uma divisão/distribuição de terras, que visasse assegurar as condições de vida do homem rural, diferentemente do modo como se deu sua violenta expropriação.

1.3. A ESCOLA SOCIOLOGICA PAULISTA E A CRÍTICA AO DUALISMO

Depois de Candido, outros autores dispuseram-se a estudar o universo rural caipira em desajuste. Ganharam destaque as análises produzidas pelos autores da chamada "Escola Sociológica Paulista". Utilizaremos os autores José de Souza Martins (1975) e Maria Isaura

Pereira de Queiroz (1973) para analisarmos a questão específica sobre o caipira no pensamento dessa Escola. No entanto, para isso, achamos necessário nos deter brevemente sobre a formação e consolidação desta escola de pensamento sociológico, posto que ela coloca em questão a relação entre moderno e arcaico no desenvolvimento do país.

1.3.1. Apontamentos sobre a formação do pensamento social da Escola Sociológica Paulista

O surgimento da Escola Sociológica Paulista na Universidade de São Paulo (USP) esteve diretamente ligado ao tipo de institucionalização das Ciências Sociais neste local. Miceli (1987) fez um estudo comparativo sobre a consolidação das Ciências Sociais entre São Paulo e Rio de Janeiro, entre os anos de 1930 e 1964. Para ele, foi na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo que ocorreram as primeiras iniciativas para uma consolidação e autonomização das ciências sociais no Brasil. O principal mérito dessa, neste sentido, foi a separação do "fazer científico" da esfera de interesses da política. Esta diferenciação teve origem no fato de que enquanto no Rio de Janeiro a produção intelectual continuou estritamente ligada à elite cultural e política, marcadas por suas relações clientelistas - o maior exemplo é o ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros) -, em São Paulo criou-se um padrão institucional baseado na hierarquia e na excelência intelectual, nos moldes do padrão europeu.

Este mesmo autor acrescentou, ainda, o fato de que em São Paulo houve uma "democratização" das ciências sociais, possibilitada justamente por este tipo de institucionalização acadêmica que gerou uma classe de profissionais vindos também de grupos sociais emergentes e livres das relações de favor¹⁰. Entretanto, isso não quer dizer que aquele tipo de estrutura de criação intelectual, como dada no Rio de Janeiro, não existisse em São Paulo, mas manteve-se confinada na Faculdade de Direito da USP: "Em São Paulo, os cientistas sociais se moviam a distância das lutas acadêmicas e políticas que giravam em torno da Faculdade de Direito ao longo do Estado Novo" (MICELI, 1987, p. 14).

Essa diferença foi determinante para a criação da chamada "Escola Sociológica Paulista". Foi este processo de autonomização científica que gerou condições para que se criasse uma corrente de pensamento crítica ao imediatismo da realidade político-econômica - o desenvolvimentismo. O rigor do método de apropriação científica nas ciências sociais era, portanto, uma novidade no Brasil e se desenvolvia, até então, somente em São Paulo. No Rio de

¹⁰ Um exemplo esclarecedor é o caso de Florestan Fernandes, mentor da Escola Sociológica Paulista.

Janeiro - tomamos como exemplo o ISEB -, permaneceram as análises de cunho ensaísta e generalista, caracterizadas fortemente pelo dualismo, cujos objetos eram definidos em função de sua relevância política - e por interesses individuais -, ou seja, sempre pautados pelo entusiasmo do desenvolvimentismo (MICELI, 1987; ORTIZ, 1990).

O estilo de pensamento dualista ancora-se numa visão linear e evolucionista da história que, aplicadas nas análises sobre os "problemas brasileiros", criou a ideia da existência de dois Brasis, um "moderno", associado ao desenvolvimento urbano-industrial, e outro, "arcaico", associado ao "passado rural" e suas relações sociais características. Segundo essa lógica, fazia-se necessária a destruição deste "passado arcaico" para a imposição do moderno. Nos anos cinquenta, auge do desenvolvimentismo, esse tipo de análise foi disseminado principalmente pelo ISEB¹¹ e servia como aparato ideológico para a implantação de projetos desenvolvimentistas (BASTOS, 2002; IANNI, 2004; MARTINS, 1981; MICELI, 1987).

A Escola Sociológica Paulista, encabeçada por Florestan Fernandes, desenvolveu uma tradição de pensamento que nasceu da crítica ao evolucionismo contido no estilo de pensamento dualista. Segundo Bastos (2002, p. 185-186),

A escola sociológica paulista, denominação que se atribui ao grupo que tem como centro Florestan Fernandes e seus assistentes, apresenta como eixo de sua reflexão a pergunta sobre as razões, o perfil e os efeitos do atraso no Brasil. A especificidade de seu caminho analítico é dada por um objetivo claro: a recusa de uma visão dualista, comum à maioria dos intérpretes, e que aparece nestes como um *continuum* onde o processo de mudança social teria a função de superação desse retardo. Recusando essa posição, o autor, acompanhado pelos pesquisadores que o cercam ou que descendem dessa tradição de pensamento, toma a imagem e altera-lhe o sentido: em lugar de uma explicação linear, opera como se as duas pontas do *continuum* se encontrassem e esse encontro gerasse, simultaneamente, o objetivo, a unidade de pesquisa, o desafio à compreensão, a busca de um suporte teórico e método de investigação.

Segundo os autores dessa Escola, no Brasil, o "passado arcaico" não só conviveria com o "moderno", mas tornar-se-ia imprescindível para a realização do tipo específico de desenvolvimento que se deu aqui. Isto é, o processo de desenvolvimento no Brasil depende de uma articulação *sui generis* entre o "atraso" e o "moderno", que não é a de negação.

Novos elementos foram introduzidos nesse tipo de análise e outros, já comumente usados, foram ressignificados. A ideia de "periferia" - antes, associada ao atraso, inscrita numa relação

¹¹ Sobre a inserção do ISEB como matriz da ideologia do nacional-desenvolvimentismo nos anos cinquenta, consultamos IANNI (2004). Esse autor chama de "neobismarckismo" este aspecto da produção intelectual deste instituto. Ver também, ORTIZ (2009).

linear e evolucionista da história - passou a relacionar-se com a ideia de "singularidade", isto é, portadora de um desenvolvimento histórico *sui generis*, impossível de reproduzir o desenvolvimento dos países centrais. As noções de "tensão" e de "crise" passaram a ter importância fundamental para a análise da periferia, pois adquiriram uma concepção "heurística", dialética, diferentemente das análises dualistas em que são vistas relacionadas à ideia de "anomia". Estes são elementos do novo aparato que possibilitou a criação de um padrão teórico metodológico segundo o qual "a partir da periferia percebe-se melhor o movimento da sociedade, possibilitando a verificação dos princípios que a estruturam" (BASTOS, 2002, p. 189). Essa revolução no entendimento dos "problemas brasileiros" só foi possível por conta do tipo de autonomização e consolidação das ciências sociais tal como ocorrera em São Paulo (MICELI, 1987).

1.3.2. O caipira segundo a Escola Sociológica Paulista

É nesse contexto que Maria Isaura Pereira de Queiróz (1973) analisou, sob uma perspectiva crítica a Antonio Candido, a inserção do caipira no processo de urbanização. Queiróz partiu da definição de Candido (1971) sobre o bairro rural como unidade mínima da sociabilidade do caipira. A partir daí, avançou em relação a esse autor no que diz respeito à desarticulação desse modo de vida. Para ela, havia uma margem maior, do que considerava Candido, para a sua reprodução, pois caracterizava-se mais pela condição de pequenos produtores do que pelo ajuste mínimo ecológico e social. Desta forma, poderia haver diferentes meios de inserções dos bairros rurais no desenvolvimento urbano, com maior ou menor grau de desarticulação, ou seja, diferentes relações possíveis entre campo e cidade.

José de Sousa Martins (1975, p. 39) desenvolveu a ideia da Escola Sociológica Paulista de que não se pode considerar o modo de vida rural como arcaico, como “‘aberração’ ante o desenvolvimento atingido pela sociedade urbana brasileira”. Esse autor afirmou que “O desenvolvimento urbano, particularmente o da economia industrial, só foi e tem sido possível, graças à existência de uma estrutura agrária estruturada de modo a suportar e absorver os custos da acumulação de capital e da industrialização”. Para caracterizar o dualismo, ele utiliza a noção de "estilo de pensamento", ou seja, um "modo de conhecer" que não se confunde com o "pensamento em si mesmo" (MARTINS, 1981, p. 14).

Portanto, creio que aqueles de nós que estamos preocupados em ir além dos esquemas dualistas, devemos num primeiro momento demorar não apenas sobre os limites das

dualidades, mas também sobre sua gênese histórica e seus compromissos, para darmos o primeiro passo antes do segundo, isto é, para descobrirmos, primeiramente, a razão do dualismo. É que o dualismo não pode ser ingenuamente reduzido a um engano, uma imperfeição teórica, a um viés. Assim como a análise dialética, ele também tem sua razão que é uma razão anti-histórica, mas historicamente determinada (MARTINS, 1981, p. 12).

A Escola Sociológica Paulista foi responsável por desvendar a "razão anti-histórica" do dualismo que reproduzia o método positivista e evolucionista da história, para o qual o rural brasileiro era tomado como arcaico, relegado à "periferia" do desenvolvimento urbano-industrial e, por isso, fadado a desaparecer. A imagem do caipira, alimentada pela visão depreciativa do Jeca Tatu, mostrava-se como símbolo desse "arcaísmo". Essa primeira crítica ao dualismo foi, ao mesmo tempo, uma crítica à lógica desenvolvimentista que, de fato, corroeu as condições de vida no campo para este tipo social, obrigando-o a alterar seu modo de vida e migrar para as cidades onde já eram estigmatizados.

1.4. A DUALIDADE DO GÊNERO CAIPIRA / SERTANEJO NA MÚSICA POPULAR

Atualmente, o imaginário urbano, cada vez mais distante dos espaços rurais, parece ter sofrido, ao longo das décadas, influência desses autores. A imagem do caipira pitoresco, engraçado, mentiroso, malandro, parece ter a influência do caipira contado por Cornélio Pires. A visão jocosa e depreciativa que define o caipira sob a falta de hábitos civilizados é, nitidamente, uma apropriação das imagens criadas por Monteiro Lobato. Essa é a que talvez mais tenha povoado as imagens propagadas pela indústria cultural sobre o caipira no contexto de rápida modernização e mudança social de um país predominantemente rural para predominantemente urbano.

Candido (2004) ilustra o processo de depreciação das condições de vida do caipira, quando seu modo de vida passou a ser visto como pitoresco, como espetáculo pelo imaginário urbano; em especial, o fato de que a origem do "cidadino" é, também, rural. Este "prosperou" e procurou se diferenciar de seu "irmão miserável". As referências a esse universo caipira passaram então a conter sempre o elemento depreciativo, pitoresco, jocoso, caricatural - como percebemos nas típicas festas juninas.

Faz muito tempo que não ando pelos lugares perdidos do interior, e nem sei se ainda existem como tais depois da multiplicação das estradas e ônibus. Quando eu andava - entre 1943 e 1955 - o caipira ainda era uma realidade cultural definida, apesar de ser cada vez maior a sua ligação com a cultura urbana, aceleradamente modernizada. Era espoliado e miserável na absoluta maioria dos casos, porque com o passar do tempo e do

progresso, quem permaneceu caipira foi a parte velha da população rural sujeita às formas mais drásticas de expropriação econômica, confinada e quase compelida a ser o que fora, quando a lei do mundo a levaria a querer uma vida mais aberta e farta, teoricamente possível. [...] Foi então que o caipira se tornou cada vez mais espetáculo, assunto de curiosidade e divertimento para o homem da cidade, que, instalado na sua civilização e querendo ressaltar este privilégio, usava aquele irmão miserável para mostrar como ele tinha prosperado, como era triunfalmente diverso. A vida do caipira ficou sendo então, para ele próprio, uma privação terrível, porque podia ser comparada a outras situações; e para o cidadão, um divertimento que lhe dava confortável sensação de haver mudado para algo melhor e mais alto. (CANDIDO, 2004, p. 272).

Ridenti (2010) analisou as políticas culturais dos chamados CPCs (Centros Populares de Cultura) da UNE – formados por estudantes, intelectuais e artistas, geralmente de esquerda, nos anos de 1950 e início dos anos de 1960. Esses artistas e intelectuais concentravam-se, justamente, em São Paulo e no Rio de Janeiro e foram responsáveis por voltarem os olhos para “dentro do Brasil”, ou seja, passaram a valorizar os aspectos culturais das populações interioranas como uma crítica à elite brasileira e sua concepção "estrangeirista" de arte. Na música, na literatura e no teatro, passaram a valorizar elementos culturais regionalistas misturados com eruditos¹². Esse autor alegou que não foi inocente a escolha da figura do sertanejo nordestino, ao invés da figura do caipira paulista, como o representante do homem rústico brasileiro a ser valorizado naquele período. A imagem do caipira já era estigmatizada demais para ser romantizada. Segundo Ridenti (2010, p. 127-128):

Certa idealização do homem do campo do Nordeste foi muito marcante do imaginário esquerdista da época, presente também nas obras de arte, em que se louvava até o banditismo social dos cangaceiros. Isso contrastava com certo silêncio acerca das figuras da gente do campo do Sul e do Sudeste, gaúchos ou caipiras, talvez porque estivessem bem mais próximos da experiência imediata de camadas médias da sociedade originária dessas regiões, recentemente urbanizadas, e que constituíam a principal base social da agitação política e da cultura do período. Era preferível mirar-se na representação do sertanejo – tido como “um forte” desde os tempos de Euclides da Cunha – que em estereótipos de submissão como o do Jeca Tatu de Monteiro Lobato. Só mais tarde, em outro contexto, depois da consolidação da vida urbana é que a recusa das tradições caipiras ou gaúchas seria superada, sendo reinventadas e difundidas especialmente por setores da classe média.

Hoje, ainda, o estigma do caipira – associado ao Jeca Tatu, como antítese do moderno – parece-nos muito forte, a não ser quando esteja relacionado a um produto mercadológico como a música sertaneja, que volta a ter um recente surto de sucesso, ou quando está associado ao agronegócio. Nesses casos, há uma relação dúbia entre valorização e depreciação do caipira: ao mesmo tempo em que se busca um referencial para a identificação com o universo rural, tenta-se

¹² Baseado na obra do inglês Raymond Williams, Ridenti usa o conceito de "estrutura de sentimento" e caracteriza como "romantismo revolucionário" esse tipo de atitude tão típica dos intelectuais de esquerda desse período.

negar a realidade do campo do Brasil, marcada por seu caráter precário, predatório e excludente, que gera conflitos, violência, e pobreza. Como resultado, o universo *country* norte americano e seus *cowboys* e rodeios, tornam-se a referência para o homem rural (moderno) do agronegócio. Para Martins (2011), este é um exemplo da característica "estrangeirista" de como se configura o moderno no Brasil.

Lucia Luppi Oliveira (2003) refere-se às festas de rodeio como um importante meio de divulgação da música sertaneja e também como celebração do agronegócio. Para ela, essas festas inspiradas nos rodeios norte americanos representam um novo imaginário urbano sobre o mundo rural. Nelas, a cultura caipira, antes associada ao Jeca Tatu, dissimula-se na figura do peão de rodeio, uma espécie de resquício americanizado do peão de boiada brasileiro. A referência ao campo é, como nos casos das duplas sertanejas, caricaturado, expressando o paradoxo de pertencimento ao universo rural ao mesmo tempo em que se tenta negá-lo. Toda a pompa e o espetáculo que caracterizam esses eventos fazem uma referência ao poder e ostentação de que vive a classe ruralista, o mesmo poder e ostentação forjados no discurso salvacionista do agronegócio.

Alonso (2011), em recente pesquisa de doutorado, *Cowboys do asfalto: música sertaneja e modernização brasileira*, nos trouxe uma importante reflexão acerca da música sertaneja e indústria cultural. Importa-nos deter brevemente sobre este assunto, pois foi bastante explorado nos discursos que envolvem o Encontro Nacional de Violeiros. Uma das primeiras e mais expressivas manifestações de valorização da cultura caipira após Cornélio Pires ocorreu na música popular ainda nos anos setenta. Alonso faz um histórico bastante crítico de como foi sendo forjada a diferenciação entre música caipira e sertaneja, como se estas fossem mutuamente excludentes, impossíveis de ocuparem o mesmo espaço.

O estilo que passou a ser considerado "caipira" foi resultado de um esforço baseado na "estrutura de pensamento" do "romantismo revolucionário", segundo os termos de Ridenti (2010), a partir dos anos de 1960. Foram justamente os intelectuais, artistas e críticos que buscaram um referencial romantizado para definir e valorizar a música tipicamente camponesa, que passou então a ser chamada de caipira. Para esses, a indústria cultural, nos termos adornianos, teria dominado grande parcela desse setor transformando-o em músicas de "baixa qualidade" estandarizadas, que passaram a ser chamadas de "música sertaneja". Essa, além disso, estaria invadida de estrangeirismos no estilo e na instrumentação e passou a ser vista como

simples entretenimento para alienar a classe migrante pobre, enquanto que a "música caipira", verdadeira, representaria uma resistência ao processo de massificação e alienação.

Oliveira (2009, citado por HAAG, 2009, p.83) explicou sucintamente este processo:

Trata-se de uma música que seria colocada à margem por classes dominantes e consumida por um público vasto, porém "subalterno", como se dizia na época. Até a segunda metade dos anos 1980 ela permanecia à margem no conjunto da música brasileira, um gênero escutado fora do centro. Desse modo, o campo da música sertaneja, até então, estava dividido em duas posições: uma valorizando as raízes caipiras da música sertaneja, e que usava a expressão "música caipira" para denotar sua prática e diferenciá-la da outra posição formada por uma música sertaneja aberta às influências externas e que usava a expressão "música sertaneja" para se denotar.

Sobre este processo, segundo Alonso (2011, p. 175):

Demarca-se aqui que esse pensamento forjado nos anos 70 foi essencial para a construção, delimitação e distinção de campos culturais diferenciados na música rural. Pensando através das categorias de Bourdieu, a música caipira foi sendo ao mesmo tempo "inventada" enquanto projeto estético e campo cultural ao mesmo tempo que criava e delimitava sua oposição, os sertanejos. Em diálogo dinâmico de autonomia relativa, foram sendo gestados campos gradualmente opostos.

A análise de Alonso é bastante crítica ao que foi propagado, geralmente de forma negativa, sobre a música sertaneja. Ele desmistifica a noção de "autenticidade" da música caipira ao problematizar historicamente esta diferenciação entre "caipira" e "sertanejo" que só é possível de ser verificada a partir dos anos setenta. Antes disso, havia uma indistinção entre os termos, ou seja, eram usados para definir a música rural. São os mesmos criadores da sigla "MPB" que se esforçaram para diferenciar aquilo que seria autêntico daquilo que seria adulterado por influências estrangeiras, atribuindo-lhes características forjadas: no caso da música caipira, a "resistência" e o "revolucionário". Na música sertaneja, a "alienação", o "populismo", a "ignorância" e o "mau gosto". Nesse processo foram criados alguns personagens que seriam considerados os guardiões da música caipira autêntica, como, por exemplo, o cantor Sérgio Reis, de origem paulistana e ex-integrante da jovem guarda (ALONSO, 2011).

A crítica que acompanha toda a tese do autor de *Cowboys do Asfalto* dialoga principalmente com os autores Waltenyr Caldas em *Acorde na aurora, música sertaneja e indústria cultural* (CALDAS, 1977) e com José de Souza Martins em "Música sertaneja: a dissimulação da linguagem dos humilhados" (MARTINS, 1975). Na academia, Martins foi responsável por associar a música sertaneja à "[...] expressão ideológica do conservadorismo político e alienação do público" (ALONSO, 2010, p. 167) e Caldas foi o responsável pela

aplicação errônea da concepção adorniana de indústria cultural à música sertaneja em oposição à música caipira, ou mesmo à MPB, Nas palavras de Alonso (2011, p. 172, nota de rodapé 381):

Penso que os pensadores como Caldas e Martins não estavam apenas apontando a exclusão da música sertaneja, mas sendo eles próprios formatadores, inventores, dessa exclusão para o público da MPB. Foram eles que criaram as categorias e o tom agressivo (típico do marxismo dos anos 1970) capazes de ver o sertanejo como "falso" camponês. Seu grande legado é a consolidação da distinção caipira/sertanejo e a associação dos primeiros à pureza e, por consequência, palatáveis aos olhos da MPB.

Acreditamos que essa visão colabore para se pensar criticamente parte de nosso campo empírico, aquele que se refere à música caipira e indústria cultural. Como veremos, esse debate existiu durante a concepção e construção do Encontro Nacional de Violeiros e teve desdobramentos importantes que nos ajudaram a refletir sobre o processo social de valorização da cultura caipira pretendido pelo MST e seu ideal de recampesinação. Pudemos perceber que os referenciais que foram feitos à música sertaneja e caipira quase sempre associavam-se àquela diferenciação que Alonso considerou conservadora.

Hoje em dia, em alguns casos específicos, no âmbito de alguns setores culturais, artísticos e intelectuais, parece haver outros movimentos de valorização de aspectos da cultura caipira: um passado renegado, quase perdido, que, redescoberto, teria algo a se explorar, a nos ensinar. As recentes pesquisas acadêmicas sobre a cultura caipira, que tratam da música, das festas, das danças, das crenças, da linguagem, do mutirão, dos bairros, da agricultura familiar, da convivência com a natureza, isto é, das reminiscências e sobrevivências de um modo de vida passado, apontam para isso. Porém, como vimos, se a crítica ao dualismo permitiu esses processos de revalorização da cultura caipira, tal ideário não pode ocorrer desacompanhado de uma ressignificação da mesma. Isto é, há sempre uma seleção de alguns elementos constituintes do universo cultural caipira que são elencados conforme os objetivos que se buscam ao valorizá-la. Esta instrumentalização caracteriza o que Ridenti (2010) chamou de romantismo e pode esconder o caráter contraditório presente na cultura caipira, como em toda cultura.

Nosso objetivo nesta pesquisa é, justamente, o de analisar uma dessas iniciativas de valorização da cultura caipira na atualidade, o Encontro Nacional de Violeiros organizado pelo MST. Neste processo, foram abordadas questões analisadas neste capítulo: a "depreciação *versus* valorização", o "estilo de pensamento dualista", a "crítica ao dualismo", a música sertaneja e caipira, a indústria cultural, as noções de desenvolvimento e modernização. Isto nos mostra que, neste caso, o pensamento sobre o caipira continuou a ser invocado ao inserir-se em um processo

social de disputas que serve a objetivos ideológicos distintos. Apesar de o dualismo ter sido superado teoricamente desde os anos cinquenta, ele ainda orienta as concepções e práticas de desenvolvimento atuais, como a ideologia do neodesenvolvimentismo - que tem o Estado como propulsor - cuja principal frente é o agronegócio.

CAPÍTULO 2

DO CAIPIRA AO ASSENTADO: A REGIÃO NORDESTE PAULISTA

Passemos agora à análise de como se manifestou o tipo de desenvolvimento rural no nordeste paulista, o qual, inegavelmente, repercutiu na formação social da região. Como desdobramentos desse processo, o município de Ribeirão Preto, espécie de capital regional, não só ganhou o título de "capital nacional do agronegócio", por ser o centro econômico e financeiro da produção sucroalcooleira, como também tornou-se sede da Regional Nordeste do MST, responsável pelo movimento recente de ocupação de terras pertencentes aos maiores grupos empresariais dedicados a esse ramo e pela idealização e construção do Encontro Nacional de Violeiros.

Essa região, ao longo do século XX, entrou na estrutura de desenvolvimento "desigual e combinado" da sociedade brasileira. No Brasil, em geral, os sucessivos projetos de modernização agrícola pautaram-se na adoção de pacotes tecnológicos que permitissem a reprodução dos padrões de acumulação de capital agrário concentrados nas mãos da elite latifundiária em associação dependente com o capital internacional (IANNI, 2004b). A população rural mais frágil entrou nesse processo apenas de forma subalterna e viu suas condições de reprodução da vida piorarem sucessivamente obrigando-a à migração - permanente ou temporária - e, conseqüentemente, ao "desenraizamento" de seu lugar de origem como única alternativa diante do processo de modernização do país¹³.

A região nordeste paulista teve um papel fundamental nesse processo, pois se tratou de um caso proeminente desse tipo modernização agrícola¹⁴. Gerou expropriação de camponeses e concentração fundiária e, num mesmo processo, atraiu um grande contingente de força de trabalho migrante que foi se tornado cada vez mais precarizada. Isso gerou impactos socioambientais negativos como a degradação ambiental da região e a formação de periferias - e de cidades inteiras - que abrigam essa força de trabalho precarizada pelo desenvolvimento. Este

¹³ Em 2011, realizei de uma pesquisa de iniciação científica que visava analisar de um ponto de vista relacional as trajetórias sociais dos trabalhadores migrantes na agroindústria paulista. Estas trajetórias podem ser vistas como um retrato fiel da história de expropriação e violência aos trabalhadores rurais que caracterizou o processo de desenvolvimento rural no Brasil. Os principais resultados dessa pesquisa, bem como parte da bibliografia que nos orientou podem ser encontrados resumidamente em:

<<http://www.prp.rei.unicamp.br/pibic/congressos/xixcongresso/paineis/060833.pdf>>.

Sobre o intenso processo migratório de trabalhadores rurais para a agroindústria da região de Ribeirão Preto: Silva, 1999.

¹⁴ Tentaremos, na sessão seguinte, baseados em Prado Jr (2000) e Ianni (2004b), caracterizar o tipo de desenvolvimento rural historicamente hegemônico no Brasil como "precário, predatório e excludente". Na região nordeste paulista não foi diferente, embora, a volta das interpretações dualistas com o agronegócio dissimule esta visão.

conjunto de fatores contribuiu para a territorialização do MST na região nos anos noventa (SCOPINHO, 2012).

Atualmente, a região de Ribeirão Preto configura-se como um polo comercial e também ideológico do agronegócio¹⁵. Lá ocorrem a *Agrishow - Feira Internacional de Tecnologia Agrícola em Ação* que em 2013 esteve na sua vigésima edição e a *Festa do Peão de Boiadeiros de Barretos*, na sua quinquagésima oitava edição. Além disso, há uma forte presença da Abag-RP (Associação Brasileira de Agronegócio). A partir dos anos oitenta, criou-se no congresso nacional a União Democrática Ruralista (UDR), o agronegócio fortaleceu-se tornando-se o principal obstáculo aos movimentos sociais de luta pela terra, simbolizado, além da violência explícita contra camponeses, pela implantação do Modelo de Reforma Agrária de Mercado (MRAM). O discurso desses movimentos que antes se voltavam, exclusivamente, contra o latifúndio improdutivo passou a não mais ser suficiente. A forte pressão ideológica do agronegócio alterou os discursos e as formas de luta do MST e é nesse contexto que se enquadra o Encontro Nacional de Violeiros organizado por esse Movimento Social.

Faremos, na primeira parte deste capítulo, uma análise histórica do processo de desenvolvimento rural da região nordeste paulista caracterizando-o como precário, predatório e excludente. Na segunda parte, tentaremos contextualizar historicamente o MST e o agronegócio - como desdobramentos desse processo - no período estudado. Adiante, tentaremos apontar os elementos do embate ideológico entre ambos, no meio do qual realizaram-se os Encontros de Violeiros.

2.1. O DESENVOLVIMENTO PRECÁRIO, PREDATÓRIO E EXCLUDENTE DA REGIÃO NORDESTE PAULISTA

No Estado de São Paulo, o desenvolvimento capitalista no campo ocorreu com a chegada das plantações de café, ainda no século XIX, pelo Vale do Paraíba, vindo do Rio de Janeiro, e foi responsável, já nesse local, pela expulsão de camponeses – aqueles chamados de “caboclos”, por Monteiro Lobato (2009a) – e pela criação de uma rede de indústrias e serviços subsidiários que formaram núcleos urbanos no entorno. Nos anos de 1940, devido à crise cafeeira, depois de ter

¹⁵ Nome dado ao mais recente ciclo de modernização agrícola, mas que, na verdade, representa uma continuidade do processo historicamente dominante.

desbravado “dois oestes paulistas”¹⁶, o café deu lugar à cana-de-açúcar na dianteira da grande lavoura capitalista paulista. Os engenhos, ainda sob a mesma formação social empregada no cultivo do café – a colônia – modernizaram-se, principalmente nos anos de 1950 e 1960 e 1970 e transformaram-se em usinas, expulsando de suas terras parte da força de trabalho, os colonos, dando lugar à contratação de força de trabalho mais precarizada, os chamados boia-frias. (IANNI, 2004b).

Essa característica da produção agrícola no Brasil – a saber, o aproveitamento máximo da extração de um algum produto agrícola ou mineral, assentado sempre em bases precárias e provisórias até seu esgotamento e voltado para o mercado externo – foi o método dominante da economia brasileira desde a colonização (PRADO Jr., 2000). A monocultura do café configurou-se em mais um desses ciclos, sem grandes alterações na estrutura descrita¹⁷.

Caio Prado Jr. dedicou um volume de sua obra *Formação do Brasil contemporâneo* (2000) publicado pela primeira vez em 1942 a essa forma tipicamente colonial de ocupação do território. Foi ela que deu o “sentido” da formação econômica brasileira. Ele chamou de “evolução cíclica, por arrancos” tal estrutura que teria origem natural no tipo de exploração colonial de gêneros tropicais, e que ainda prevalecia no Brasil. A forte crise da economia cafeeira, aliás, foi a expressão sentida, àquela época, dos efeitos desse tipo de desenvolvimento assentado em bases precárias.

Esta evolução cíclica, por arrancos, em que se assiste sucessivamente ao progresso e ao aniquilamento de cada uma de todas as áreas povoadas e exploradas do país, uma atrás da outra, não tem outra origem que o caráter da economia brasileira acima analisado. Como vimos é em bases precaríssimas que ela se assenta. Não constitui a infra-estrutura própria de uma população que nela se apoia, e destinada a mantê-la; o *sistema organizado da produção e distribuição de recursos para a subsistência material dela*. Mas um “mecanismo”, de que aquela população não é senão um elemento propulsor destinado a manter seu funcionamento em benefícios de objetivos completamente estranhos. Subordina-se portanto inteiramente a tais objetivos e não conta com forças próprias e existência autônoma. Uma conjuntura favorável a um produto qualquer que é capaz de fornecer impulsiona seu funcionamento e dá impressão puramente ilusória de riqueza e prosperidade. Mas basta que aquela conjuntura se desloque, ou se esgotem os recursos naturais disponíveis, para que aquela produção declina e pereça, tornando impossível manter a vida que ela alimentava. Em cada um dos casos em que se organizou um ramo de produção brasileira, não se teve em vista outra coisa que a oportunidade momentânea que se apresentava (PRADO Jr, 2000, p. 126, grifo do autor).

¹⁶ Após deixar o Vale do Paraíba, o café avançou para a região de Campinas, chamada de “primeiro oeste paulista”, e, depois avançou para a região de Ribeirão Preto, denominada de “segundo oeste paulista” (IANNI, 2004b).

¹⁷ Monteiro Lobato chamou esta estrutura de desenvolvimento dada no Brasil de “progresso nômade”, quando descreveu a situação de abandono e pobreza das cidades no Vale do Paraíba abandonadas pelo café que seguiu para o “oeste” em busca de novas terras (LOBATO, 2009a).

As bases precárias da agricultura brasileira foram uma característica constante tanto na grande lavoura quanto na pequena agricultura de subsistência. As técnicas agrícolas rudimentares, se comparadas com as de outros países, demonstravam a precariedade técnica e tecnológica da agricultura brasileira durante e após o período colonial¹⁸. Este fator foi responsável, inclusive, pela baixa produtividade e perda na concorrência de produtos para outras áreas coloniais e é um dos fatores, que combinado com o aspecto político e social, dará sentido às interpretações dualistas, ou seja, à ideia generalizada do rural brasileiro associado ao atraso, ao velho, à pobreza, enfim, àquilo que deveria acabar e dar lugar ao novo, ao moderno (PRADO Jr., 2000)¹⁹. A região nordeste paulista, cujas cidades que compõem o chamado "segundo oeste paulista", foram formadas por esses "arrancos" com a passagem da monocultura de café e, posteriormente, da cana-de-açúcar.

A obra *Origens agrárias do Estado brasileiro*, de Octávio Ianni (2004b), nos trouxe uma referência empírica sobre este processo histórico de desenvolvimento capitalista no campo desta região²⁰. Sua importância vai além da contribuição à análise histórica. Seu firme posicionamento de que as modificações ocorridas no campo têm um papel imprescindível para interpretar as características da sociedade nacional de sua época converge com o aparato metodológico da Escola Sociológica Paulista de que o mundo rural "atrasado" - personificado pelo caipira - foi determinante para o processo geral de desenvolvimento capitalista no Brasil²¹. Para ele, não só o desenvolvimento urbano-industrial foi possível apenas pelo emprego dessa imensidão de camponeses expulsos do lugar de origem, mas, o padrão de reprodução do capital industrial

¹⁸ Prado Jr. usa como exemplos o uso generalizado da enxada e não do arado, o uso quase exclusivo da força de tração animal e não da água. *Os depoimentos dos viajantes estrangeiros que nos visitaram em princípios do séc. XIX são freqüentemente de flagrante atualidade. Neste, como aliás em outros setores de igual relevo. Quem percorre o Brasil de hoje fica muitas vezes surpreendido com os aspectos que se imagina nos nossos dias unicamente em livros de história; e se atentar um pouco para eles, verá que traduzem fatos profundos e não são apenas reminiscências anacrônicas* (PRADO, Jr., 2000, p. 4).

¹⁹ Prado Jr. (2000) já reconhecia que a agricultura de subsistência – precaríssima, pobre, dominada – geralmente empregada dentro dos limites dos próprios latifúndios, tinha a função de subsistência para todo o sistema social que formava a grande lavoura colonial. Tinha seu caráter modesto e mesquinho justamente para atender a uma demanda não menos precária e mesquinha, a colonização.

²⁰ A obra compõe-se de três textos, sendo que utilizamos os dois primeiros: o primeiro deles, *A classe operária vai ao campo*, publicado pela primeira vez em 1976, refere-se a uma pesquisa realizada no município de Sertãozinho - cidade que se localiza na macroregião de Ribeirão Preto - e mostra o processo de transformação capitalista no campo deste município, o auge e crise da economia cafeeira, a chegada da cana e a transformação do engenho em usina. O segundo, *Classes agrária e proletariado nacional*, de primeira publicação em 1961, trata da formação das classes sociais agrícolas, dentre elas, o boia-fria; e da importância que as transformações estruturais no campo têm para toda a sociedade no Brasil.

²¹ Sobre o pensamento de Otávio Ianni crítico ao Iseb: ORTIZ (2009) e IANNI (2004a).

adotado no Brasil necessitou de uma agricultura organizada de forma a baixar os custos de reprodução da força de trabalho urbana, ou seja, de uma agricultura precária, predatória e excludente, fosse ela "modernizada" ou não.

O trecho seguinte da obra de Ianni (2004b, p.145) ilustra muito bem a sua posição sobre a relação entre desenvolvimento industrial e desenvolvimento agrário:

Tomemos a questão mais ao nível do presente, e busquemos compreender por que nos últimos anos está havendo uma transformação notável na sociedade agrária, um notável desenvolvimento das classes sociais no mundo agrário. Penso que o desenvolvimento das classes sociais no campo nos últimos anos, em especial desde 64, está relacionado com o fato de que o mundo agrário foi definido como um mundo de produção de excedentes de produção: excedentes para as cidades, a indústria nacional e a exportação. Intensificou-se o processo de desenvolvimento capitalista no campo, especialmente de grandes unidades produtivas (fazenda, empresas agrícolas e pecuárias, agropecuárias extrativas etc.) com a finalidade de suprir a cidade e a indústria, mas também com a finalidade de exportar para produzir divisas para importar máquinas etc. para a indústria da cidade. No campo, produzir é produzir para manter e desenvolver o "modelo econômico" adotado, eminentemente aberto à economia internacional.

Como veremos, no final do século XX e início do XXI isso ainda se aplicava à realidade. Esse período foi profundamente influenciado pela questão agrária. Intensificou-se o mesmo tipo de modernização agrícola com o agronegócio, e o embate entre Estado e movimentos sociais do campo tomou grandes proporções na agenda política do país.

2.1.1. O ciclo do café

Segundo Ianni, foi com a chegada das fazendas de café e seu modo de organização específico que as relações capitalistas chegaram ao campo no Brasil. Ensaçou-se, pela primeira vez, antes mesmo da abolição do trabalho escravo, uma forma de assalariamento. Porém, de início, ela não modificou as bases em que se assentava a agricultura colonial: grande lavoura para a exportação baseada num sistema de uso precário e predatório do território que obrigou a ocupação sucessiva de novas terras, deixando as velhas totalmente depredadas (IANNI, 2004b; PRADO Jr, 2000).

A economia do café tornou-se a base da economia nacional, o principal gerador de divisas e regulador da política monetária nacional. Além disso, o êxito do café (tanto em termos de demanda como de sua forma de cultivo) foi um dos responsáveis pela criação de uma economia urbana local desenvolvida sob as necessidades de logística e de divisão do trabalho geradas por essas atividades. A economia do país definia-se por ser extremamente dependente de um produto (agrícola) que não estava livre nem das intempéries climáticas, nem, muito menos, das

intempéries da economia internacional já que essa compunha a grande parte da demanda (IANNI, 2004b; PRADO Jr, 2000)²².

O crescimento da demanda externa e o tipo de exploração do solo baseado no esgotamento das áreas cultivadas e abertura de novas frentes chocava pequenos sítiantes - que eram empurrados para áreas cada vez mais periféricas - e grandes fazendeiros capitalizados pelo comércio do café, os quais podiam facilmente comprar aqueles pequenos sítios. Além disso, a apropriação privada, por meio da compra, das terras devolutas da região ocorreu de modo generalizado, sem empecilhos financeiros ou legais (IANNI, 2004b)

Como se vê, o mundo caipira, que inegavelmente possui uma fisionomia própria, elaborada no decorrer de um longo processo de formação iniciado com a colonização portuguesa, está sendo atingido intensamente pela expansão do capitalismo no campo. Nos parágrafos anteriores já ficou evidente que há uma ordem econômica sofrendo diretamente efeitos desorganizatórios. Trata-se da economia rural, que subsiste ainda em muitas áreas do país, mas que em outras está sendo progressivamente alcançada, modificada e destruída (IANNI, 2004b, p. 107).

Ao introduzirem pela primeira vez um padrão capitalista no campo brasileiro, as fazendas de café combinaram a manutenção de uma estrutura patrimonial com a introdução de uma empresa agrícola com padrões racionais de utilização do capital, inclusive “importando” força de trabalho qualificada, via imigração. Sua inovação mais importante foi, portanto, de caráter qualitativo. O uso generalizado da tecnologia era ainda inexistente – só veio com as usinas de cana-de-açúcar a partir dos anos de 1940. O sistema de colonato foi a principal forma de introdução do trabalho assalariado, ou seja, das relações sociais capitalistas no Brasil.

No ciclo do café, a urbanização foi ainda, indiscutivelmente, baixa e estruturou-se diretamente dependente da formação social e da divisão do trabalho gerada pela economia cafeeira (IANNI, 2004b). Antes da crise cafeeira, a industrialização ainda não era uma questão de importância para o debate sob os rumos do país. Como nos explicou Bielschowsky (2000), o debate público sobre a industrialização, embora com manifestações e práticas desde o século XIX, só começaria a ter a importância determinante nos anos de 1930, após a crise cafeeira e a inevitabilidade de se procurar uma alternativa para recompor a economia arrasada com fim de mais um de seus ciclos.

²² No ciclo do café, a urbanização foi ainda, indiscutivelmente, baixa e estruturou-se diretamente dependente da formação social e da divisão do trabalho gerada pela economia cafeeira (IANNI, 2004b). Antes da crise cafeeira, a industrialização ainda não era uma questão de importância para o debate sob os rumos do país. Como nos explica Bielschowsky (2000), o debate público sobre a industrialização, embora com manifestações e práticas desde o século XIX, só começaria a ter a importância determinante nos anos de 1930, após a crise cafeeira e a inevitabilidade de se procurar uma alternativa para recompor a economia arrasada com fim de mais um de seus ciclos.

2.1.2. A formação e a expansão da economia açucareira

A substituição generalizada do café pela cultura da cana-de-açúcar foi impulsionada, principalmente no período entre guerras, pela crise cafeeira. De início, a única diferença, além do produto cultivado, foi a estrutura fundiária que se concentrou ainda mais, visto que a economia cafeeira possibilitara um relativo aumento da pequena produção comercial de café, engendrada por imigrantes que escapavam ao sistema de colonato. Esse permaneceu como o principal tipo de formação social do engenho²³ e se modificaria apenas com o processo de mecanização do mesmo, ou seja, a transformação desse em usina.

Esse foi um processo complexo que traria consequências para a sociedade como um todo, sobretudo, para a sociedade urbano-industrial que se formava aceleradamente nesse período. Segundo Ianni, as relações de produção capitalistas intensificaram-se no campo na região nordeste paulista por duas vias: a mecanização da produção e a regularização das relações trabalhistas. A primeira ocorreu como consequência da segunda, ou seja, como resposta do capital à formalização das leis trabalhistas que tinham um duplo objetivo: proteção ao trabalhador rural, mas também, aumento do controle político sobre essa categoria.

Para Ianni (2004b, p. 49),

O crescimento da produção açucareira foi também o resultado do desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção açucareira [além do aumento da demanda por este produto]. Progressivamente, cresceu a importância relativa e absoluta da máquina, fertilizante, defensivo, energia elétrica, derivados do petróleo e da ação governamental. Ao mesmo tempo alteram-se a composição e a participação da força de trabalho no processo produtivo, tanto nos canaviais quanto nas usinas.

Seu argumento é o de que a forte mecanização dos engenhos ocorrida a partir dos anos de 1940 no estado de São Paulo, além de uma resposta ao aumento da demanda, foi, fundamentalmente, uma resposta à legislação trabalhista que chegava ao campo, ao trabalhador rural. O processo de mecanização foi expulsando a força de trabalho, os colonos, os quais se ajustaram como empregados temporários na própria usina, ou buscaram outras formas de ajustarem seus meios de vida. Dessa forma, manteve-se um padrão de reprodução do capital compatível com o nível precário da produção açucareira.

A legislação trabalhista chegou ao campo com vistas a formalizar o sistema de colonato. Entretanto, ela gerou o seu colapso. Como vimos, a conformação do mundo rural brasileiro, tanto

²³ Ianni identifica como “engenho” o sistema produtivo dos produtos da cana, anterior ao período de adoção generalizada da mecanização e modernização neste sistema, o que caracterizaria a “usina”.

o latifúndio como a de subsistência, sempre assentou-se em bases precárias, provisórias e de baixíssimo nível técnico e de reprodução da vida. A grande produção açucareira, assentada no sistema de colonato, não pôde suportar esse aspecto típico de “urbanização” das relações sociais em seu sistema²⁴. A automação da usina e a reconfiguração de sua força de trabalho, portanto, pode ser lida como uma resposta do capital agrário para que este continuasse se reproduzindo de maneira precária, mantendo o baixo nível de reprodução da vida dos trabalhadores (IANNI, 2004b).

O processo de mecanização, já em curso, potencializou-se e, como consequência, houve demissão de trabalhadores da usina provocando uma nova reformulação das relações trabalhistas. Então, o colono transformou-se em boia-fria. Geralmente, este processo deu-se por meio da demissão do colono - inclusive, de sua morada e da área reservada à sua horta para sua subsistência, sendo ele forçado a ir morar nas periferias das cidades - e posterior recontração do mesmo como “trabalhador temporário”, e este, assumindo funções cada vez mais específicas e reduzidas. Intensificou-se, dessa forma, de maneira brutal, a precarização do trabalho no meio rural, já, a partir dos anos de 1960 seguindo pelas décadas seguintes (IANNI, 2004b).

2.1.3. O boia-fria

Ianni constatou neste processo a construção de um novo padrão de reprodução do capital no campo, que passou a ser dependente da mecanização, da industrialização, e da incorporação dos pacotes tecnológicos, geralmente, externos e, com isso, deu-se a subordinação formal do trabalho ao capital. Graziano da Silva (1976) afirmou que a modernização agrícola no Brasil baseou-se na chamada "revolução verde" adotada anteriormente em larga escala na Ásia. Essa consistiu no uso de tratores, defensivos agrícolas e fertilizantes por meio do crédito agrícola como forma de acesso. Entretanto o crédito era sempre mal distribuído e serviu, em última instância, como mecanismo de transferência de renda para os grandes proprietários. A força de trabalho, antes, permanente - o colono - foi substituída pela temporária. Os que não foram incorporados nesse processo, caíram no desemprego efetivo, ou se enquadraram em outras atividades urbanas. Esse processo deu-se em níveis diferenciados de região para região, cada vez mais intenso, e ainda não se esgotou. Para Ianni (2004b, p. 171),

²⁴ Ianni argumenta que o sistema de colonato mantinha um elevado índice de urbanização devido o acesso a serviços e à formalização das relações trabalhistas.

Caberia, também, lembrar que trabalham nas fábricas de automóveis trabalhadores que saíram ontem, ou antes de ontem, do campo. É curioso observar que o trabalhador braçal da indústria automobilística se chama *peão*, se reconhece, reconhece como peão. Isto é, ontem era agricultor, sitiante, meeiro, posseiro camarada, assalariado de algum tipo. É interessante lembrar como o agrário está entre nós, aqui, na cidade. Está presente sob várias formas, mesmo porque, grande parte da população da cidade chegou ontem do campo; ou chegou antes, de ambientes de cunho bastante agrário. A história brasileira é a história da formação da sociedade das classes sociais no campo e na cidade (IANNI, 2004b, pp. 142-143).

Essa “revolução agrária”, tratada por Ianni, tal como ocorreu no estado de São Paulo, significou a intensificação e expansão do capitalismo no campo brasileiro e pautou, em última instância, a "progressiva constituição de uma *economia nacional*" (IANNI, 2004b, p.101). A modernização capitalista no campo, portanto, não foi capaz de alterar o caráter precário, predatório e excludente da agricultura. Pelo contrário, intensificou-o. Aliás, constituiu-se como uma resposta conservadora à possibilidade de mudança advinda com a legislação trabalhista.

Como lembra Martins, essa é a característica do "poder do atraso". Para ele, no Brasil, ocorre uma eterna incompletude do "moderno" que se dá pelas expectativas nunca alcançadas. O poder do atraso se repõe e se renova a cada modificação social, por isso, não há a possibilidade de uma modernização de fato, como ocorrera nos países representativos do desenvolvimento capitalista que foi baseada em rupturas sociais, culturais, econômicas e institucionais. Aqui "O novo surge sempre como desdobramento do velho [...]" (MARTINS, 1994, p. 30).

As mudanças no padrão de reprodução do capital no campo, portanto, foram extremamente funcionais para a construção estrutural e ideológica do desenvolvimento urbano-industrial. Francisco de Oliveira, em *Crítica da razão dualista*, esclarece sobre este processo:

Nas condições concretas de expansão do capitalismo no Brasil, o crescimento industrial teve que se produzir sobre uma base de acumulação capitalista razoavelmente pobre, já que a agricultura fundava-se, em sua maior parte, sobre uma acumulação “primitiva”. Isso quer dizer que o crescimento anterior à expansão industrial do pós-anos 1930 não somente não acumulava em termos adequados à empresa industrial, como não sentou as bases da infra-estrutura urbana sobre a qual a expansão industrial repousasse: antes da década de 1920, com exceção do Rio de Janeiro, as demais cidades brasileiras, incluindo-se nelas São Paulo, não passavam de acanhados burgos, sem nenhuma preparação para a industrialização rápida e intensa. (OLIVEIRA, 2003, p. 55).

Os resultados do processo de modernização capitalista do campo foram os que pautaram o desenvolvimento econômico "desigual e combinado" do país. Assim, foi a conservação do baixo custo da força de trabalho no meio rural que gerou as divisas para a expansão do desenvolvimento urbano-industrial, isto é, contribuiu para que o custo dessa força de trabalho

urbana permanesse baixo, precário. Além disso, e não menos importante, ofereceu perenemente mão de obra barata para essa expansão (IANNI, 2004b; OLIVEIRA, 2003)²⁵.

A população expulsa do meio rural foi o elo mais frágil desta relação social em modificação. No estado de São Paulo, onde predominaram os ciclos do café e da cana, o antigo colono viu sua condição de vida piorar através da modernização capitalista no campo, restando-lhe outras formas de ajuste na cidade, no mundo urbano, tendo que se enquadrar rapidamente nos padrões da pobreza urbana, onde já eram pré-julgados por seu modo de vida, seu padrão educacional e seus costumes diferenciados dos padrões urbanos. O mesmo pode-se dizer do migrante.

Falando em nível nacional, Carlos Antônio da Costa Ribeiro (2003) trouxe uma fonte empírica sobre a inserção subalterna do camponês na cidade. Em um artigo que trata da estrutura de mobilidade social no Brasil, no período de 1973 a 1996, o autor chegou a uma conclusão que anula completamente o tipo de afirmação que apela para a existência de uma grande mobilidade social positiva no Brasil neste período²⁶. Segundo ele,

Comparativamente, filhos de pessoas nas classes altas têm centenas de vezes mais chances de permanecer no topo do que filhos de pessoas das classes baixas. Além disso, podemos observar que a maior parte da mobilidade social está relacionada à mobilidade entre classes muito pouco privilegiadas. Por exemplo, grande parte das oportunidades agregadas de mobilidade diz respeito à substituição da situação de pobreza rural por outra de pobreza urbana. Os pobres das cidades têm condições de vida marginalmente melhores do que os pobres do campo. Ou seja, há uma melhora das condições de vida mais nada que seja motivo de orgulho. No Brasil, há muita renda e muita oportunidade de mobilidade social, mas esta renda e estas oportunidades estão pessimamente distribuídas (RIBEIRO, 2003, p. 145-146)²⁷.

Ribeiro utiliza a ideia de “movimento inercial” para caracterizar a estrutura de mobilidade no Brasil, ou seja, ele reconhece que houve um grande movimento de mobilidade de classe no Brasil no período estudado, porém, essa mobilidade restringe-se à passagem da pobreza rural à

²⁵ Nesta obra, Oliveira, também faz uma crítica ao dualismo, porém, ao dualismo empregado pela CEPAL. Esta, assim como o Iseb, teve grande influência nas concepções e diretrizes do desenvolvimentismo industrial.

²⁶ Esta constatação nos parece necessária para se afastar qualquer tipo de imagem positiva que possa ter a migração forçada de camponeses para a cidade. Não se trata de não reconhecer a possibilidade de casos em que realmente houve ascensão social, ou que, houvessem percepções positivas sobre este processo, mas, historicamente, este processo foi extremamente violento, envolveu lutas, conflitos sociais, expropriação e mortes. A obra de Ianni (2004b) nos permite visualizar um caso que pode ser generalizado para muitos municípios de São Paulo, por onde passou o café e depois a cana, que perdura até hoje.

²⁷ Os dados provêm de quatro Pesquisas Nacionais por Amostragem Domiciliar (PNADs) realizadas pelo IBGE em 1973, 1982, 1988 e 1996. (RIBEIRO, 2003, p.145).

pobreza urbana - com um ganho ínfimo de acesso a serviços. Foi este o tipo de inserção no mundo urbano do trabalhador rural descartado pela modernização capitalista do campo.

Como vimos, o processo de modernização agrícola foi extremamente difícil para os trabalhadores rurais. Esses viram suas condições de vida piorarem, sendo obrigados a buscarem alternativas cada vez mais precárias de trabalho, na própria fazenda ou na cidade. Entretanto, o sentido positivo da expressão "modernização" esconde esse processo histórico violento do tipo de desenvolvimento adotado para o campo. Esse sentido dado ao desenvolvimento apela ao dado tecnológico e produtivista e acompanhou anos mais tarde o processo que se convencionou chamar de "agronegócio". Este foi fortemente violento frente à possibilidade da reforma agrária reivindicada pelos movimentos sociais do campo que reapareceram no contexto de redemocratização do país.

Nos anos de 1990, esse contínuo processo de expropriação de camponeses não se alterou. Embora o modelo da "revolução verde" entrasse em crise (OLIVEIRA, STEDILE, 2005), a escolha feita pelos governantes foi a aliança com o capital internacional através da abertura política que intensificou as dificuldades de agricultores em competirem no mercado mundial. A proletarianização e o êxodo rural continuaram na ordem do dia nos anos de 1990 (BRANFORD, ROCHA, 2004).

2.2. O AGRONEGÓCIO COMO CONTINUIDADE DO “PODER DO ATRASO”

A partir dos anos de 1980 surgiu um novo paradigma interpretativo das mudanças ocorridas no campo no Brasil. A expressão “agronegócio” passou a designar a forma como se deu o revigoramento da “moderna agricultura”, após o esgotamento do modelo da "revolução verde". Hereida, Palmeira e Leite (2010, p. 160) explicam a origem dessa nova nomenclatura:

A ideia do agronegócio será uma espécie de atualização desta visão, em que o lado “agrícola” perde importância e o lado “industrial” é abordado como tendo referência não a unidade industrial local, mas o conjunto de atividades do grupo que controla suas atividades de gerenciamento. O *boom* das exportações de produtos agrícolas e agroindustriais nos anos mais recentes levou a adoção da expressão “agronegócio” ou de sua matriz *agribusiness* por associação de produtores (como a Associação Brasileira de *Agribusiness* – Abag, de 1993) e até pelos próprios empresários. Da perspectiva da análise dos economistas rurais é interessante notar, adicionalmente, que a resistência do *mainstream* ao uso de uma abordagem “intersetorial” agricultura-indústria até meados dos anos de 1980 [...] é completamente revertida na década de 1990 quando se verifica uma adesão, política é certo, aos novos termos (*agribusiness* primeiramente e, na sequência, agronegócio) e sua capacidade “explicativa”, em termos de análise econômica, do novo estatuto do setor agropecuário, agora funcionando de forma “integrada”.

O texto referido trata do resultado parcial de uma pesquisa empreendida pelos autores que visou mapear empiricamente os desdobramentos sociais em algumas regiões onde predomina o “agronegócio”. Para isso buscou-se compreender que tipo de sociedade se forma dentro e no entorno dos chamados complexos agroindustriais. Interessa-nos aqui as relações encontradas que desmistificam os aspectos entusiásticos assumidos pelo agronegócio e veiculados por seus ideólogos²⁸.

Para os autores, o agronegócio renova e reforça a antiga ideia, tipicamente dualista, da contraposição de uma agricultura moderna à outra atrasada no Brasil. Tal diferenciação sempre se deu, igualmente nos processos anteriores, pelo viés tecnológico empregado na produção: "Assim foi com a introdução dos engenhos à vapor e com as usinas de açúcar no nordeste canavieiro; ou com o uso sistemático de máquinas no arroz e no trigo no sul do país nos anos de 1950" (HEREIDA, PALMEIRA, LEITE, 2010, p. 159). Ademais, como esclarecem os autores, o agronegócio - noção mais recente de "agricultura moderna" - é, originalmente, contraposta ao latifúndio, ou seja, ao arcaísmo que este representa (como vimos em PRADO Jr, 2000). No entanto, o agronegócio não foi capaz de modificar tal estrutura, pelo contrário, passou a reforçá-la sob um novo discurso modernizante. O latifúndio improdutivo e as práticas como a grilagem de terras são usados como reserva de valor para especulação ou para futuras expansões da agropecuária:

Com a importância assumida pelas exportações de produtos agropecuários e agroindustriais e com o envolvimento nesses empreendimentos de capitais das mais diferentes origens, e não só do chamado “capital agrário” (PALMEIRA e LEITE, 1998)²⁹, a própria resistência dos grandes proprietários de terras às tentativas de mudança do sistema fundiário deslocou-se da defesa da “propriedade” e das “tradições” para a defesa do que seria a “atividade empresarial” no campo e “as (grandes) propriedades produtivas”, “responsáveis pelo desenvolvimento do país” (HEREIDA, PALMEIRA, LEITE, 2010, p. 159-160).

Acreditamos que foi neste sentido a tentativa do MST ao contrapor-se no plano cultural e ideológico a essa noção hegemônica de agronegócio, que, como informam esses autores, não representou uma mudança de fato nas estruturas agrárias brasileiras. Pelo contrário, passou a reforçá-las. Por conseguinte, tornou-se o principal obstáculo à luta pela terra e, por isso, o

²⁸ É contra este tipo discurso (hegemônico) que se configurará o discurso do MST no período por nós estudado. O Encontro Nacional de Viroleiros pode ser lido como uma confrontação direta à "cultura do agronegócio", feita através do resgate de um universo de sentidos pertencente ao mundo caipira.

²⁹ Os autores se referem a: PALMEIRA, M.; LEITE, S. “Debates econômicos, processos sociais e lutas políticas”. Em: L. F. Costa e R. N. Santos (Orgs.). *Política e reforma agrária*. Rio de Janeiro, Mauad, 1998.

principal alvo de críticas dos movimentos sociais do campo, já que intensificou o processo de expropriação de camponeses, tornando cada vez mais difícil sua reprodução.

É importante lembrar que, para os autores, o agronegócio não se instala de maneira homogênea, trata-se de um processo em andamento que gera diferentes formações sociais ao seu entorno e interliga territórios por meio da migração. A ideia de desenvolvimento "desigual e combinado", que definiu o desenvolvimento periférico no Brasil (IANNI, 2004b; OLIVEIRA, 2000), pode ser aplicada a esse novo processo. Ademais, o agronegócio conserva o caráter precário, predatório e excludente de sua expansão, baseada na importação de pacotes tecnológicos que o torna dependente de grandes empresas transnacionais. Por esse motivo, podemos afirmar que se trata de uma continuidade do velho tipo de modernização agrícola, chamada de "Revolução verde". A novidade estaria no uso indiscriminado da nova matriz tecnológica: a engenharia genética (HEREIDA, PALMEIRA, LEITE, 2010; OLIVEIRA, STEDILE, 2005).

Uma breve análise de um material editado pela Via Campesina dedicado ao agronegócio, dos autores ligados ao MST, Oliveira e Stedile (2005), nos traz elementos para interpretar a visão dos movimentos sociais que se contrapõem ao modelo de desenvolvimento do agronegócio. Para os autores, o agronegócio representa um modelo de desenvolvimento que contraria o anseio dos trabalhadores rurais. É fruto da aliança entre a burguesia agrária, as grandes empresas mundiais do setor agrícola e a imprensa que, em geral, o propagandeia de forma enganosa. Sua matriz tecnológica baseia-se na biotecnologia, desenvolvida para superar a crise da revolução verde. O controle dessa tecnologia, de fato, nas mãos de grandes e poucas empresas transnacionais, é utilizado em benefício próprio, como no caso dos transgênicos que aprofundam a dependência dos agricultores aos "pacotes" oferecidos por essas poucas empresas.

Para Oliveira e Stedile, a adoção do agronegócio como saída da crise da revolução verde tratou de uma escolha de um dos modelos de produção agrícola entre outros possíveis, o qual se encontrava diretamente em disputa com um modelo que vinha ao encontro das necessidades dos trabalhadores rurais e já vinha sendo gestado com as ocupações de terras dos movimentos sociais. O caminho, portanto, não era monolítico. Toda a propaganda, bem como as políticas públicas, ou ausência delas, em favor do agronegócio podiam ser explicadas por essa disputa. Ademais, todo o ataque direto ou indireto aos movimentos sociais que lutavam pela alternativa foi resultado dessa disputa política, econômica e ideológica. Segundo esses autores:

Está em curso na sociedade brasileira uma disputa de modelo econômico e de modelo de produção agrícola. As fazendas do agronegócio representam a parcela da burguesia nacional que possui ativos na agricultura e que se aliou, ou melhor, se subordinou ao capital estrangeiro representado pelos interesses das grandes empresas transnacionais. [...] Então, está em curso uma tríplice aliança: entre os fazendeiros do agronegócio, as empresas transnacionais que controlam a agricultura e as empresas de comunicação (OLIVEIRA; STEDILE, 2005).

Oliveira e Stedile (2005) trazem dados que contestam as informações veiculadas pela intensa propaganda do agronegócio. Essas, geralmente, veiculavam: 1) um sobrepeso do papel da agricultura na economia brasileira - fato que dá margem ao forte apelo salvacionista da economia invocado pelo agronegócio; 2) a ideia de que a agricultura, com o agronegócio, passou a alimentar a indústria - pelo contrário, aprofundou sua dependência; 3) o discurso de que o agronegócio passou a dominar a agricultura brasileira - entretanto, quase toda produção de alimentos e até boa parte da produção de *commodities* é realizada por pequenas e médias propriedades de produção familiar; 4) a ideia de que as agroindústrias geram emprego no meio rural - pelo contrário, precarizam a força de trabalho e expropriam pequenos agricultores, além disso, esconde perversidades como o uso sistemático de formas contemporâneas de escravidão e; 5) que o agronegócio desenvolve os municípios do seu entorno - todavia, gera êxodo rural, agravando os problemas urbanos e ambientais.

Atualmente, na região de Ribeirão Preto, destaca-se o papel da Abag-RP. Essas mesmas questões continuam a ser veiculadas fortemente como propaganda, e associa falsamente o agronegócio ao desenvolvimento sustentável, à produção de energia "limpa", à diversificação da produção de alimentos, etc. Fundada em 2001, realiza uma forte "Campanha de Valorização Institucional da Imagem do Agronegócio" que vem sendo veiculada nas emissoras regionais de TV [...]. A Campanha já soma 40 peças publicitárias produzidas, e veiculações diárias, cerca de 1.500 por ano"³⁰. Encabeça projetos como o *Informativo AGROnegócio*, a *Agrishow*, o *Prêmio Abag de jornalismo* e o *Agronegócio na Escola*; este último traz um material em quadrinhos com o slogan: "Agronegócio, sua vida depende dele".

Além da propaganda, Hereida, Palmeira e Leite (2010) ressaltam a importância da intervenção do Estado na base do processo de transformação das regiões pesquisadas a partir dos anos de 1970. Para eles, não se pode falar em agronegócio sem falar nas ações do Estado e nas

³⁰ Texto e informações obtidos no site oficial da instituição: <www.abagrp.org.br> (consultado em 27/07/2014). Uma rápida visita ao site nos dá a dimensão da forte preocupação com a propaganda da imagem do agronegócio na região.

políticas públicas que viabilizaram não apenas as origens, mas também a sua expansão. Segundo os autores, representaram ações do Estado que viabilizaram a implantação do agronegócio e sua expansão - ainda em curso:

- 1) assentamentos/colonização dirigida (inclui o deslocamento de populações para áreas de fronteira e implantação de uma infraestrutura mínima para proveito do agronegócio)³¹;
- 2) inovação tecnológica e de pesquisa - papel, sobretudo, da Embrapa. Como exemplos, são citados a correção da acidez dos solos onde predominava o bioma do cerrado e a melhoria genética de sementes;
- 3) políticas de financiamento e crédito agrícola direcionadas ao setor patronal rural (crédito dirigido ao latifúndio). Incluem, largamente, as renegociações e o perdão do endividamento do setor;
- 4) formação da bancada ruralista no congresso nacional, que teve um forte papel no enfrentamento de projetos ambientais e sociais do próprio Estado;
- 5) subsídios à comercialização de produtos do agronegócio;
- 6) incentivos fiscais aos distritos agroindustriais.

Um dado bastante representativo da importância assumida pela ação do Estado neste período é o que se refere aos financiamentos agrícolas. Segundo Oliveira (1994, p.11):

"[...] o número de estabelecimentos que conseguem financiamentos no Brasil é pequeno, ou seja, em 1970, apenas 11,5% (576.598) dos estabelecimentos tiveram acesso aos financiamentos agrícolas. Já em 1980, esse percentual subiu para 21% (1.058.058) e em 1985 caiu para 12,6% (734.351). Portanto, é preciso chamar a atenção para o fato de que em 1985 mais de 5 milhões de estabelecimentos, ou seja, mais de 87% , não utilizaram financiamentos agrícolas. [...] Quando analisamos os dados referentes ao ano de 1985, a obtenção desse crédito estava dirigido socialmente, pois 3% do total chegou aos estabelecimentos de 10ha; 28% aos 10 a 100ha, e os restantes 72% foram destinados às propriedades de mais de 1.000ha. Em 1975 também, os médios e grandes estabelecimentos (mais de 100ha) já haviam ficado com 68,15 do total de financiamentos.

Em síntese a realidade sobre os financiamentos agrícolas foi a seguinte em 1985: 24,2% dos estabelecimentos que receberam financiamentos tinha menos de 10ha e ficaram com 3,5% dos financiamentos; enquanto que os estabelecimentos com mais de 1.000ha que eram 1,5% ficaram com 27,1% dos financiamentos.

Como afirma Fernandes (2008, p.48):

³¹ Esta política, largamente empregada, principalmente durante o regime militar, desmascara o mito que os autores chamam de "pioneirismo gaúcho", isto é, uma ideia que denota certa ação empreendedora e desbravadora por agentes privados (os gaúchos). Na verdade, tanto o esgotamento das terras no sul do país quanto as ações do Estado para amenizar o problema foram imprescindíveis para a ocupação e, principalmente, o tipo de ocupação dos territórios de fronteira.

A partir do início da década de 1990, a questão agrária passou a ser constituída de novos elementos. O latifúndio deixou de ser o principal problema para o desenvolvimento da agricultura camponesa. Agora, o agronegócio, com toda a sua potencialidade tornou-se um dos principais desafios para a luta pela terra e para a reforma agrária. Para combater as ocupações de terra, a política criada pelo agronegócio foi a Reforma Agrária de Mercado. Foi uma tentativa de tirar a luta popular do campo da política e jogá-la no território do mercado, que está sob o controle do agronegócio.

Para Carvalho (2004), o agronegócio representa uma continuidade do ideal político das classes dominantes agrárias, o qual perdura desde os anos cinquenta do século passado: a modernização agrícola sem reforma agrária. A adoção da chamada "revolução verde" como principal instrumento de modernização agrícola aliada às políticas de "colonização dirigida" do regime militar e ao crédito agrícola dirigido, entre outras medidas, materializou este projeto para o campo no Brasil. Desde então, enfrentou resistência de camponeses, organizados ou não, gerou conflitos, expropriação e dizimação de populações rurais e indígenas. O agronegócio, amparado por sua força ideológica (neodesenvolvimentista), sua organização dentro do Estado, por meio da UDR (União Democrática Ruralista), renovou as forças do latifúndio improdutivo - que havia, de certa forma, se desgastado depois de anos de luta dos movimentos sociais do campo - e se tornou o principal obstáculo à luta pela terra e ao projeto de reforma agrária dos movimentos sociais.

2.3. REFORMA AGRÁRIA E AGRONEGÓCIO: DOIS PROJETOS EM DISPUTA

Concomitantemente à consolidação do agronegócio a partir de meados dos anos de 1980, junto com o processo de redemocratização do país, surgiu o MST³² que se destacou neste período por meio da sua extraordinária territorialização, o que recolocou a histórica reivindicação da reforma agrária na agenda política do país.

Segundo Bernardo Mançano Fernandes (2008, p. 33), “O MST se territorializa por meio da ocupação de terra. A ocupação é uma forma de enfrentamento, resistência e recriação do campesinato”. Esse autor dividiu em quatro fases a atuação do MST. A primeira, iniciada desde meados dos anos de 1970, representou seu período de gestação e formação, por meio das lutas de posseiros e arrendatários para permanecerem na terra; a segunda fase foi o período da consolidação e formação da territorialização do MST, que se deu por meio das ocupações, em alguns estados do sul, sudeste e nordeste, realizadas principalmente por trabalhadores rurais

³² Fundado oficialmente em 1984, durante o I Encontro Nacional dos Sem Terra, realizado na cidade de Cascavel, no Paraná.

assalariados para se livrarem do assalariamento - ocorreu durante toda a década de 1980 e início de 1990; na terceira fase, ocorreu um forte processo de institucionalização (criação de uma estrutura organizativa, organização de encontros e congressos) e a territorialização em todo o território nacional por meio da rede de ocupações e a incorporação de trabalhadores também de origem urbana sob o discurso da ressocialização - período que abrange a toda a década de 1990; e, na quarta fase, já no início dos anos 2000, ocorreu a sua internacionalização por meio da filiação à Via Campesina.

O surgimento do MST e de seu modo de atuação baseado em ocupações de terras de latifúndios improdutivos deve-se ao fato de que continuava atual a demanda por uma reforma agrária. Isto, porque ainda prevalecia o latifúndio na base da estrutura agrária brasileira. Como dissemos, baseado em IANNI (2004b), o golpe militar de 1964 deu-se, sobretudo, pela preocupação das elites com os movimentos de luta pela terra no campo. As políticas agrárias adotadas durante o regime militar não tiveram em nenhum momento o objetivo de enfrentar o problema agrário, pelo contrário, apenas agravaram a situação desigual e conflituosa do campo.

A "colonização agrícola dirigida"³³, associada à política de "modernização agrícola" - adoção e implementação de pacotes tecnológicos oriundos da "revolução verde" - tinha como efeito o encurralamento de camponeses cada vez mais descapitalizados para áreas de fronteira agrícola. Enquanto isso, os "empresários agrícolas", cada vez mais capitalizados pelos benefícios da "modernização agrícola" empreendida pelo Estado, avançavam para essas áreas ocupadas, pela prática comum da violência e da grilagem de terras, tornando-as potencialmente conflituosas (FERNANDES, 2008).

A partir da redemocratização política, constata-se uma dubiedade na estratégia estatal: de um lado fortalecendo este modelo dominante e, de outro, consolidando uma "política de assentamentos rurais". Esse fato reflete a correlação de forças em disputa que caracterizou esse período. Por um lado, criou-se a UDR no congresso nacional, entidade responsável pela defesa dos interesses do setor patronal da agricultura, ou seja, dos empresários rurais - muitos deles, antigos latifundiários que sempre ocuparam o Estado brasileiro na defesa de seus interesses. Por outro lado, a redemocratização favoreceu a ascensão política de movimentos sociais e sindicatos,

³³ A colonização agrícola de fronteira fora a principal iniciativa do regime militar no campo das políticas agrárias, tinham como principal objetivo dar uma resposta conjuntural às lutas sociais que precederam o golpe militar empreendidas por movimentos que professavam a reforma agrária como mecanismo de desenvolvimento econômico e social, ou, simplesmente, reivindicavam os direitos (recentemente) adquiridos. Porém, este tipo de política agrária não foi o suficiente para pôr fim aos conflitos no campo (CAUME, 2006).

muitos deles, já existentes há tempos, mas que haviam sido abafados e reprimidos durante o regime militar.

Tal situação ainda assim era bastante favorável ao setor patronal da agricultura. Porém a força ideológica, a projeção internacional e o poder de mobilização de trabalhadores que vinha conquistando o MST, principalmente a partir de meados dos anos noventa, obrigaram o Estado a desenvolver uma política mais abrangente voltada para esse setor: a "política de assentamentos rurais". Isto fez com que o setor patronal usasse sua histórica hegemonia dentro do Estado para tentar neutralizar a ação do MST e dos movimentos sociais de luta pela terra em geral. A solução encontrada, ainda nessa década, foi a adoção de um pacote de políticas agrárias de cunho neoliberais propostas pelo Banco Mundial (BM) chamada de Modelo de Reforma Agrária de Mercado (MRAM)³⁴ que, na prática, tornou muito mais difícil a ação dos movimentos sociais.

2.3.1. A adoção da "política de assentamentos" como política compensatória a partir da redemocratização

Em meados dos anos de 1980, num contexto de redemocratização do país, a criação de assentamentos rurais emergiu como uma importante política agrária aplicada pelo Estado Brasileiro. Os “projetos de assentamentos” e a “desapropriação de terras por interesse público” substituíram a "colonização agrícola dirigida". No entanto, essas medidas surgiram ainda como tentativa do Estado, sob a forte influência dos ruralistas, de responder de maneira conservadora às ocupações de terras que começaram a ressurgir de forma mais sistemática e organizada na década anterior (CAUME, 2006; FERNANDES, 2008).

Em 1985, no Governo Sarney, foi elaborado o Plano Nacional de Reforma agrária (PNRA - Decreto nº 91.766, de 10 de outubro de 1985), pelos técnicos do Incra e pelo recém-criado Ministério da Reforma Agrária e Desenvolvimento (Mirad), como compromisso assumido com a Igreja Católica e com o sindicalismo rural. Entretanto, o PNRA sofreu modificações substanciais por conta da pressão de setores contrários, representados principalmente pela UDR, fato que inviabilizou a meta de assentar 1.400.000 famílias no período de 1986-89 (foram assentadas apenas 6,43% dessas famílias). Os entraves legais colocados à desapropriação de terras representaram o principal obstáculo à aplicação da lei (CAUME, 2006).

A constituição de 1988, em vigor, não regulamenta a reforma agrária. No artigo 184, concede ao governo federal o poder de desapropriar uma grande propriedade rural que

³⁴ Deteremo-nos sobre este modelo no item 2.3.2.

"não cumpra sua função social" e de pagar ao proprietário uma "justa indenização". Este artigo, porém, é menos progressista do que constava no velho Estatuto da Terra, sob o regime militar, que permitia ao governo desapropriar latifúndios definidos pelo tamanho, seja pelo uso da terra, sem referência alguma à "função social". A introdução desse conceito ambíguo criou uma brecha que, num sistema jurídico favorável à propriedade, beneficiou significativamente aos donos de terras. Por causa da pressão deles, o Incra definiu "função social" de forma bastante vaga, de modo que áreas quase inteiramente improdutivas ficavam a salvo da desapropriação (BRANFORD, ROCHA, 2004, p. 79-80).

Esse conjunto de fatores indica uma continuidade no que se refere à histórica estratégia do Estado de apenas dar respostas conservadoras, com políticas compensatórias³⁵, aos conflitos do campo, presentes em toda a história do país, organizados ou não. Como constata Caume:

A "política de assentamento" representa a forma desfigurada, dilacerada, de um processo de reconfiguração da estrutura fundiária ambicionado pelos trabalhadores rurais brasileiros. Materializa-se como resposta estatal às demandas sociais pela terra, mas representa, igualmente, os limites de um Estado que corporifica a hegemonia política dos setores contrários à reforma agrária articulados aos defensores da aplicação de meras "políticas compensatórias" no tratamento de mazelas sociais decorrentes de um modelo de desenvolvimento econômico seletivo e excludente. Os processos de produção e operacionalização das políticas públicas devotadas a (re)produção do agrícola e do agrário no Brasil revelam seu caráter inerentemente contraditório e ambíguo, atravessados por disputas entre forças sociais e políticas portadoras de estratégias e interesses distintos (CAUME, 2006, p. 22).

No período do governo Sarney, apostando no inevitável fracasso da legislação e na convergência de suas ações com os anseios de milhões de trabalhadores rurais atingidos pela "modernização dolorosa", o MST começou a se consolidar e se expandir extraordinariamente em termos territoriais, organizativos e no volume de integrantes. O aumento volumoso do número de ocupações de terra e também, em menor grau, de assentamentos dirigidos pelo MST obrigou, já nos anos noventa, o Estado a tomar algumas medidas "a reboque" desse Movimento, fato que evidenciou, por um lado, a força política adquirida pelo Movimento e, por outro, o caráter compensatório da "política de assentamentos" (BRANFORD, ROCHA, 2004; CAUME, 2006; FERNANDES, 2008; PEREIRA, 2009; RAMOS FILHO, 2009).

A ocupação, como forma de luta e acesso à terra, não é um fato novo. É um contínuo na história do campesinato. Desde o princípio de sua formação, os camponeses em seu processo de criação e recriação ocuparam a terra. Nas últimas quatro décadas, os posseiros e os sem-terra são os sujeitos dessa luta. Os posseiros ocupam terra, predominantemente, nas faixas da frente de expansão, em áreas de fronteira. Com a territorialização do capital, ocorrem os processos de expropriação desses camponeses, desenvolvidos principalmente pela grilagem de terra por latifundiários e empresários. Os sem-terra ocupam terras, predominantemente, em regiões onde o capital já se territorializou. Ocupam latifúndios – propriedades capitalistas – terras de negócio e exploração – terras devolutas ou griladas. As lutas por frações de territórios – os

³⁵ Sobre o caráter compensatório da política de assentamentos: Carvalho (2004).

assentamentos – representam um processo de territorialização na conquista da terra de trabalho contra a terra de negócio e de exploração. Essa diferença é fundamental, porque o grileiro, o latifundiário, o empresário chegam aonde o posseiro está. Os sem-terra estão ou chegam aonde o grileiro, o latifundiário e o empresário estão (FERNANDES, 2008, p. 34).

A pressão popular catalisada pelo MST e outras entidades como a Igreja Católica e o sindicalismo rural forçou o Estado a desenvolver a “política de assentamentos”. Entretanto, a forma histórica por meio da qual se deu esse processo não pode ser lida como uma simples resposta estatal a uma demanda social. Ela envolve atores sociais (políticos, técnicos, líderes sindicais, militantes e milhões de agricultores sem terra) e instituições (Incrá, BM, MST, Igreja, etc.) que foram disputando, construindo e reconfigurando essa política e, como consequência, o cotidiano dos assentamentos rurais em sua enorme diversidade de formas e processos organizativos. Isto foi decisivo também para as dificuldades enfrentadas cotidianamente pelos assentados (CAUME, 2006; FERNANDES, 2008; PEREIRA 2009; RAMOS FILHO, 2009, SCOPINHO, 2012).

O que estava em jogo era a disputa pelo controle econômico, político e ideológico sobre a reforma agrária. De um lado, um movimento social com uma ação fundiária baseada em ocupações de terras improdutivas para fazer valer a ideia de “função social da terra”. Tratava-se de uma concepção da terra como sendo, além de apenas um fator econômico, dotada de significação histórica, política e cultural. De outro, o Estado, pressionado pelos interesses dos ruralistas, que brigava pela supremacia de sua visão centralizadora e apassivadora dos assentamentos, tanto no momento de formação quanto depois de consolidado (CAUME, 2006; PEREIRA, 2009; RAMOS FILHO, 2009).

Caume (2006) analisa este período, de ascensão política do MST até o momento da implementação do MRAM - que ocorreu a partir do início do segundo mandato de governo FHC - sob uma perspectiva bastante crítica em relação à discursividade do Estado e, também, do MST sobre os assentamentos. Para ele, ambos tratam de desqualificar os assentados, reproduzindo-os como desenraizados, ignorantes e supersticiosos³⁶ e, os assentamentos, como lugares sem conflitos, totalmente passivos para receberem as diretrizes impostas. Dessa forma, pretendiam

³⁶ Esta visão é hegemônica apenas em um dos períodos por que passou o MST decorrente das várias mudanças ideológicas e programáticas por que sofreu em sua trajetória. Atualmente, dentro do Movimento, há um processo crítico a essa visão. A valorização da cultura camponesa, os discursos da "ressocialização" e de "enraizamento" apontam para isso. O próprio Encontro de Violeiros enquadra-se nesta nova discursividade.

impor sua visão ideal de assentamento nesses espaços, seja na perspectiva coletivista e cooperativista do MST, ou na perspectiva apaziguadora da gestão de conflitos do Estado.

Durante esse período de formação do Movimento até o início dos anos 2000, ambos, Estado e MST, foram modificando as suas estratégias de intervenção nos assentamentos. Segundo Caume (2006), entre os anos de 1985 e 1989 o MST era fortemente influenciado pelos ideais de comunidade e solidariedade cristãs devido à presença da Igreja Católica, por meio da Pastoral da Terra, na sua formação³⁷. Esses ideais direcionavam a política de intervenção do MST na formação dos assentamentos. A partir de 1990, - após a realização do III Encontro Nacional em 1987 e do II Congresso Nacional em 1990 - passa a ganhar força uma nova discursividade racionalizadora e científica, de cunho eminentemente econômico, que pregava uma forma empresarial de organização da produção nos assentamentos com base na produtividade³⁸.

Essa nova atitude do MST, mais confrontadora, foi diretamente influenciada pela disputa que se acirrava pela legitimação dos assentamentos sob um viés cada vez mais econômico - economicista/produtivista. Tanto para os setores favoráveis quanto para os contrários à reforma agrária, este passou a ser a justificativa e a prova. Os ideais cristãos de solidariedade, comunidade, coletividade, etc. não mais podiam disputar com o discurso econômico da produtividade, dito racional, se comparados com os crescentes índices do agronegócio. Ademais, a vitória de Collor para presidente em 1990, anunciava a forte repressão que sofreria o Movimento sob esse governo. Sem a possibilidade de qualquer amparo do Estado, o MST teria que mudar de estratégia para resistir (BRANFORD, ROCHA, 2004; CAUME, 2006).

Nesse período, a capacidade organizativa do MST e o cunho social de suas lutas fizeram com que crescesse a visibilidade de suas ações, crescendo também o debate em torno da reforma agrária no Brasil. O aumento dos conflitos no campo em todo o Brasil - que se destacavam, principalmente, na região do Pontal do Paranapanema³⁹ no Estado de São Paulo -, os massacres de Corumbiara em agosto de 1995 em Rondônia, e de Eldorado dos Carajás, em abril de 1996 no Pará, e a realização da “Marcha Nacional por Reforma Agrária, Emprego e Justiça”⁴⁰ em abril de 1997 deram visibilidade à violência contra os camponeses e formou uma opinião pública

³⁷ A influência da pastoral católica no MST pode ser muito bem visualizada no vídeo documentário: Tetê Moraes. *Terra para Rose*. Rio de Janeiro: Vemver comunicação, 1987.

³⁸ Sobre a cooperação nos assentamentos do MST: Scopinho (2007).

³⁹ Local “descoberto” e imediatamente considerado interessante ao MST devido a seu histórico de grilagem de terras e fazendas com títulos ilegais (BRANFORD, ROCHA, 2004, p.85).

⁴⁰ Sobre esses acontecimentos bem como outros importantes na história do Movimento: Branford, Rocha (2004).

internacional favorável à reforma agrária e ao MST. O Estado, por sua vez, respondia aos movimentos sociais de forma variada segundo os governos que o ocupavam e segundo a correlação de forças que se configurava internamente e externamente nos governos (CAUME, 2006; FERNANDES, 2008; PEREIRA, 2009; RAMOS FILHO, 2009)⁴¹.

2.3.2. O Modelo de Reforma Agrária de Mercado (MRAM)

A saída encontrada pelo Estado para neutralizar a ação do MST e deixar de atuar "a reboque" de suas ações, já no final dos anos de 1990, foi a adoção e implementação de políticas orientadas pelo chamado Modelo de Reforma Agrária de Mercado (MRAM)⁴². Segundo Pereira (2009), esta foi uma política de cunho neoliberal adotada para enfrentar a concorrência com o MST. Este autor traz um histórico da forma como esse modelo foi adotado no Brasil, bem como os pressupostos do Banco Mundial (BM), seu idealizador e propagador, e o interesse do governo em implantá-lo. Segundo ele:

A política agrária do BM consiste, fundamentalmente, em quatro grandes linhas de ação: a) estímulo a relações de arrendamento, como prioridade máxima; b) estímulo a relações de compra e venda de terras; c) privatização e individualização de direitos de propriedade em fazendas coletivas ou estatais; d) privatização de terras públicas e comunais. Para implementá-las o BM vem estimulando a mudança das legislações agrárias e estimulando a liberalização de empréstimos para os governos nacionais constituírem um novo aparato institucional que crie as condições legais e administrativas para a mercantilização total da terra e favoreça a atração de capital privado para o campo. Ao mesmo tempo, o BM passou a articular, em diversos países cursos e oficinas para a burocracia estatal diretamente responsável pela implementação de políticas no meio rural, bem como organizações não-governamentais "parceiras", a fim de exercer uma efetiva *direção intelectual e moral* sobre a definição de política agrária contemporânea dos estados nacionais (PEREIRA, 2009, p. 280);

A adoção do MRAM pode ser vista como a implantação de um conjunto de políticas estatais com o objetivo de combater outro tipo de ação fundiária, a dos movimentos sociais, que se baseia na desapropriação de terras privadas que não cumprem sua função social. Segundo

⁴¹ A ascensão política do MST e a implementação da política de assentamentos não significaram uma redução da violência no campo. Os dois massacres citados são exemplos da organização e do poder dos latifundiários em nível estadual junto com a polícia pública e as milícias privadas, uma conjuntura deixada pela ditadura militar que se manteve com a redemocratização. BRANFORD, ROCHA (2004) fazem uma análise detalhada desta situação no estado do Paraná.

⁴² O MRAM começa a ser implementado no primeiro governo FHC, se consolida como a principal política agrária do Estado no segundo governo FHC e continua fortemente no governo Lula (RAMOS FILHO, 2009). Segundo Pereira (2009, p. 280-281), "Iniciado em diferentes formatos, em 1994 na Colômbia e em 1997 na África do Sul, no Brasil e na Guatemala, o MRAM também inspirou programas dessa natureza em Honduras, México e Malauí, bem como reforçou politicamente programas já existentes em El Salvador e nas Filipinas".

Pereira (2009, p.186), "Politicamente, o objetivo do governo federal e do BM era diminuir a pressão provocada pelas ocupações de terra e a ascensão política dos movimentos sociais introduzindo um mecanismo de mercado que pudesse disputar a adesão de trabalhadores sem-terra".

O MRAM, que se baseia exclusivamente na liberalização de terras para o mercado auxiliado por uma política de financiamentos para sua compra e venda, portanto, não pode ser chamado de reforma agrária, pois não objetiva uma transformação na estrutura agrária brasileira extremamente concentrada, pelo contrário, como afirma Ramos Filho (2009, p. 252-253), "[...] almeja tirar o conteúdo político da reforma agrária, e na prática, inflaciona o mercado de terras beneficiando assim os proprietários dispostos a vender suas terras pelo preço que pedirem".

Pereira (2009, p. 280) chama de "deslizamento semântico" a caracterização do MRAM do BM como um modelo de reforma agrária, isto é, "Sua intenção é rebaixar politicamente a própria definição de reforma agrária, alargando-a de tal maneira que até mesmo programas de financiamento à compra e venda de terras entre agentes privados passem a ser considerados 'modalidades' de reforma agrária redistributiva". Na mesma linha de crítica, Ramos Filho (2009, p. 256) diz ser um "mero sofisma" o pressuposto do BM que difunde a "mercantilização das terras para os pobres como a única alternativa disponível para todos, de forma pacífica, ágil e transparente".

A seguir, baseados no levantamento realizado por Pereira (2009) e Ramos Filho (2009), apresentamos um breve histórico do conjunto de ações, programas e políticas que precederam e foram responsáveis por implementar o MRAM, a partir do primeiro mandato do presidente FHC, e consolidá-lo no segundo mandato, transformando-o na principal política agrária do Estado; e, também, ações que sugerem continuidade dessa política no governo Lula:

- **PCPR** (Programa de Combate à Pobreza Rural), 1995: tratou-se de um fundo estadual para financiar a compra de terras, introduzido de forma experimental no estado do Ceará "sucadâneo de uma longa série de projetos financiados pelo BM no Nordeste brasileiro desde 1975. [...] Foi dessa experiência, iniciada em fevereiro de 1997, que nasceu imediatamente o projeto-piloto Cédula da Terra (PCT), a partir da proposta do BM ao governo brasileiro" (PEREIRA, 2009, p. 286);

- **MEPF** (Ministério Extraordinário de Política Fundiária), criado em 1996: "Com ele o governo federal pretendia retomar a capacidade de resposta às pressões sociais e, ao mesmo tempo, neutralizar a ascensão política do MST" (PEREIRA, 2009, p. 284). Esta contra ofensiva se deu em quatro direções:
 - Lançado em junho de 1997 um pacote de medidas legais com o objetivo de tornar mais eficiente os processos constituição de assentamentos e evitar evasão.
 - Criação de entraves burocráticos e criminais às ocupações de terras, inclusive, passou a acionar a polícia federal para monitorar, coibir e punir as ações dos indivíduos e movimentos sociais;
 - Descentralização administrativa da política de reforma agrária. Na pratica, tirava a responsabilidade do Incra e passava para os governos estaduais as funções chave da política de assentamentos;
 - Introdução do MRAM no Brasil.
- **PCT** (Programa Cédula da Terra), 1997: "Assim, introduziu no país a reforma agrária de mercado do Banco Mundial, mediante a criação, em agosto de 1997, do Projeto-Piloto de Reforma Agrária e Alívio da Pobreza (*Land Reform and Poverty Alleviation Pilot Project*), mais conhecido como Cédula da Terra (PCT)" (RAMOS FILHO, 2009, p. 256);
- **FT** (Fundo da terra) / **BT** (Banco da Terra), 1998: "Aprofundou a RAM⁴³, não somente ampliando o número de famílias atingidas e territorializando o programa por novos estados da federação, mas, sobretudo, institucionalizando essa forma de obtenção de terra, mediante a alteração do marco legal, com a aprovação da Lei Complementar n.93, de 4 de fevereiro de 1998, que instituiu a criação do Fundo da Terra e da Reforma Agrária - Banco da Terra" (RAMOS FILHO, 2009 p. 257)
- **MDA** (Ministério do Desenvolvimento Agrário), janeiro de 2000: "[...] transformação MEPF em Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), dotando-o de *status* e estrutura operacional equiparável à dos demais ministérios. Mais ainda: nessa operação, foram unificados num só programa (o Pronaf) as linhas de crédito agrícola para assentados de reforma agrária e demais 'agricultores familiares'. Assim movimentos sociais e entidades sindicais foram obrigados a disputar o acesso à mesma base de

⁴³ Ramos Filho (2009) e Caúme (2006) utilizam a sigla RAM para designar "Reforma Agrária de Mercado". Pereira (2009) utiliza a sigla MRAM para designar "Modelo de Reforma agrária de Mercado".

recursos públicos, cada vez mais escassos em função dos sucessivos cortes no orçamento do MDA" (PEREIRA, 2009, p. 289-290);

- **CFPR** (Crédito fundiário de combate à pobreza rural) criado em 2001 com início das ações em 2002: "Indubitavelmente, o Crédito Fundiário foi criado com o objetivo de substituir o Banco da Terra e o Cédula da Terra, tendo em vista a forte oposição que esses projetos receberam de vários setores da sociedade" (RAMOS FILHO, 2009, p. 259).

2.3.3. Continuidade do MRAM no Governo Lula

No primeiro mandato de Lula (novembro 2003), foi elaborado o "II PNRA: paz, produção e equidade da vida no meio rural". Porém, da mesma forma como ocorrera no I PNRA, o governo rejeitou o documento frente às pressões ruralistas, substituindo-o por uma proposta mais tímida alinhada com princípios liberais (RAMOS FILHO, 2009, p.247).

Ramos Filho (2009, p. 260) afirma que "comparado ao governo Cardoso, verificou-se que o governo Lula, em termos absolutos, atingiu mais famílias que seu antecessor, o que em termos relativos representa uma performance superior à era FHC". No entanto o autor aponta para a continuidade em termos de política fundiária no primeiro mandato de Lula, isto é, "Embora cada uma delas [as linhas de financiamento] tenha passado por um 'melhoramento' nas regras operacionais e ganhado um novo nome, a lógica do programa permanece a mesma" (RAMOS FILHO, 2009, p. 261).

O PCT e o CFPR foram substituídos pelo **CPR** (Combate à Pobreza Rural), com ações concentradas no Nordeste. Criou-se o **CAF** (Consolidação da Agricultura Familiar) submetido ao BT, para o sul e sudeste. Dentro do **PNCF** (Programa Nacional de Crédito Fundiário), criado no II PNRA, foram elaboradas duas linhas de crédito, o Terra Negra Brasil (**TNB**), voltado para afrodescendentes, e o Terra para a Liberdade (**TL**) voltado para trabalhadores vulneráveis ou resgatados de situações análogas ao trabalho escravo. E, ainda, criou o **NPT** (Nossa Primeira Terra) com acesso entre jovens de 18 à 24 anos. Todos seguindo a mesma lógica do MRAM (RAMOS FILHO, 2009).

No primeiro mandato de governo Lula, com essas novas linhas de financiamento de crédito fundiário e reformulação das antigas, iniciou-se uma terceira fase da RAM no Brasil. Segundo Ramos Filho (2009, p. 262), a primeira fase refere-se à introdução da RAM com a "[...] implementação do Projeto São José, do Cédula da Terra e do Banco da Terra"; a segunda fase, à

"[...] ampliação e consolidação do crédito fundiário, o Combate à Pobreza Rural e o Consolidação da Agricultura Familiar". Na mais nova fase, a criação do TNB e TL "[...] materializa a intencionalidade das políticas agrárias neoliberais em capturar públicos distintos com potencialidade de luta diante dos processos de exclusão e subordinação à que estão submetidos".

O conjunto de medidas que caracterizou a implantação do MRAM, a partir do primeiro mandato do governo FHC é explicada, como resposta negativa à força de mobilização que adquiriu o MST, por meio de sua territorialização e institucionalização, e ao consequente aumento do número de ocupações de terras (FERNANDES, 2008; PEREIRA, 2009). Como afirma Pereira:

Para legitimar a MRAM, o BM efetuou duas operações simultâneas: de um lado, procedeu uma crítica radial ao que ele mesmo denominou de reforma agrária “conduzida pelo Estado”, *baseada no instrumento de desapropriação de propriedades rurais improdutivas que não cumprem a sua função social*; de outro, trabalhou para que o MRAM fosse aceito política e conceitualmente como uma modalidade específica de reforma agrária redistributiva. Com esse duplo movimento o BM continuou a reconhecer a necessidade de uma reforma agrária para desconcentrar a propriedade da terra em sociedades altamente desiguais, mas passou a negar a atualidade da ação desapropriacionista e redistributiva do Estado. [...] Por isso, é correto dizer que o MRAM é uma construção negativa, fundada na desqualificação de outro tipo de ação fundiária (PEREIRA, 2009, p. 281).

Sob esse princípio, no primeiro mandato do Governo FHC, entre 1995-1998, houve a mais ampla política de assentamentos rurais até então. Foi neste período que se ensaiaram os primeiros passos do MRAM, a princípio na Região Nordeste. Já no segundo mandato, de 1999 a 2002, generalizou-se a implantação do MRAM transformando-a no principal instrumento de política agrária, junto com o aumento da repressão e criminalização do MST (FERNANDES, 2008; PEREIRA, 2009). Este período foi caracterizado, segundo Fernandes (2009), por um grande "refluxo da luta pela terra", pois gerou duas consequências: o crescimento do número de ocupações em detrimento do aumento do número de assentamentos criados, e a precarização dos assentamentos já implantados em termos de infraestrutura e crédito agrícola. Com isso, o Estado, no segundo mandato de FHC, conseguiu, de alguma forma, reverter seu papel coadjuvante em relação aos movimentos sociais no que se refere à condução das políticas agrárias⁴⁴.

A instalação destes pacotes de políticas de cunho neoliberais modificou a configuração da luta pela terra. A forma "ocupação" levada pelos movimentos sociais que se contrapunham ao

⁴⁴ Fernandes (2008) diz que no primeiro mandato de FHC, praticamente, não houve política agrária, os assentamentos foram construídos com base em ocupações de terras; e no segundo mandato, com a criminalização dos movimentos sociais, ocorre o que ele chama de "judicialização da luta pela terra".

peso histórico do latifúndio improdutivo na estrutura agrária brasileira precisava, com isso, enfrentar, por um lado, a estratégia governamental de aplicar políticas neoliberais como o MRAM; e, por outro, o agronegócio que crescia ferozmente tanto em área ocupada como em aceitação ideológica. O agronegócio se beneficiava do MRAM, pois, cumprida essa política, não teria empecilhos para a compra ou arrendamento de terras. Ao mesmo tempo, se beneficiava do discurso produtivista que aparentava cumprir frente aos assentamentos precarizados pelo próprio MRAM e pelo descaso do Estado.

A implantação daquelas medidas sofreu a forte e imediata oposição dos movimentos sociais de luta pela terra. Estes passaram a incorporar a crítica ao MRAM - principalmente o BT e o PCT - nas ações e discursos que, antes, direcionavam-se, quase que exclusivamente, em torno da crítica ao latifúndio improdutivo. Da mesma forma, o agronegócio, em ascensão e beneficiário virtual do MRAM, tornou-se o principal vilão da questão agrária para os movimentos sociais (PEREIRA, 2009).

2.4. O MST E O AGRONEGÓCIO

A estrutura agrária brasileira foi, sistematicamente, questionada pelo menos desde os anos de 1950 com o surgimento dos primeiros movimentos camponeses, como as Ligas Camponesas e, também, por uma intelectualidade de esquerda que já preconizava a necessidade de uma reforma agrária. Foi nesse período que o latifúndio e suas formas inerentes de produção e reprodução do trabalho passaram, gradativamente, a serem vistos como um problema da sociedade brasileira - juntamente com tudo aquilo que contrastava com o extraordinário desenvolvimento urbano-industrial experimentado no período. Depois do refluxo experimentado pelos movimentos sociais durante o regime militar, a estrutura agrária e o latifúndio improdutivo voltaram a ser questionados com toda força a partir da redemocratização do país e do ressurgimento dos movimentos sociais, em especial o MST.

O agronegócio, porém, revigorou o latifúndio do desgaste ideológico que esses movimentos conseguiram, de certa maneira, lhe imprimir. O latifúndio, instituição que mais remetia ao passado escravocrata, mandonista, miserável e colonial, ganhou, a partir dos anos de 1980, uma roupagem ultramoderna. Ideologias como a da suposta "vocação agrícola brasileira" alimentada pelo reviver do "pensamento dualista" ganharam novo impulso no imaginário neodesenvolvimentista do fim do século XX no Brasil. O índice de produtividade do

agronegócio, auxiliado pelos pacotes tecnológicos e pelas políticas públicas em seu favor, juntamente com a forte propaganda deslocaram o debate em torno da reforma agrária radical para a questão de cunho economicista da produtividade.

O MRAM, associado às políticas públicas para o agronegócio, à criminalização dos movimentos sociais, às pressões exercidas pelos ruralistas no legislativo, e ao suporte ideológico do agronegócio, reconfigurou a conjuntura da luta pela terra. Aportado por esses novos elementos, o latifúndio, sozinho, deixou de ser o principal problema para o desenvolvimento da agricultura camponesa. Entretanto, as ocupações de terra não só persistiram ocorrendo como ampliaram-se e prosseguiram fazendo frente a esse conjunto de elementos do agronegócio. Dessa forma, continuam sendo combatidas dentro e fora do Estado pelo setor agroindustrial (FERNANDES, 2008).

Por essa razão, as ocupações de terra são uma afronta ao agronegócio, porque essa prática secular de luta popular encontra-se fora da lógica de dominação das relações capitalistas. Assim, o sacro agronegócio procura demonizar os movimentos socioterritoriais que permanentemente ocupam a terra. Na última década, o espaço político mais utilizado foi a judicialização da luta pela terra, em que o poder judiciário se apresenta como uma cerca intransponível aos sem-terra. Para não manchar sua imagem, o agronegócio procura desenvolver políticas de crédito e ou bolsas de arrendamento, de modo a trazer os ocupantes de terra para o território do mercado (FERNANDES, 2008 p. 48-49).

Nosso campo empírico, o Encontro Nacional de Violeiros do MST, insere-se neste contexto de disputa por duas lógicas distintas que pautam a modernização agrícola. Deter-nos-emos, no terceiro capítulo, mais detalhadamente na contextualização das ações e concepções do Movimento que se alteraram para lidar com essa nova realidade. Por localizarem-se na região da "capital nacional do agronegócio", ocorreram iniciativas pioneiras na realidade dos assentamentos dessa região. Uma delas foi a implantação do modelo PDS (Projeto de desenvolvimento Sustentável)⁴⁵, trazido de projetos de assentamentos da região amazônica, que prevê iniciativas ambientais e socioculturais que vão além da preocupação somente com a distribuição de terras.

Além disso, a origem urbana dos trabalhadores acampados passou a ser uma realidade que não podia mais ser desprezada pelo movimento. Nesse sentido, destacam-se os ideais de "recampesinação" e "ressocialização" dos acampados e assentados que passaram a fazer parte de

⁴⁵ "O PDS é uma modalidade de projeto de assentamento de interesse socioeconômico e ambiental, que se destina a atender a demanda social pela terra desenvolvendo atividades produtivas de baixo impacto ambiental em sistema produtivo agroecológico e em modo de produção associativo" (SCOPINHO, 2012, p. 25, nota de rodapé 1).

um conjunto de trabalhos de formação política, social e cultural do Movimento. A ideia de "enraizamento" passou a ser de fundamental importância na luta pela terra, pois essa categoria dialoga com o processo histórico amplo do tipo de desenvolvimento capitalista ao qual o desenraizamento de trabalhadores rurais foi inerente. Segundo Scopinho (2012), as trajetórias sociais dos trabalhadores assentados no Assentamento PDS Sepé Tiaraju, inscrevem-se neste processo.

Uma confluência de fatores muito específicos naquele período e naquela região deu origem a um conjunto de iniciativas que formaram o Encontro Nacional de Violeiros, com o objetivo de valorizar a cultura caipira como enfrentamento ao agronegócio pela via cultural. Nossa inserção neste campo empírico nos fez crer que a valorização da cultura caipira, como parte de trabalho de formação do MST, teve como ideal o enraizamento dos assentados através de um trabalho de ressocialização e recampesinação.

Acreditamos que a cultura caipira aparece nesse contexto como um instrumental de elementos que, ao ser valorizado, contém uma crítica inerente ao modelo agrícola do agronegócio. Este representa a continuidade de um modelo de modernização tipicamente dualista responsável, historicamente, pela depreciação do modo de vida caipira e das condições de vida dos trabalhadores rurais em geral. Diante da realidade atual em que esse processo avança fortemente, elementos da cultura caipira como a solidariedade vicinal, a margem de lazer, a "vida simples", a "resistência em adaptar-se", a relação com a terra, o conhecimento tradicional, entre outros que verificamos nos discursos do Encontro, foram ressignificados através dos ideais de ressocialização e recampesinação.

Esse tipo de crítica que apela para o passado é, muitas vezes, interpretado como conservadora, porém, Thompson (1998) nos dá elementos para interpretá-la de outra forma:

Como o capitalismo (ou seja, o "mercado") recriou a natureza humana e as necessidades humanas, a economia política e seu antagonista revolucionário passaram a supor que esse homem econômico fosse eterno. Vivemos o fim de um século em que essa ideia precisa ser posta em dúvida. Nunca retornaremos à natureza humana pré-capitalista; mas lembrar como eram seus códigos, expectativas e necessidades alternativas pode renovar nossa percepção da gama de possibilidades implícita no ser humano (THOMPSON, 1998, p.19).

No mesmo sentido, Weil, ao tratar da "doença do desenraizamento" e do "enraizamento", explica que:

O amor pelo passado não tem nada a ver com uma orientação política reacionária. Como todas as atividades humanas, a revolução extrai toda a sua seiva de uma tradição. Marx sentiu-o tão bem que fez questão de fazer remontar essa tradição às idades mais remotas

fazendo da luta de classes o único princípio de explicação histórica. (WEIL, 2001, p. 50).

É justamente o fortalecimento de valores tais como a solidariedade, a conservação dos recursos naturais, as práticas anticonsumistas, entre outras, que o MST procurou tratar nos Encontros como estratégia organizativa para os assentamentos rurais na Região de Ribeirão Preto.

CAPÍTULO 3

"FESTA, TRABALHO E PÃO": O ENCONTRO NACIONAL DE VIOLEIROS DO MST

Neste capítulo, utilizamos as entrevistas coletadas pelos pesquisadores do NUESTRA durante a oficina de comunicação realizada no IV Encontro. O objetivo é o de, a partir delas e também da bibliografia encontrada que trata do assunto, reconstruir o histórico desses Encontros e para compreendermos os pressupostos, objetivos e discursos que os envolveram. No capítulo seguinte, utilizamos as entrevistas coletadas por nós em trabalho de campo para realizar um balanço sobre o Encontro de Violeiros, do ponto de vista dos assentados, mais de uma década após a sua realização.

3.1. HISTÓRICO DOS ENCONTROS

O Encontro Nacional de Violeiros organizado pela Regional Nordeste do MST-SP foi um evento ocorrido entre os anos de 2003 e 2009, no Centro de Formação Dom Helder Câmara em Ribeirão Preto-SP⁴⁶. Ele foi pensado, primeiramente, como uma reunião informal de violeiros, assentados e acampados com o objetivo de valorizar a cultura caipira. A ideia nasceu de uma conversa sobre a dominação cultural que o agronegócio exercia por meio da cultura massificada, inclusive, sobre os assentados, como vemos na fala de um desses violeiros, Pereira da Viola:

Esse Encontro Nacional de Violeiros, ele começou de uma forma muito espontânea. Como todas as coisas boas acontecem de forma espontânea, esse encontro também foi. Ele surgiu dentro de uma pequena reunião entre eu, o Mineirinho e o Lavratti debaixo ali da mãezona, a árvore, a Figueira, e essa reunião, após, eu vim aqui no Sítio visitá-los, e trouxe a viola, e após essa conversa, essa prosa ali tocando a viola e mais alguns trabalhadores que estavam aqui no Sítio, que ajudavam aqui no sítio e estavam ali por perto, aí foi tão bom que a gente: "Vamos fazer mais uma vez". Aí eu: "Vamos". Aí eu fiquei responsável, então, por reunir um grupo de violeiros maior. E seria pelo menos uns quatro ou cinco violeiros mais. E o Lavratti e o Mineirinho tentariam trazer mais algumas pessoas, umas vinte, trinta pessoas. Bom, e a gente ia se encontrar dali mais ou menos uns 30 dias talvez, tivemos, pela reação que foi quando a gente falou, quando comecei a conversar com alguns violeiros e eles conversar com algumas pessoas, a gente teve que adiar porque viu que ia ser maior a história. Então, a gente precisava se organizar melhor, não é? E aí, com uns dois meses depois, a gente já tinha confirmado uma média de 40 violeiros, e a gente já imaginava que ia ser um público de no mínimo

⁴⁶ O Centro de Formação Dom Helder Câmara "é um dos dez projetos organizados pelo MST no país, que se inserem no projeto socioeducativo mais amplo da Enff (Escola Nacional Florestan Fernandes). Criado em 2002, por meio de um acordo formal entre o MST-SP e a Arquidiocese de Ribeirão Preto com o apoio e a intermediação da CPT, este Centro de Formação ocupava as dependências do Sítio Pau D'Alho localizado no perímetro urbano de Ribeirão Preto, onde também funcionava a Secretaria da Regional Nordeste do MST de São Paulo" (SCPINHO, 2012, p. 153). Entre outras atividades, o MST deveria desenvolver ali, como parte de acordo, produção orgânica de alimentos, uma horta medicinal e projetos ligados ao resgate da cultura popular e camponesa.

*1500 pessoas, então a reuniãozinha tinha ampliado absurdamente, absurdamente de bom, não é? E nesse momento, então, é que a gente se prepara e há uma sugestão, então, por parte do Lavratti, da gente conciliar o Encontro com a Festa do Milho Verde e em louvor a São José que é padroeiro aqui do Sítio*⁴⁷.

Pereira da Viola, como veremos, foi um personagem fundamental na construção dos Encontros. Sua identificação com o Movimento devido à história de vida ligada às ocupações quilombolas de que participou desde a juventude proporcionou uma relação muito boa entre os violeiros e o Movimento. Pereira foi o responsável por essa mediação. Como pudemos observar, não se tratou de apenas uma conversa entre três integrantes, mas de uma ideia que foi se ampliando conforme foram sendo criadas as possibilidades concretas para a realização dos Encontros. A grande figueira foi mencionada por muitos entrevistados. Ali, como afirmou um dos organizadores, já era um ponto de encontro entre os acampados onde, entre outras coisas, tocava-se viola. Durante os Encontros, foi um ponto onde nasceram muitas parcerias e composições dos violeiros. Por tudo isso, a grande figueira representava a mística do Encontro.

Entendemos que essa festa pode ser lida como um dos elementos constituintes e, também, como uma grande celebração do processo de consolidação do Movimento na região de Ribeirão Preto. No ano anterior, em novembro de 2002, oficializara-se o Assentamento PDS Sepé Tiaraju. Este representou o início da realização de um projeto político do MST, pois foi o primeiro assentamento nesse formato criado no estado de São Paulo. Ademais, a eleição de Lula para a presidência da República, naquele mesmo ano, sinalizava um clima de otimismo na luta pela reforma agrária.

3.1.1. O I Encontro

O *I Encontro Nacional de Violeiros e Festa do Milho Verde em Louvor à São José Operário* ocorreu em 16 de março de 2003 e reuniu, aproximadamente, 40 violeiros que se apresentaram das 10:00 horas às 22:00 horas (ANGELUCCI, 2010). O nome dado ao Encontro é fruto da ideia dos organizadores de se juntar elementos da "cultura camponesa" como a religiosidade, a viola e a culinária, aproveitando a boa safra do milho que havia sido plantado no ano anterior.

⁴⁷ Fala de Pereira da Viola. Depoimento colhido em 08/10/2006.

Já no I Encontro foi extrapolada a ideia inicial de uma "pequena reunião". Esperava-se um público de 1.500 pessoas, muito superior do que se imaginava inicialmente, porém, no dia da festa, estimou-se que passaram por lá cerca de 10.000 pessoas, sendo que toda a comida preparada esgotou-se rapidamente. Esse fato deixou evidente para os idealizadores a necessidade de melhorar e tornar mais eficiente a organização para os próximos encontros. Também foi flagrante a potencial abertura que a cultura da viola, a música caipira, a festa popular tinham naquela região. Foram justamente esses dois elementos que caracterizaram os Encontros seguintes: a forte organização para receber as pessoas e a valorização da cultura caipira como instrumento agregador dos militantes e de enfrentamento da cultura do agronegócio.

Destacou-se, como podemos observar no depoimento seguinte, o caráter popular da festa. Além da qualidade musical apresentada por violeiros consagrados e outros menos conhecidos, a entrada era franca. Esta característica permitiu o acesso do grande público que compareceu no Encontro. Abaixo, apresentamos um trecho de depoimento que ilustra os meandros desse primeiro Encontro de Violeiros:

E aí, então, dessas prosas todas, dessas conversas, e muito com a contribuição do Mineirinho, que andava muito por aqui. Então, surgiu uma ideia, muito simples, assim, de a gente fazer um encontro de violeiros, reunir ali uns dez ou vinte violeiros embaixo da figueira, que era bastante inspiradora, e que a gente então fizesse esse momento e convidasse alguns amigos. Amigos do MST aqui na região. Bom, aí, desse encontro, então, já juntou com a ideia de fazer uma festa do milho verde, porque a gente estava com uma produção muito boa de milho no assentamento Sepé Tiaraju. [...] Mas, nós fomos surpreendidos com um público então de 10.000 pessoas em um único dia. E totalmente sem estrutura. A gente: "Nossa, Meu Deus!" A gente trabalhou como uns loucos. E aquele sufoco! Não dava a pamonha e as pessoas irritadas porque não tinha mais nada. E, bom, e a festa estava muito boa. Os violeiros, todos de qualidade, assim, coisa muito boa mesmo, mas as pessoas estavam com fome, elas queriam ficar mais, precisavam ir embora. Então, aí, conclusão: quê que mostrou para gente essa ideia dessa correria toda? Mostrou que existia também uma necessidade de organização dos próprios violeiros, e também existia uma grande abertura na cidade de Ribeirão Preto para esse tipo de manifestação cultural, então qual que era a ideia que a gente conversou que foi motivante? "Ah, o pessoal está bem no lixo cultural mesmo", é bem verdade, só que quando dá a proposta, música boa, de qualidade, entrada franca, populariza, então, aí realmente tem uma resposta boa, não é? Então foi isso que a gente sentiu. Apesar de todas as dificuldades, mas foi bem interessante. E nessa primeira festa a gente também contou com a participação de alguns grupos de folias de reis aqui da região. Então, foi

*bem interessante como que isso surgiu. A partir daí então, a gente estabeleceu que seria uma festa assim, que todo ano a gente faria o Encontro de Violeiros e Violeiras*⁴⁸.

3.1.2. O II e o III Encontros

O II Encontro Nacional de Violeiros e Festa do Milho Verde aconteceu em 14 de março de 2004, das 09 horas até meia noite. Devido à experiência acumulada no I Encontro, houve uma maior organização com base no potencial de público presente e também maior participação da direção do MST na organização, que estimou a presença de 8.000 pessoas, enquanto que a guarda municipal de Ribeirão Preto contabilizou 10.000. Entretanto, uma chuva que durou a tarde toda acarretou sobra de alimentos (ANGELUCCI, 2010). Nesse encontro foi fundada a "Associação Nacional de Violeiros", uma iniciativa de alguns dos próprios violeiros presentes, fato que consideramos ser um dos desdobramentos do Encontro com vistas a agregar e fortalecer a cultura da viola e os artistas violeiros⁴⁹.

O III Encontro deu continuidade à crescente participação da direção do MST em seu processo organizativo e, com isso, foi se identificando cada vez mais com os princípios organizativos do Movimento, como o cooperativismo, a mística⁵⁰, a politização e a militância e o trabalho de formação e de base. Isto caracterizou a tendência à nacionalização do Encontro. A segunda edição contou com a participação de 70 a 80 militantes de diversas regionais do MST do Estado de São Paulo. Uma grande cozinha coletiva foi construída dias antes, em tempo recorde⁵¹. Essa obra, que levaria três meses de trabalho para ser construída, foi finalizada em cerca de dezessete dias com trabalho cooperado desses militantes nos moldes organizativos do Movimento (ANGELUCCI, 2010; SCOPINHO, 2012).

Esse Encontro celebrou as "cozinhas do Brasil". Foram preparados pratos típicos de diferentes regiões do Brasil. Pela primeira vez, o Encontro teve dois dias de duração - 15 e 16 de

⁴⁸ Depoimento de Kelli Mafort, coletado em 05/10/2006. Kelli participa do Movimento desde 1997 e já era dirigente no período. Participou de todo o processo de consolidação do MST na região e, ainda hoje, assentada, faz parte da direção nacional do Movimento.

⁴⁹ Dedicaremos-nos à criação da Associação no item 3.1.3.

⁵⁰ A mística é uma importante estratégia organizativa do MST, a qual procura conservar elementos políticos da luta com aspectos subjetivos da militância. Em praticamente todos os eventos organizados pelo Movimento, são realizadas místicas. Sobre a mística no MST: Bogo (2003) e MST (1998).

⁵¹ Nos anos anteriores, era utilizado um antigo barracão do sítio como cozinha improvisada.

outubro de 2005 - quando foram realizadas, de forma ainda não muito sistemática, *oficinas* para a aprendizagem e socialização dos militantes e construção do Encontro⁵².

No III Encontro, então, que foi em outubro de 2005, a gente trabalhou um pouco essa parte da festa como cozinhas do Brasil. Então, foi a ideia de trabalhar prato típico das diferentes regiões brasileiras. A gente tentou pensar, assim, de cada região, uma comida que fosse característica. Então, o feijão tropeiro, o baião de dois, o churrasco do sul, tinham vários pratos. E no II Encontro, tinha a mística... Ah, só uma coisinha, no II Encontro a gente se preparou mais, com um público maior, só que aí, uma festa ao ar livre... Choveu o dia inteiro, manhã, tarde e noite. [...] Nós fizemos assim, eu me lembro, 5.500 pamonhas, era um negócio, tudo contabilizadinho, tudo certinho, aí dessa vez, até que sobrou bastante comida. Sobrou organização para festa, não é? Porque não foi... Não colaborou muito. [...] E no III Encontro, aí foi o tema cozinhas do Brasil. E teve um diferencial do III Encontro, que a gente resolveu, dias antes, construir aquela cozinha coletiva, o barracão. Antes, estava tendo aqui o curso dos companheiros e companheiras da frente de massa [...]. Eram oitenta, setenta pessoas, que, depois contribuíram também para a festa. Então, estava uma grande efervescência, também, antes, um pouco, parecido com esses momentos que estão tendo aqui. E tinha essa construção coletiva do barracão, que foi uma grande demonstração de cooperação, porque foram, acho que dezessete dias? Acho que é, assim, uma obra que demoraria pelo menos três meses, calmamente, ela foi feita rapidamente. Um grande esforço da companheirada do acampamento que se desdobrou. Várias pessoas trabalharam de madrugada para poder construir o barracão.[...] Daí, aconteceram, não muito sistematizadas, as oficinas. Então a gente conseguiu fazer algumas oficinas, mas não eram assim tão organizadas como estão sendo essas agora. Mas tinha oficina de expressão corporal que depois desembocou na mística de abertura. Então, tinha outros espaços. Uns construindo o barracão, outros fazendo comida e outros fazendo oficinas, montando⁵³.

3.1.3. Criação da Associação Nacional de Violeiros do Brasil (ANVB)

O Encontro de Violeiros serviu como um catalisador para construção da Associação Nacional de Violeiros do Brasil (ANVB), criada com o objetivo de representar os interesses dos violeiros e da cultura popular, tal como foi pensado no Encontro, sob uma perspectiva de valorização da cultura caipira, pelos próprios violeiros.

Mineirinho, violeiro e um dos idealizadores e organizadores do Encontro e dirigente do MST, disse que a influência do Movimento foi definitiva para a criação da Associação, seja pela

⁵² As oficinas de formação foram uma forte característica organizativa do IV Encontro. Trataremos delas no item 3.1.5.

⁵³ Depoimento de Kelli, 05/10/2006.

iniciativa da realização do Encontro que conseguiu reunir dezenas de violeiros de todo o país, seja pelo caráter político-organizativo que alguns violeiros quiseram dar ao Encontro. Nesse sentido, houve divergências quanto à sua criação; para alguns dos idealizadores do Encontro, a ANVB pode ser considerada uma conquista, apesar das dificuldades administrativas que apresentava no período do IV Encontro⁵⁴, pois ofereceu um espaço aglutinador permanente para os violeiros e para a cultura da viola. Deu a possibilidade de apoio jurídico à categoria e, além disso, cristalizou a aproximação dos violeiros com o Movimento Social, o MST, proporcionado no e pelo Encontro Nacional.

Vejamos um depoimento sobre o processo de sua criação:

Nós pensamos em, de fato, ter um espaço de pesquisa, ter um espaço de encontro, que fosse voltado para a cultura popular e para viola caipira. Então, no I Encontro, a gente já tinha um manifesto do que a gente queria buscar e, depois desse Encontro que teve e dessa discussão, que foi um encontro para isso dentro do I Encontro de Violeiros, no II Encontro, a gente já conseguiu juntar pessoas que estavam interessadas em criar uma entidade que pudesse promover e divulgar e incentivar a cultura popular e a viola caipira, o universo da viola caipira, tudo que está envolvido dentro dele. Então, foi juridicamente criada aqui no II Encontro de Violeiros. Ela teve uma dificuldade jurídica, então ela ficou um tempo sem ação, mas ela teve ações políticas, teve ações de reflexão e, depois, mais tarde, ela voltou a ter uma outra dificuldade jurídica que a gente está conseguindo resolver, e ela tem uma tarefa pela frente agora, este ano, que é trabalhar e organizar um seminário de viola caipira⁵⁵, onde a gente vai discutir, pensar, refletir, e debater, e tirar dali ideias, e um conjunto de ações para que essa entidade, ela possa agir, ela possa ter, primeiro, legitimidade de toda a classe que ela está representando, e ter mais claro os objetivos, ou seja, eu acho que é a construção democrática dos objetivos dessa entidade que a gente quer fazer com o seminário⁵⁶.

E sobre as perspectivas artísticas:

Eu acho que a minha maior preocupação é evitar o máximo que a classe violeira se debande para esse outro lado, que fuja desse processo, que saia desse processo de militância permanente, de uma busca de uma sociedade mais justa, mais livre, mais..., tudo isso que a gente busca em torno dos movimentos sociais. Que a associação possa

⁵⁴ A Associação encontrava-se praticamente parada, sem nenhuma atividade no período de realização das entrevistas (2006), como confirmou seu próprio presidente em uma das entrevistas.

⁵⁵ O I Seminário Nacional de Viola Caipira foi realizado em 2008 pela ANVB.

⁵⁶ Fala de Joacir Ornelas. Depoimento colhido em 07/10/2006. Ornelas participou do Encontro como oficineiro (oficina de tambores) e violeiro. Natural de Salinas, no Vale do Jequitinhonha, destaca-se seu trabalho de pesquisa, divulgação e promoção dos artistas da região norte de Minas (Vale do São Francisco, Vale do Jequitinhonha e Vale do Mucuri).

fazer parte desse processo, não é? Então, essa é a minha perspectiva e todo o meu empenho. Então, não é só uma questão de ganhar um espaço para os violeiros, um espaço para ganhar dinheiro só. Existe todo um conceito ideológico que precisa ser também inserido nesse processo, não é? Quer dizer, tem que saber o porquê que os violeiros têm que ser respeitados. E aí, essa é uma palavra que eu coloquei na minha vida artística, que eu nunca me preocupei em adquirir fama, mas sim respeito pela obra que eu faço. Então, essa é minha perspectiva também para com a Associação, que ela possa adquirir, e que o violeiro possa ser respeitado dignamente, em todas as instâncias, de produção, de concepção dos projetos que circulam pelo país afora em torno da arte, da identidade e tudo mais, que o violeiro possa ser considerado uma pessoa tão importante quanto qualquer outro segmento de música, não é? Então essa é a minha perspectiva⁵⁷.

O caráter político pensado para a Associação estaria na aglutinação de forças entre os violeiros para cumprir o papel de enfrentamento cultural ao processo que relegou ao esquecimento a viola caipira e o seu universo. Isto é, ela enquadra-se no discurso da valoração da cultura caipira para enfrentar o processo de massificação, padronização e mercantilização da cultura engendrado pelo domínio da indústria cultural sobre a produção e divulgação cultural. Para os militantes, organizadores do Encontro, esse processo gerou o que alguns chamaram de "lixo cultural", referindo-se à música sertaneja estandarizada e americanizada que serve de base ideológica para o agronegócio. A Associação foi pensada como um dos instrumentos para o enfrentamento ao criar a possibilidade de "aglutinação desses valores" entre os violeiros. Pode-se dizer que foi resultado de uma troca de experiências entre o Movimento e os violeiros, os quais passaram a adquirir uma organicidade típica do MST.

Entretanto, a criação da ANVB não foi consenso entre todos os participantes do Encontro, houve divergências e posicionamentos contrários, como o de Ivan Vilela:

[...] essa tentativa de institucionalização acabou criando uma cisão muito grande no grupo. Até que o III Encontro, que foi no ano passado, foi um Encontro fraco. E aí, eu sugeri ao pessoal do MST, até, que desvinculasse o Encontro da Associação de Violeiros. Acho que são duas coisas diferentes. Porque a associação, ela acaba pressupondo o poder de alguns, o poder de acesso de alguns em relação a determinadas coisas, até a própria autopromoção, coisa que outras pessoas não concordaram. Parece-me que este ano a gente conseguiu desvincular as duas coisas. Eu acho que se existe uma associação de violeiros, é importante. Eu não acho importante. Eu acho que é importante esse movimento numa amplitude maior. Que o questionamento que eu fiz é o seguinte: um rabequeiro pode entrar na associação de violeiros? Um tocador de tambor, de caixa de folia, pode entrar numa associação dos violeiros? Então por quê que é Associação dos

⁵⁷ Fala de Pereira da Viola, 08/10/2006.

*Violeiros? Porque, para mim, o violeiro é um tocador de um instrumento que está intrinsecamente ligado à cultura dele, agora, o rabequeiro também, entende? E o tocador de folia também, e o cantador de folia, também. Então, porque que tem que ser só violeiros, não é? Eu acho que restringiu demais a questão. [...]. Então, nesse sentido, eu acho que talvez agora nós tenhamos encontrado o caminho mais apurado que é um caminho onde fica todo mundo igual, não tem nenhum presidente, não tem nenhum secretário, não tem nenhuma instituição, não tem nenhuma organização a não ser a própria vontade das pessoas de fazer com que o projeto aconteça*⁵⁸.

Até então (2006, ano do IV Encontro, quando foram coletadas as entrevistas), a Associação encontrava-se inativa e com muitas dificuldades burocráticas para se formalizar de fato. Ela ainda não possibilitava uma estrutura de comunicação entre os violeiros, mas já tinha projetos em andamento. Atualmente,

A ANVB tem por finalidade principal defender, preservar, fomentar e promover a cultura popular brasileira e os interesses dos violeiros e dos profissionais relacionados ao universo da viola, assim entendidas: viola caipira, viola sertaneja, viola brasileira, viola de 10 cordas, viola nordestina, viola de arame, priorizando:

- O desenvolvimento de pesquisas, estudos e programas sobre a cultura popular brasileira relacionada ao universo da viola;
- Realização de projetos, eventos e ações de preservação e difusão da cultura caipira ligada a viola;
- Promover o intercâmbio e parcerias com entidades congêneres e representativas, na busca de parceiras para o desenvolvimento de suas atividades

Tem realizado projetos como: I Seminário Nacional de Viola Caipira (2008), Mestres da Viola (2011/2012) - documentário em DVD -, I Seminário de Viola (2011/2012), I Feira Nacional de Música de Viola (2012).

3.1.4. O IV Encontro

O IV Encontro⁶⁰ denominado *Festa das Sementes em Louvor a São Francisco de Assis* teve uma semana de duração. Iniciou-se no dia 2 de outubro de 2006, uma segunda-feira, com as oficinas preparatórias e terminou no dia 8 de outubro de 2006, um domingo, sendo que os dois

⁵⁸ Depoimento colhido em 08/10/2006.

⁵⁹ Texto e informações retirados do site oficial da ANVB: <<http://anvbrasil.wordpress.com/>>, consultado em 29/07/2014.

⁶⁰ Sobre o processo organizativo do IV Encontro, ver Angelucci (2010). Ao que nos parece, este foi o maior e mais bem estruturado Encontro. Pelo fato de todo o material documental ter sido produzido neste Encontro, não temos muitas informações documentadas sobre o V Encontro. Apenas pudemos obter algumas informações pelas entrevistas realizadas por nós em trabalho de campo e em sites e vídeos da internet. Este correu entre 24 e 25 de maio de 2009, sendo que o processo organizativo junto com as oficinas iniciou-se em 21 de maio. Seu tema foi: "V Encontro Nacional de Violeiros e Violeiras: os mestres e mestras do saber popular". É possível encontrar algumas imagens e entrevistas sobre o V Encontro nos seguintes vídeos:

<https://www.youtube.com/watch?v=WJhYUA8X_k> e <<https://www.youtube.com/watch?v=r9hacAh9qKc>>. Consultados em 14/08/2014.

últimos dias foram dedicados à apresentação dos violeiros e, os anteriores, à construção e às oficinas. Havia por volta de 300 pessoas envolvidas na construção do IV Encontro. Em sua grande maioria, militantes do MST de outras Regionais, Violeiros, assentados do Assentamento Sepé Tiaraju e do, então, Pré-Assentamento Mário Lago (SCOPINHO, 2012).

De todos os Encontros, este foi o que mais contou com a participação da direção do MST no processo organizativo. Ela se deu em dois sentidos: primeiramente, vieram delegações de vários estados para participar desde o início da semana - houve, inclusive, um esforço em se trazer militantes de estados que nunca tinham participado; segundo, a orientação organizativa para a cooperação, que foi muito presente. A principal realização, nesse sentido, foram as oficinas preparatórias. Por meio de um trabalho coletivamente organizado, as pessoas envolvidas nessa semana de construção do Encontro puderam se dedicar a tarefas as quais lhes agradavam mais. Trabalho, ensino e aprendizado coletivos misturavam-se nas oficinas que, ao mesmo tempo, construíam o Encontro e contribuía na formação dos envolvidos.

Nas palavras de uma assentada e organizadora do Encontro:

E nesse IV Encontro, então, ele começou, na segunda, com as oficinas, e vai até domingo. Então, nós estamos muito felizes, porque foi a primeira vez que a gente conseguiu trazer de maneira mais organizada as Regionais para o Encontro. Porque nos outros três Encontros era muito difícil a participação das regionais, porque a gente não tinha recursos para isso. Então, ficava sempre, por exemplo, o pessoal ficava vindo, assim: "Ah, a regional precisa ser mais organizada", vem um ônibus ou um carro, não é? Mas, desta vez, tiveram todas as regionais presentes. Então, acho que é interessante, porque a gente fazia uma festa para sociedade, então, sem dúvida, de uma importância política muito grande, mas o pessoal do Movimento aproveitava pouco isso. Então, quem não tinha condições de vir, acabava não vindo. E dessa vez, com a vinda dos ônibus, já para participar das oficinas, a gente conseguiu garantir uma participação e um envolvimento maior.

[...] o Encontro, cada vez mais, ele está se tornando um Encontro do Setor de Cultura, um Encontro do MST estadual, um Encontro construído pelo MST e pelos amigos do MST e isso é muito interessante⁶¹.

3.1.5. As oficinas preparatórias

Nos dias que precederam as apresentações do IV Encontro Nacional de Violeiros foram realizadas oficinas preparatórias para o Encontro. Segundo Kelli, as oficinas baseavam-se num tripé: "capacitar, participar, contribuir". Elas tinham como objetivo a contribuição de todos na

⁶¹ Depoimento de Kelli, 05/10/2006.

construção e organização do Encontro por meio de um trabalho cooperado dividido em tarefas. Ao mesmo tempo, elas garantiam o envolvimento das delegações para além do dia da "festa", de fato, proporcionando sua participação em todo o processo organizativo. Fazendo isto, todos estariam envolvidos num processo de formação, tanto técnica - construção de instrumentos, dança, comunicação, técnicas de produção, sementes crioulas, etc. -, quanto dos valores da cultura camponesa que o MST pretendia cultivar em seus militantes. "As oficinas oferecidas foram: confecção de tambores, expressão corporal, adorno e ornamentação, brinquedos e brincantes, formação em comunicação, *luthieria* (fabricação de viola), produção de sementes e iniciação musical à viola caipira" (SCOPINHO, 2012, p. 159).

*eu acho que o mais importante desse trabalho das oficinas é que abre, de fato, as possibilidades, [...] para que isso possa ser multiplicado nas regionais. Então, essa intenção, essa possibilidade que as oficinas ofereceram, foi muito maior do que se podia colher da oficina em si como produto final. [...]. Agora eu acho que é fundamental tudo isso porque [...] dentro do movimento, hoje, a gente sabe que não precisa vir aqui só para lutar, você vem aqui para viver, não é? Hoje, já é possível ter uma vida diferente, uma vida que as coisas são socializadas, então, isso já é um princípio, já é uma prática, já é uma realidade. Hoje, a gente pode vir pro MST para vivenciar coisas que lá fora a gente não tem essas oportunidades. E o trabalho da arte, dentro desse processo, é também ter isso como uma necessidade, mas só que de forma diferente, de forma que todos tenham acesso. E outra coisa também, ninguém pensa na arte, nem um movimento desse, como pensa lá fora, para que isso vire evento, que vire produto, que vira show, não é isso. É por isso que é forte, porque tem esse cuidado, tem esse pensamento, tem essa elaboração filosófica de todo o processo aqui por parte do Movimento [...]. Então as oficinas trazem essa possibilidade de expandir, e isso não como algo que você vai buscar um resultado, mas como coisa necessária mesmo*⁶².

Segundo Ornelas, as oficinas tiveram um resultado prático: além do aprendizado, a própria construção do Encontro e a transferência do conhecimento adquirido para outras regionais; mas, o mais importante foi o resultado de formação política das oficinas ao proporcionar aos participantes vivenciarem situações no cotidiano do processo organizativo do Encontro que dizem respeito a um ideal de sociedade comunitária pensado pelo MST. A solidariedade, a cooperação, a pesquisa, a arte, o trabalho, o ensino-aprendizagem são valores cultivados não como elementos externos, residuais ou estanques, mas são necessários a todos os momentos da vida comunitária.

⁶² Fala de Joacir Ornelas, 07/10/2006.

As cerca de 250 pessoas das regionais que participaram das oficinas foram distribuídas, aproximadamente, da seguinte forma: 25 pessoas na oficina de construção de viola, 23 na construção de tambores, 23 na iniciação à viola caipira, 24 na dança e expressão corporal, 22 nos brincantes, 21 na ornamentação, 70 nas sementes e 42 na comunicação (ANGELUCCI, 2010).

De fato, todas as oficinas tinham como tema algo que remetesse ao resgate de elementos do universo cultural que envolve a cultura caipira - com exceção da oficina de comunicação que tinha o objetivo de construir a memória do Encontro. Se considerarmos o tripé "aprendizagem, construção e participação", a aprendizagem estaria no fato de que, nas oficinas, os participantes teriam contato com este universo cultural esquecido e dominado pela indústria cultural massificada. Isso daria, principalmente aos jovens, a oportunidade para poderem realmente ter contato com estilos diferentes para assim "escolher" com maior autonomia o quê ouvir, cantar, dançar, tocar. As oficinas, portanto, da maneira como foram construídas também inserem-se na temática da valorização da "cultura raiz", como veremos em diversos depoimentos.

Este trecho de uma das organizadoras é bem ilustrativo desta visão de como se dava o aprendizado nas oficinas, no caso dos jovens urbanizados:

E uma característica que a gente vê que é gritante é a presença da juventude. E, uma juventude bastante urbanizada também. Que essa é a realidade do MST, não é? Então, às vezes, os pais, eles até têm um vínculo com a terra ou já trabalharam na terra, mas os filhos não são da terra. E a gente vê isso presente no jeito de se vestir, no jeito de conversar, no tipo de música que gosta, não é? Então cada vez mais o Movimento está se abrindo para ver que esse não é um problema. A pessoa que está no Movimento Sem-Terra, ser urbanizado, isso não é um problema, mas é uma diferença que a gente precisa aprender a trabalhar com essa diferença, não é? E, se esses jovens têm a oportunidade de conhecer outros tipos de músicas além das que eles gostam... Talvez, se a gente fosse fazer uma pesquisa aí fora dizendo qual que é o estilo de música que vocês mais gostam? Eu acho que rap, rap, rap, ganha em primeiro lugar, não é? E, que também tem um conteúdo político interessante. Agora, além do rap, o quê que tem? O quê que a gente pode? O quê que acumulou na cultura brasileira que a gente pode conhecer, não é? Será que a gente conhece uma dança como o cururu? A gente conhece uma dança catira? O quê que aconteceu com a história do povo brasileiro que fez com que a gente esquecesse dessas danças todas? Então, é uma oportunidade de eles terem contato com o diferente⁶³.

Foram as oficinas que agregaram os militantes vindo de outras regionais do MST. Nelas, eles se socializaram, tiveram a oportunidade de aprender sobre a cultura popular caipira e ao

⁶³ Depoimento de Kelli, 05/10/2006.

mesmo tempo construir o Encontro Nacional de Violeiros. Este é um dos elementos que contribuiu para que o Encontro de Violeiros fosse deixando seu caráter regional e se tornando nacional, além, é claro, da contribuição dos violeiros vindos de "todos os cantos do Brasil".

3.2. VALORIZAÇÃO DA CULTURA CAIPIRA COMO ESTRATÉGIA ORGANIZATIVA DO MST

A análise desse material empírico nos fez crer que os discursos e as práticas de valorização da cultura caipira que envolveram os Encontros de Violeiros assentam-se em três matrizes: a valorização da viola, dos violeiros e das manifestações culturais caipiras; a estratégia enfrentamento ao agronegócio; e a estratégia de enraizamento. Identificamos estas matrizes, pois foram os elementos mais abordados pelos entrevistados, mas elas dificilmente apareceram isoladas, estiveram sempre vinculadas umas às outras. Por exemplo, a questão da indústria cultural, ou seja, da separação que se fez entre a chamada música caipira "autêntica" e o "lixo cultural", é de um elemento transversal que perpassa os o três eixos da análise. Para fins de análise, tentaremos tratá-los separadamente, porém, sem deixar de reconstruir a relação que apresentavam originalmente.

Ademais, estas três matrizes do discurso não se confundem com os objetivos dos Encontros. Se há um objetivo que podemos identificar como consenso, este é o da valorização da cultura caipira. Acreditamos que os objetivos e as expectativas variavam entre os organizadores e, tais diferenças foram, inclusive, responsáveis pelos desfechos e desdobramentos do Encontro. Pudemos chegar a esta conclusão somente através das entrevistas realizadas por nós com alguns dos organizadores, cuja análise, exponho no capítulo seguinte.

A temática da valorização da cultura caipira apareceu em todos os depoimentos coletados no IV Encontro Nacional de Violeiros. Foram muito presentes os termos "cultura raiz" ou "cultura autêntica", que identificavam esse universo cultural caipira valorizado pelo Encontro, em oposição à "cultura massificada" ou ao "lixo cultural", apropriados pelo agronegócio como propaganda. A ideia de "enraizamento" também foi bastante abordada como uma das funções do Encontro, sempre como meio de "enfrentamento ao agronegócio".

3.2.1. Valorização da viola, dos violeiros e das manifestações culturais caipiras

Os usos dos termos "resgate" e "valorização" foram controversos. Uma das entrevistadas problematizava esta questão dizendo não se tratar de "resgate", como folclore, mas sim de "valorização", pois a cultura caipira não desaparecera, ainda estava presente no inconsciente dos assentados que tiveram um passado rural, mesmo nos mais jovens que têm este passado presente nas trajetórias familiares, através de seus pais e avós. Já outros entrevistados utilizavam o termo "resgate" sem essa preocupação. Pensamos que esta diferenciação seja importante, pois a ideia de "resgate" da cultura caipira, geralmente, remete à ideia de "folclore", nos termos de Thompson (1998), isto é, à uma noção acrítica e estática de cultura. Já o termo "valorização" pressupõe a ideia de "ressignificação" da cultura que se quer valorizar. Baseados no caráter e nos desdobramentos dos Encontros, acreditamos que este último seja mais adequado para definir o sentido geral que os organizadores do Encontro de Violeiros quiseram dar à cultura caipira.

Em termos gerais, podemos dizer que o Encontro Nacional de Violeiros já na sua concepção tinha um sentido de contraposição à cultura massificada vendida pela indústria cultural. O próprio formato, o de um "encontro" de violeiros ao invés de um "festival", foi debatido entre os organizadores, o que já apontava a tentativa de se fazer algo diferente, que não estimulasse a competição do "que vença o melhor". A aproximação com a "arte do encontro", prática inspirada nas autênticas festas caipiras, algo que estaria se perdendo numa sociedade urbano-industrial e que não se via mais nem nos eventos que celebram a cultura caipira, já representava um primeiro elemento do enfrentamento a essa lógica competitiva.

[...] na sociedade moderna que tudo é competição, que tudo é "cada um para si, Deus para todos", essa forma de ser, de se receber, de se encontrar, está acabando, não é? Mas aqui, no Encontro de Violeiros, nós resgatamos, nós tornamos uma coisa bacana que é a arte de se encontrar. E as pessoas que estão aqui se encontram. Quem já veio nos outros Encontros aqui vai ter uma rodinha, um lugarzinho, tocando viola, e dando risada; um está almoçando, outros tomando alguma bebida, outros estão falando, não é? Outros estão rindo. Então, aqui é a arte do encontro. [...] Então nós não temos aqui aqueles patrocínios para pagar o cachê de quem vem, aí você escolhe algumas estrelas para se apresentar, não é? Aqui nós temos as oficinas. Os oficinairos vêm para cá, para ver a sua arte, para multiplicar, formar multiplicadores⁶⁴.

⁶⁴ Fala de Mineirinho. Depoimento colhido em 04/10/2006. Felinto Procópio, adquiriu o apelido já no Movimento, em 1991. Milita desde 1989 no estado de Rondônia e foi transferido para São Paulo em 1990. Atuou no Setor de Cultura e em outras atividades, e, no período atual, atua na Frente de Massas do Movimento.

Esse ambiente de encontro, de trocas, de construção coletiva, foi pensado pelos organizadores para que representasse uma alternativa, de fato, aos processos dominantes de trabalho e produção cultural. As oficinas e a forma como foram organizadas foram um bom exemplo disso. A vinda dos violeiros não era remunerada, apenas eram garantidos os custos com transporte alimentação e estadia. Isto poderia sugerir um paradoxo considerando-se que o Encontro visava valorizar os violeiros e a cultura da viola. Entretanto, a valorização que se buscava estava justamente nas possibilidades abertas pelo Encontro no sentido de preservar a liberdade artística que muitos violeiros buscavam, mas que não era possível no mercado da indústria cultural, isto é, estava na negação ou na alternativa da lógica comercial, mercadológica e competitiva de produção cultural, a mesma responsável pela desvalorização dos violeiros e da viola.

Desde o primeiro, pelo número de participantes, o Encontro do MST já foi considerado o maior encontro de violeiros do Brasil nesse formato. As apresentações de violeiros "de todos os cantos", de manifestações da cultura popular caipira como grupos de congada, cururu, folia de reis, entre outros, a boa estrutura de som conseguida com financiamentos externos - e sem falar na criação da Associação Nacional de Violeiros -, todos esses elementos formaram um ambiente de riqueza cultural e de liberdade e diversidade artísticas buscado por muitos artistas que não têm espaço no âmbito do mercado da cultura. Ademais, se considerarmos o segmento específico dos violeiros, esse espaço na indústria é ainda mais restrito e, se considerarmos as manifestações populares, como as citadas acima, ele praticamente não existe.

Ivan Vilela, violeiro que participou dos Encontros, Professor da ECA-USP no curso de Graduação em Viola Caipira - primeiro curso superior de viola caipira do Brasil - esclareceu em seu depoimento que a viola vinha passando por um processo de revitalização desde meados dos anos noventa, depois de passar um processo de depreciação que teve seu auge nos anos oitenta, quando, segundo ele, tocava-se viola escondido. Isso pode ser compreendido pela associação que se fazia desse instrumento e sua música característica com a imagem "brega" e "cafona" que se construiu do caipira. A própria indústria fonográfica ajudou a construir esta imagem ao promover duplas caipiras associadas à imagem do "brega" (CALDAS, 1977; ALONSO, 2011). Para Vilela, o Encontro Nacional de Violeiros do MST vem ao encontro desse processo de revitalização da viola cujos protagonistas são os próprios violeiros, muitos deles participantes do Encontro. Em sua própria fala:

E essa festa é muito importante no sentido de: primeiro, aglutinar todos esses protagonistas de movimento de revitalização do instrumento de modo que eles possam estar trocando experiências, estar se conhecendo e também mostrando um pouco a realidade de seu lugar ao outro. Então, acho que acaba enriquecendo não só o trabalho individual de cada um enquanto criador, mas, também, ele passa por uma visão mais global do que está acontecendo com a viola, e não uma visão só localizada do que ele faz ou do que o vizinho faz. Outra, é muito importante porque nós estamos vivendo um momento do mundo na realidade⁶⁵.

A valorização de aspectos de uma cultura dita "autêntica", "de raiz", como o universo da viola, dos violeiros e das manifestações populares caipiras promovidas pelo Encontro de Violeiros do MST, portanto, carrega o elemento contestador da "lógica do espetáculo" promovida pela hegemonia da indústria no processo de produção cultural, como na *Festa do Peão de Boiadeiro de Barretos*⁶⁶. Também, na sua forma, o Encontro oferecia uma alternativa que passava pela construção de relações não comerciais, não competitivas e não heterogeridas, valorizando a "arte do encontro", a troca de experiências, o trabalho coletivo e autogerido, a liberdade e a diversidade artística.

3.2.2 Enfrentamento ao agronegócio

Como pudemos perceber nos depoimentos, ao fazer críticas à cultura massificada da indústria cultural, o Encontro de Violeiros buscava também o enfrentamento ao agronegócio. Vimos que o agronegócio passou a ser o principal obstáculo à reforma agrária a partir de meados dos anos noventa, quando se tornou um projeto hegemônico para o campo brasileiro. Isto fez com que a correlação de forças que propiciara algumas medidas, mesmo que compensatórias, como a política de assentamentos no governo FHC, se alterassem novamente para o lado dos ruralistas. O projeto de reforma agrária rebaixou-se ainda mais transformando-se no Modelo de Reforma Agrária de Mercado; os assentamentos já existentes foram precarizados e novas formas de repressão aos movimentos sociais do campo foram adotadas.

A luta contra o latifúndio improdutivo passou, então, a enfrentar a dificuldade ideológica de lidar com a roupagem moderna e o lema salvacionista e produtivista do agronegócio. Os

⁶⁵ Ivan Vilela, 08/10/2006.

⁶⁶ Este evento foi bastante citado nas entrevistas como o maior exemplo da relação entre a indústria cultural e o agronegócio e seu tipo apropriação espetacular, estrangeirista e comercial da cultura popular.

processos organizativos dos assentamentos do MST passaram por revisões e alterações na busca de se lidar com esse novo elemento. Primeiramente, no início dos anos noventa, buscou-se o enfrentamento pelo viés produtivista que buscava transformar o assentado num empresário rural (CAUME, 2006). O fracasso de tais iniciativas levou, no final daquela década, à reconsideração dessas estratégias organizativas para se pensar numa nova matriz tecnológica de produção baseada na agroecologia e no desenvolvimento sustentável⁶⁷ como forma de se contrapor ao caráter predatório e excludente do agronegócio.

A adoção do modelo PDS de assentamento rural, a valorização da produção de alimentos sem agrotóxicos, a distribuição espacial dos lotes em forma de "roda de carroça" em contraposição ao chamado "quadrado burro"⁶⁸, o resgate de sementes crioulas e de formas tradicionais de produção, as hortas medicinais, as áreas destinadas à preservação ambiental, a matriz agroecológica e as iniciativas em favor do trabalho cooperado compõem parte desta nova orientação organizativa adotada nos assentamentos rurais do MST-SP. Essas ainda estão em processo de construção e, na prática, são bem limitadas.

Na cartilha *XVII Encontro Estadual MST/SP: Textos para estudo e debate* (2001) - material formativo editado pelo MST - é possível obtermos informações sobre o momento de mudança pelo qual passou o MST nesse período. Tanto as informações explícitas como as entrelinhas do texto trazem dados, posicionamentos e sensações que caracterizam historicamente a luta do MST. Nota-se, entre outras informações, uma clara tentativa de reformulação e reorientação do modo de ação da militância. Isso envolve não somente a figura do militante, aquele que tem um cargo de direção e que concentra grande parte das responsabilidades da militância e gestão dos assentamentos. Parece haver uma clara tentativa de se chamar a "base" à participação mais política, de integrar os assentados nos processos decisórios. Isto acontece ao mesmo tempo em que se colocava como meta o fortalecimento da *cooperação agrícola*, das *agrovilas*, de uma *nova matriz tecnológica* baseada na *agroecologia*, da discussão sobre o meio ambiente, da educação formal e técnica, da cultura no meio rural, do esporte e lazer, da recampesinação e ressocialização e da solidariedade.

⁶⁷ Sobre os debates acerca dessas duas concepções e sua apropriação pelo MST e Incra, consultamos GONÇALVES; SCOPINHO, 2013.

⁶⁸ "Quadrado burro" refere-se à distribuição dos lotes na forma tradicional, já o formato "roda de carroça", privilegia aspectos como a proximidade física dos lotes e a área coletiva que, geralmente, fica no centro.

Tais iniciativas significam uma reorientação por uma tentativa de tornar a vida no assentamento mais autônoma, mais digna. Melhorar a qualidade de vida no assentamento por meio da maior participação política, integração social e cultural dos assentados parece ser um dos grandes desafios do MST nessa nova etapa. A ideologia do agronegócio, a mídia conservadora, a visão que criminaliza os movimentos sociais, a negligência do Estado, a falta de recursos, até mesmo a baixa participação política dos assentados, etc. sempre estiveram ao lado do modelo dominante. Uma proposta alternativa, por mais singela que pareça, enfrenta grandes resistências objetivas e subjetivas⁶⁹. A ideia de valorização das manifestações populares camponesas tradicionais contida na concepção do Encontro Nacional de Violeiros insere-se nesse projeto de reorientação ideológica e organizativa do MST para o enfrentamento ideológico ao agronegócio.

Para uma das organizadoras do Encontro, o agronegócio apropria-se de elementos carregados de sentido para sua divulgação cultural.

a gente refletia junto com o Pereira que mesmo na nossa base também a gente tinha bastante dificuldade, que as pessoas, apesar de enfrentarem uma luta contra o latifúndio, o latifúndio entrava na nossa vida através da cultura, então, era o radinho que a gente ouvia, as músicas, os hábitos culturais, então, por mais que a gente tivesse segurança no nosso acampamento, o latifúndio entrava de outro jeito, não é? Que é através da ideologia⁷⁰.

As duplas sertanejas patrocinadas por produtores ligados ao agronegócio, as festas de rodeio e as *agrishows* foram muito citadas nos depoimentos como parte do poder ideológico do agronegócio. Nesses eventos, busca-se uma identificação com o universo rural, porém, trata-se de um rural caricaturado, diferente do rural brasileiro - que é, necessariamente, associado ao atraso. No caso das duplas sertanejas, muitas delas vieram de um passado rural que fora superado por meio de seu trabalho com a música. Segundo esta lógica, os cantores sertanejos enriqueceram, mudaram para a cidade, se modernizaram. Sua música, considerada mais cosmopolita pela incorporação de elementos universais e as referências ao estilo *country*, ajuda a diferenciá-los das antigas duplas caipiras que se mantiveram "tradicionais", "paradas no tempo", sempre associadas ao estigma do "jeca". Essa diferenciação apenas adquire sentido nesses termos: o "moderno"

⁶⁹ Scopinho (2012) trata dessas dificuldades e resistências em relação à cooperação nos processos organizativos do movimento e Severi e Pinto (2014), sobre a implantação de SAFs.

⁷⁰ Fala de Kelli, 05/10/2006.

como estrangeiro, o "novo importado", e o arcaico como "tradicional"; pensamento tipicamente dualista.

Esse tipo de apropriação do universo rural feito pela propaganda cultural do agronegócio é sempre caricatural. Os elementos que a compõem são tomados como algo externo, suas imagens baseiam-se em algo que não condiz com a realidade do campo no Brasil, aproxima-se mais das figuras do *Country* americano, numa tentativa de apagar a história conflituosa e contraditória da realidade rural brasileira.

Esse tipo de diagnóstico parece concordar com Martins (2011). Para ele, a modernidade, na realidade brasileira e latinoamericana é sempre um tema estrangeiro, nos aparece como uma realidade "pronta" a ser alcançada. Essa eterna busca, que é obsessão de nossas elites, faz com que o moderno nos chegue sempre em fragmentos e nunca se conclua, e que, por isso, se oponha à nossa própria realidade histórica que, então, passamos a chamar de "tradicional"⁷¹, por persistirem. Essa é a característica do pensamento dualista que, para o autor, teve um recente reavivamento.

A referência da compreensão crítica, brasileira e latino-americana, da modernidade, na arte, na literatura, nas ciências sociais, têm sido esse confronto entre o novo e o seu padrão lógico racional e secularizado, de um lado, e aquilo que a tradição nos legou, as obras do passado, que são também as sobras, o irrelevante, do incapturável pelos mecanismos de dominação e exploração. Esse tem sido o método que nos revela que o moderno tem de postigo, de estranho, de "estrangeiro" em relação a nós. É o método que se volta para o desencontro dos tempos históricos que marcam e demarcam a realidade brasileira e latino-americana, as relações sociais, as mentalidades, as utopias. Nossas desigualdades sociais são também o nosso descompasso histórico em relação ao que já é real em outras partes, que nos chega fragmentariamente, incompletamente. A força das formas sociais, econômicas, estilísticas é que nos faz agentes de uma modernidade aparente, desprovida de laços fundos com os processos sociais, anúncio de nossas privações (MARTINS, 2011, p. 25).

A construção do Encontro de Violeiros investiu na contraposição a essa lógica explicada por Martins. Já em sua concepção, em sua construção e em sua forma organizativa, foram procuradas lógicas alternativas às relações dominantes de trabalho e de produção cultural, reconhecendo-se que a cultura serve como um instrumento de dominação - e o agronegócio soube empregar seu capital nesse processo. Vejamos neste trecho de fala de uma das organizadoras:

Então, quando a gente vai percebendo que junto com a cultura, na estrutura do agronegócio, a gente tem a cultura sendo, fortemente, mais um instrumento, mais uma estrutura de dominação. A gente percebe que a nossa organização precisa fazer um

⁷¹ A ideia de tradição, para Thompson (1998), também tem a função de apagar as contradições históricas e a própria presença desse passado contraditório na realidade presente.

enfrentamento a isso. E o Encontro de Violeiros surge muito desse enfrentamento. E, daí, é até interessante, a gente não costuma falar "o resgate da cultura popular", a gente fala "valorização da cultura popular", porque a cultura popular, ela existe, ela está nas pessoas. O que acontece é que uma outra cultura, a da elite, a dominante, a indústria cultural, se sobrepõe sobre essa cultura que é a raiz das pessoas. E daí mesmo que a gente fala, o MST aqui na região, ele não é feito com os camponeses, não é? Assim, quem são os camponeses? A nossa luta aqui vai nas periferias. Hoje quem habita o acampamento Mário Lago é gente da periferia, que saiu da cidade, mas qual brasileiro que não tem a sua história ligada à vida no campo, à produção do campo, não é? [...] As pessoas moravam no campo, e você chega num acampamento, é só você dar uma cutucadazinha que todo mundo começa a lembrar as modas de viola. [...].

[...]

E o Encontro de violeiros tem esse papel de ser esse cutucão, tanto com a nossa comunidade e de fazer também esse enfrentamento com o agronegócio, que faz a festa deles de Barretos, e levar para a sociedade⁷².

Neste trecho, a preocupação com o uso do termo "valorização" ao invés de "resgate", nos remete à cultura caipira como algo presente, que ainda não desapareceu. Ela está presente na memória das pessoas que tiveram sua trajetória de vida individual ou familiar inscritas no processo dominante de desenvolvimento adotado para o campo no Brasil. O processo de desenvolvimento capitalista no campo fora arrasador para a grande maioria da população brasileira que não viu alternativa senão a vida de errantes em busca de melhores condições de vida. Entretanto, a truculência com que este processo atingiu essas pessoas e o fato de ter sido recente em termos históricos- o que caracteriza, em parte, a sensação de sua incompletude - não foi o suficiente para apagar da memória coletiva as manifestações culturais camponesas.

Estabelecemos um paralelo com a obra de Thompson (1998). Este tipo de apropriação da cultura caipira dada no Encontro aparece, não enquanto folclore, enquanto algo passado, "engessado", presente apenas nos registros e nas memórias, mas enquanto "costume". Thompson tratou do "costume" enquanto forma de resistência da classe trabalhadora na passagem de uma sociedade feudal para a industrial na Inglaterra do século XVIII. Para ele, o costume é integrante de boa parte da cultura numa sociedade desletrada como aquela; o costume adquire, inclusive, a função de regulação de condutas, onde a tradição oral é a forma de transmissão da cultura. Isto é, refere-se ao aspecto dinâmico, vivo, da cultura. Quando se toma a cultura como folclore, como

⁷² Fala de Paulinha, organizadora. Depoimento coletado em 15/09/2006.

tradição passada, perde-se esse elemento dinâmico, o costume, que, naquela sociedade, funcionou como forma de resistência (cotidiana) à degradação das condições de vida dos "pobres". Para ele,

Temos assim um paradoxo específico daquele século [XVIII]: uma cultura tradicional que é, ao mesmo tempo, *rebelde*. A cultura conservadora da plebe quase sempre resiste, em nome, do costume, às racionalizações e inovações da economia (tais como os cercamentos, a disciplina de trabalho, os "livres" mercados não regulamentados de cereais) que os governos, os comerciantes ou os empregadores querem impor. A inovação é mais evidente na camada superior da sociedade, mas como ela não é um processo tecnológico/social neutro e sem normas ("modernização", "racionalização"), mas sim a inovação do processo capitalista, é quase sempre experimentada pela plebe como uma exploração, a expropriação de direitos de uso costumeiros, ou a destruição violenta de padrões valorizados de trabalho e lazer [...] (THOMPSON, 1998, p. 19).

Ao falar de "valorização" ao invés de "resgate" da cultura caipira no Encontro Nacional de Violeiros, reconhece-se este seu elemento dinâmico e o seu potencial crítico ao modelo capitalista tal como este se desenvolveu no campo brasileiro. Isto foi possibilitado pelo fato de que, como acreditam os organizadores, este universo cultural caipira ainda não se perdeu na memória e no cotidiano da população migrante que viu a sua condição de vida piorar gradativamente. Um esforço neste sentido, só poderia ser concebido e realizado num processo social, como o Encontro Nacional de Violeiros do MST, contestador do desenvolvimento rural precário, predatório e excludente e do tipo hegemônico de produção cultural.

Assim, há uma tentativa de valorização daquilo que fora desvalorizado pela cultura dominante marcada pelo pensamento dualista que, como vimos, para Martins (1981, p. 12), "[...] tem sua razão que é uma razão anti-histórica, mas historicamente determinada". O enfrentamento ao agronegócio, portanto, se dá, segundo os organizadores do Encontro, por essas várias frentes, seja pela "forma" de produção cultural contraposta ao formato da indústria cultural, seja pela tentativa de valorização da cultura caipira - enquanto "costume" - e seu potencial de crítica ao processo de desenvolvimento capitalista, quando inscrito num processo concreto de luta como é o caso do MST.

Nota-se, entretanto, que há neste pensamento, necessariamente, um recorte: trata-se da valorização de apenas de alguns aspectos culturais caipiras, no caso, os aspectos artísticos, como a música, e alguns aspectos da sociabilidade, como a solidariedade vicinal, aspectos estes já presentes em autores do pensamento social brasileiro que analisaram o caipira sob a ótica da valorização, como as obras de Cornélio Pires, na literatura, e de Antônio Candido, na academia. Da mesma forma, no caso da música, especificamente, os elementos valorizados no Encontro de Violeiros como podemos perceber, assemelham-se bastante com o tipo de análise de Martins

(1975) e Caldas (1977), que fazem um tipo de apropriação de elementos teóricos da Escola de Frankfurt, principalmente os adornianos, na análise da indústria cultural, muito criticado por Alonso (2011). Para esse autor, esta é uma apreciação estética conservadora - mas que não nega, necessariamente, uma visão política progressista de seus autores. Para ele, o conservadorismo encontra-se na busca por uma pureza, uma autenticidade, inexistente na chamada "música de raiz", muitas vezes, forjando-se significados, como a ideia de uma resistência intrínseca à cultura popular que se transformaria em alienação caso fosse "adulterada" pela indústria.

3.2.3. Estratégia de enraizamento

A perda dos referenciais materiais e socioculturais que caracterizou a migração da população vítima do processo de desenvolvimento é considerada um processo de desenraizamento. Segundo Simone Weil (2001, p. 43):

O enraizamento é talvez a necessidade mais importante da alma humana. É uma das mais difíceis de definir. Um ser humano tem raiz por sua participação real, ativa e natural na existência de uma coletividade que conserva vivos certos tesouros do passado e certos pressentimentos de futuro. Participação natural, ou seja, ocasionada automaticamente pelo lugar, nascimento, profissão, meio. Cada ser humano precisa ter múltiplas raízes. Precisa receber a quase totalidade de sua vida moral, intelectual, espiritual, por intermédio dos meios dos quais faz parte naturalmente.

Embora fosse experimentado individualmente, o desenraizamento configurou-se como um processo social de classe, no Brasil, decorrente do projeto de modernização capitalista. Os desenraizados saíram de seus lugares de origem e formaram as periferias das grandes cidades ou continuam migrando na busca de manter suas condições de vida. O projeto de modernização agrícola produziu esse sujeito social para a exploração de sua força de trabalho. O agronegócio, como expressão da moderna agricultura brasileira, não representou uma ruptura com este processo. Continua alimentá-lo produzindo expropriações e conflitos (IANI, 2004b; OLIVEIRA, 2000; OLIVEIRA, STEDILE, 2005).

O MST desde a sua origem se contrapôs a esta lógica. Nasceu com um projeto popular de reforma agrária que freasse e reparasse este processo excludente. Conseguiu se organizar e se territorializar em todos os estados do país por conta do caráter popular e democrático de sua reivindicação que vinha ao encontro da demanda desses milhões de brasileiros. Os assentamentos rurais organizados pelo MST, atualmente, tentam oferecer, além da posse da terra, condições objetivas e subjetivas para a reprodução econômica, social, política e cultural dos assentados.

Segundo Scopinho:

Pode-se dizer que esses trabalhadores encontraram na luta pela reforma agrária e na adesão ao MST uma possibilidade de enraizamento. Existia entre os assentados uma expectativa geral de que, junto com a posse do lote da terra, viria a libertação, entendida, principalmente, como o oposto da condição de estar subordinado a um patrão e ter que sobreviver de um salário que está sempre aquém do necessário ou como libertação da incerteza da existência de trabalho tendo em vista o que ele significava para a sobrevivência (SCOPINHO, 2012, p. 123).

O discurso do enraizamento⁷³, portanto, foi essencial para que o MST adquirisse mais e mais adeptos que viam neste movimento social a possibilidade de fuga das precárias condições de vida impostas pela modernização do país. Nosso material empírico nos indicou que os discursos de enfrentamento ao agronegócio por meio da valorização da cultura caipira perpassam a lógica do enraizamento. Este discurso não é uma novidade do Encontro de Violeiros, já fazia parte da ideologia do MST anteriormente, mas, no Encontro, foi privilegiado um de seus aspectos, o cultural. Acreditamos que o enraizamento, neste caso, refere-se à possibilidade de contato dos assentados com a "raiz cultural" que fora perdida no processo de urbanização com a massificação da cultura.

Os assentamentos rurais do estado São Paulo caracterizam-se por estarem geralmente localizados próximos a centros urbanos, ocuparem terras já territorializadas pelo agronegócio e pela procedência geralmente urbana dos assentados⁷⁴, cujas trajetórias de vida são marcadas pelo trabalho precário e pelas migrações em busca de melhores condições de vida. Posto isto, o MST passou a investir num trabalho de "ressocialização" e "recampesinação" da sua base social com vistas ao enraizamento. O acampamento é um começo desse trabalho, como se fosse um laboratório; e o assentamento não representa o final dos trabalhos do Movimento, apenas inicia uma nova etapa. O Centro de Formação D. Helder Câmara cumpriu papel importante nesse sentido, oferecendo *formação* técnica, educacional e cultural, principalmente com os assentados da região.

O Encontro Nacional de Violeiros representa parte do esforço para o processo formativo dos assentados pelo Movimento; a formação deu-se nas oficinas, mas também, nos discursos que

⁷³ Trataremos como "discurso do enraizamento" essa lógica que acabamos de expor, porém, não consideramos que se trate apenas de um discurso ideológico com o objetivo de atrair pessoas. Em nossas entrevistas com assentados do Sepé Tiaraju, pudemos constatar que, realmente, a trajetória de vida de muitos inscreve-se nesse processo excludente de desenvolvimento; e o assentamento oferece uma melhora real nas condições de vida, apesar das dificuldades enfrentadas. Foi muito presente a afirmação de que ali era o último lugar por onde pretendiam passar e viver o resto de suas vidas depois de tantas idas e vindas. Sobre a trajetória social dos trabalhadores assentados do Sepé Tiaraju, ver Scopinho (2012).

⁷⁴ Referimo-nos ao local de moradia antes do acampamento.

o enredaram. A valorização da "cultura de raiz" (caipira) contraposta à "cultura massificada" foi um desses principais discursos encontrados por nós⁷⁵. Quase sempre, o termo "raiz" que caracterizava a música e as manifestações populares valorizadas no Encontro referia-se àquelas ligadas à origem rural da população brasileira. Ou seja, parece haver no discurso da "cultura de raiz" divulgado no Encontro de Violeiros uma forte correspondência com o termo "enraizamento". A cultura de raiz seria parte do que caracteriza a condição do enraizado. Já, a cultura massificada é aquela que corrompe a sua "autenticidade". Apropriada pelo agronegócio, é estandardizada, "lixo cultural" e auxilia no processo de dominação e exclusão, ou seja, no desenraizamento.

*Eu acho que a gente tem a felicidade de ainda não ter perdido o elo, não perdeu o elo ainda, não é? Por que? Porque o pai dele veio do campo em setenta [1970], entendeu? O pai dele não é tão urbano assim para que não tivesse passado esses valores. Então, por mais que ele seja urbano, ele traz em casa essas digitais culturais, não é? Então, acho que é isso que a gente consegue estabelecer ainda essa ligação. Talvez duas gerações depois dele, se essa ligação não for feita, aí o ponto de referência vai estar um pouco mais abalado, então, vai ser mais difícil de fazer essa relação com a terra. E essa música que a gente trabalha é justamente a música, como eu falei, que é do campo [...]*⁷⁶.

Pudemos perceber no material analisado que a valorização da viola, dos violeiros e das manifestações populares caipiras buscada pelo Encontro Nacional de Violeiros relacionava-se fortemente com o ideal de enraizamento. Há um constante elemento pedagógico principalmente para os jovens, que teriam a oportunidade de reencontrar suas raízes, reconstruir esse "elo". O contato positivo com os valores e costumes rurais seria parte do trabalho de recampesinação desses jovens assentados, em sua maioria de origem urbana. Da mesma forma, a ressocialização é buscada com a participação nas práticas autogestionárias como as oficinas que tentam inculcar

⁷⁵ Devemos ressaltar, entretanto, que por mais que a temática do "resgate da cultura raiz contraposta à cultura massificada" seja constantemente mobilizada pelos entrevistados, ela não é consenso, aparece de forma variada em cada um. O próprio termo "resgate" é invocado por alguns enquanto que é rechaçado por outros que preferem o termo "valorização" (da cultura caipira), como vimos; também não é possível definir com exatidão os conceitos utilizados como "cultura raiz" ou "cultura massificada", "cultura popular", "lixo cultural". Esta não configura a preocupação central deste trabalho. Limitamo-nos a apresentá-los da maneira como são invocados pelos entrevistados, pois aprofundar-nos nessa problemática extrapolaria nosso objetivo. Este é o de analisar um processo social concreto que retoma sob uma perspectiva de valorização a cultura caipira. O encontro Nacional de Violeiros organizado pelo MST em Ribeirão Preto faz essa retomada da cultura caipira como elemento do processo de luta ideológica contra o agronegócio.

⁷⁶ Depoimento de Guê Oliveira, coletado em 06/10/2006. Guê coordenou a oficina de tambores no IV encontro. É percussionista e trabalha com brincantes desde 1996. Coursou história e milita no Movimento, desde 2000, no âmbito cultural trazendo sua experiência da música e dos brincantes, da "cultura da criança".

valores de uma cultura camponesa que foram perdidos no universo competitivo e no trabalho precário urbano e rural.

Entretanto, tanto a noção de recampesinação como a de ressocialização são carregadas de contradições pois necessitam de uma construção idílica do passado e também do futuro no assentamento. As relações patriarcais, os conflitos, a pobreza e a luta de classes sempre marcaram o universo rural brasileiro. O universo cultural caipira é, da mesma forma, carregado de contradições que não interessam ser valorizadas na realidade dos assentamentos rurais. Nesses espaços, entretanto, essas características e contradições continuam a existir e se configuram como as principais dificuldades no diálogo entre a direção e a base do Movimento e, também, como marcas negativas que contribuem para o preconceito em relação aos assentamentos.

No Brasil, historicamente, o processo dominante de desenvolvimento tem gerado e se utilizado do processo de desenraizamento. Ideologicamente, as precárias condições dos assentamentos rurais contribuem para fortalecer a imagem negativa da reforma agrária e a imagem positiva e triunfante do agronegócio. Todos os esforços bem sucedidos no sentido da recampesinação e ressocialização de assentados, aqueles que conseguem, de alguma maneira, conferir maior dignidade à vida rural, acredita-se que podem contribuir com o enfrentamento ao agronegócio.

Para além do processo de formação dos assentados, outro fato em que se pôde ver atuar o esforço do enraizamento no Encontro de Violeiros, foi o contato positivo que ele estabeleceu com a comunidade no entorno do Assentamento Sepé Tiaraju. Este contato ajudou a amenizar o forte preconceito que os recém-assentados sofriam. A população pôde ter contato com a capacidade de organização dos assentados do MST e também prestigiar o trabalho de valorização da cultura caipira feito pelo Movimento, difícil de encontrar em outros lugares de forma tão profunda.

Os trechos a seguir referem-se à entrevista coletada por nós com uma das assentadas do Sepé Tiaraju cuja trajetória de vida confunde-se com a história deste Assentamento. Desde muito jovem, fora acampada com a família, participou e contribuiu com todo o processo de assentamento e também de formação dos assentados. Ela fala sobre o preconceito que sofriam e como o Encontro de Violeiros contribuiu para que se alterasse a visão negativa da população sobre o assentamento:

Na verdade, eu acho que o Encontro, mais do que mostrar um pouco da cultura camponesa, a gente tinha mesmo o sonho de mostrar para as famílias de Serra Azul e

Ribeirão Preto, o quê que tinha de bom também ali, não é, nesse povo, que era tão discriminado. Aqui em Serra Azul, a gente era muito discriminado, muito discriminado! A gente não pegava um ônibus aqui na pista porque não parava para gente. A hora que parava, o motorista era sacrificado porque a população discriminava os sem-terra, entendeu? Então era muito, muito discriminado, e, na verdade, o Encontro de Violeiros vinha quebrar um pouco com isso, mostrar que essas pessoas também tem direito, que essas pessoas são gente igual eles. Então, o Encontro, acho que foi a parte melhor, assim. Era mostrar um pouco do que é o ser sem-terra, da sua cultura, da sua história de vida. A maioria ia por curiosidade, não era nem: "Ah eu vou lá me divertir, vou dançar, vou cantar". Igual os amigos já pensavam: "Vamos, eu adoro viola, vamos lá". Não. A população da cidade ia para observar o quê que estava acontecendo ali. O quê que é isso? "Será que eles têm mesmo capacidade de organizar as coisas?" E aí foi surpreendente para nós também. [...] Então foi muito interessante. Acho que ajudou sim, porque lá eles viram a capacidade que tinham essas famílias, principalmente as de Serra Azul, que foram as que organizaram, quem era esse assentamento. Olha a produção de alimentos que a gente levou para lá. [...] E aí: "Olha, da onde veio tanta comida?" "Do Sepé Tiaraju." De onde ninguém acreditava, entendeu? Então foi muito marcante. Inesquecível⁷⁷.

De acordo com esta assentada, houve, portanto, um impacto positivo sobre o preconceito sofrido pelos assentados. Isso representa parte do processo de enraizamento das pessoas no local, uma vez que o assentamento não pode ser considerado um espaço isolado. A qualidade da proposta do Encontro de Violeiros e seu nível de organização passaram pelo crivo dos olhares curiosos e preconceituosos, como disse esta assentada que sentiu na pele esse preconceito desde muito jovem ainda no período de acampamento. Também, proporcionaram um processo de identificação do MST com a população externa que compareceu no Encontro. Este processo refere-se ao comum apreço pelo universo rural caipira valorizado no Encontro. Como acreditam os organizadores, esse passado está presente, latente, faz parte das trajetórias de vida das pessoas - que formaram os bairros periféricos e até cidades inteiras - inscritas no processo de desenvolvimento.

O processo de enraizamento, para Weil, é a reconstrução de vínculos sociais perdidos pelo processo de emigração forçada pelo desenvolvimento do capital. Os Encontros tinham como proposta romper com as forças contrárias à inclusão dos assentados na sociedade local. A viola

⁷⁷ Fala de Adijane. Depoimento colhido em entrevista realizada por nós em 20/09/2013. Adijane, é natural do estado de Alagoas, veio com a família para São Paulo ainda criança em 1999. Quando adolescente, participou de uma ocupação do MST com a família e foi aos poucos se envolvendo com as atividades do Movimento e desenvolvendo projetos ligados à educação para os acampados e assentados. Formou-se em Pedagogia da Terra e, hoje, é assentada, professora da Escola que fica no assentamento e continua a atuar em projetos ligados à educação.

foi uma espécie de ícone que possibilitou a identificação da população local com os assentados. Essa identificação foi possível pela abertura que se verificou entre a população local para um tipo de evento como este, de caráter popular, com o objetivo de valorizar a cultura caipira e que, ao mesmo tempo, oferecia uma boa estrutura e qualidade musical.

É de se notar que a valorização da cultura caipira deu-se, concretamente, num território de luta. Como lembrou Mineirinho, violeiro e organizador do Encontro:

Daí, no Encontro de Violeiros, tem luta de classes, sim senhor, porque aqui nós disputamos com o agronegócio [...]. A briga é no espaço do MST, é o MST que organiza, é o MST que convoca, é a leitura do setor de cultura do MST, dentro das linhas políticas do MST que a gente quer, o quê que a gente pensa, o que a gente quer para nós. É coisa, o jeito dessa viola vir para cá que nós queremos para os nossos assentamentos. Nós queremos que no futuro dos nossos assentamentos tenham pessoas que toquem viola, toquem sanfona, toquem zabumba, toquem pandeiro, toquem folia de reis, façam escolinha de futebol, façam teatro, façam cinema, nós queremos. Nós queremos que esse mundo se transforme em festa, trabalho e pão, entendeu? Por isso estamos aqui. E não tem nada de inocente, e nós sabemos o que é⁷⁸.

Por isso é importante destacar que a ideia de valorização da cultura caipira fez sentido dentro de um ideal de futuro para os assentamentos do MST. A construção dos assentamentos rurais como espaços de utopia alimentou-se, neste caso, da valorização de um passado, muitas vezes idílico, mas que contém elementos para a luta anticapitalista. Nesse ambiente, a valorização desse passado - o universo cultural caipira - alimenta-se dos ideais utópicos, que só podem existir num processo de luta contra o tipo de desenvolvimento capitalista excludente e predatório que precarizou a vida da maioria da população do país em nome da "modernização".

⁷⁸ Fala de Mineirinho, 04/10/2006.

CAPÍTULO IV

O ENCONTRO NACIONAL DE VIOLEIROS REVISITADO: CONSENSOS E DISSENSOS

Neste capítulo, passamos para a análise da outra parte do material empírico. Sob uma perspectiva etnográfica, realizamos trabalho de campo no Assentamento PDS Sepé Tiaraju onde fizemos sete entrevistas com assentados que participaram e ajudaram a organizar os Encontros de Violeiros. Todos eles participaram ativamente da construção do Encontro e, no período, ocupavam cargos na Direção Regional ou Estadual do Movimento - com exceção de apenas dois entrevistados. Ainda hoje, alguns deles continuam dirigentes. Uma das entrevistas foi refeita com uma mesma entrevistada no IV Encontro, cujo material foi utilizado no capítulo anterior.

Pretendemos com isso apresentar uma reavaliação do Encontro e seus desdobramentos, sob o ponto de vista dos assentados, passados mais de dez anos desde a sua concepção e, desse modo, verificar em que medida a organização do Encontro Nacional de Violeiros pôde contribuir, como se propunha, para processo organizativo dos assentados da região. Para isso, realizamos, antes, uma reflexão sobre o assentamento no que se refere aos possíveis desdobramentos do Encontro para o processo organizativo, baseada também neste material de campo e em bibliografia especializada.

4.1 IMPRESSÕES SOBRE O PROCESSO ORGANIZATIVO DO ASSENTAMENTO PDS SEPPÉ TIARAJU

O assentamento Sepé Tiaraju, foi o primeiro, no estado de São Paulo, a se concretizar no formato PDS. Entre outras questões, isto quer dizer que representou a realização de um sonho das novas diretrizes organizativas do MST as quais pensam a reforma agrária para a além da simples distribuição de terras (MST, 2001). Passados exatamente dez anos desde sua formação, hoje, ele é considerado um dos mais desenvolvidos do estado em termos de produção agroecológica e agroflorestal, havendo uma diversidade muito grande de experiências neste sentido. Existem três cooperativas e uma associação responsáveis por escoar a produção e receber e repassar os financiamentos. A implantação de SAFs (Sistemas Agroflorestais) já é uma realidade consolidada entre algumas famílias e tende aumentar⁷⁹.

No entanto, é possível encontrar entre as famílias assentadas diferentes níveis de renda e produção. Percebemos algumas poucas famílias bem estruturadas com uma condição satisfatória de vida, produção e moradia⁸⁰, se comparadas com algumas famílias que vivem em condições

⁷⁹ Sobre o processo organizativo do assentamento Sepé Tiaraju: Scopinho (2012); sobre o processo de constituição e as experiências dos assentados em relação às atividades agroecológicas no assentamento: Pinto, Severi (2010).

⁸⁰ Segundo a avaliação dos próprios assentados em entrevista.

precárias. Essas desigualdades refletem o desenvolvimento da produção familiar - ou individual, no caso de assentados que moram sozinhos - no lote. Indiscutivelmente, relacionam-se, também, à precariedade das políticas públicas destinadas ao setor.

Como afirmou Adijane, em entrevista, há uma grande "desigualdade social" dentro do assentamento e famílias que vivem em condições muito precárias. Por outro lado, observamos que há famílias que vivem numa condição satisfatória, segundo seus próprios critérios. É o caso de um assentado que entrevistamos: um senhor migrante que já trabalhou em várias cidades de vários estados, inclusive, na agroindústria da cana do município de Serra Azul. Ele nos contou que melhorou muito sua condição de vida após ser assentado. Ele produz uma variedade grande de alimentos em seu lote e conta com os programas governamentais como os da Conab (Companhina Nacional de Abastecimento) para escoar sua produção. Conta ainda com um pequeno comércio, dentro do assentamento, administrado por ele e sua família. Esta condição favorável, segundo ele, deve-se ao trabalho que conta com a ajuda familiar, aos cursos realizados por ele sobre técnicas agrícolas, e aos programas governamentais de compra de alimentos. A participação nas instâncias coletivas do assentamento não foi decisiva - embora, ele reconheça a importância do movimento social e a luta coletiva para a conquista da terra.

Como observou um assentado, quando o assentamento foi oficializado, "sai o Movimento e entra o Estado". Esta mudança foi vivenciada de forma traumática por alguns dos assentados, principalmente aqueles que continuaram envolvidos com os ideais coletivistas das estratégias organizativas do MST. Não apenas viram ruir tais ideais, causa do descompasso entre as prioridades do Estado, do MST e entre os próprios assentados, como vivenciaram a precariedade das políticas públicas para o desenvolvimento mínimo da produção agrícola e de reprodução da vida no assentamento. Diante deste quadro, percebemos que tais assimetrias encontradas hoje nos padrões de vida entre os assentados podem ser justificadas, em larga medida, pelas estratégias e recursos familiares obtidos individualmente antes ou depois da oficialização do assentamento, ou seja, trata-se, em sua maioria, de soluções individuais que não extrapolam o âmbito familiar e que não passam pelas instâncias coletivas.

Aí, depois saiu o assentamento, cada um vai para o seu lugar, aí começa a entrar a questão do capital, começa a entrar o capital para melhorar a vida das pessoas e entra o Estado, o Incra [...]. Por que as pessoas, não é só a divergência, começam a brigar,

*dividir, cada um para o seu canto, grupo, já não é mais o coletivo, entendeu? Porque, sozinho, vai melhor*⁸¹.

Posto isto, o acesso a certos recursos e estratégias antes e depois da oficialização do assentamento tornou-se determinante para que as famílias pudessem alavancar a produção e a renda em seus lotes. Dentre eles, pudemos observar: o acesso à educação e ao trabalho formal, a posse de bens - como imóveis na cidade, carros, etc. -, o capital social, o trabalho familiar, a possibilidade de compra de força de trabalho, cargos nas cooperativas, propriedade de pequenos negócios como bares localizados no próprio assentamento e, até mesmo, o conhecimento sobre o trabalho agrícola (tanto o anterior, pela experiência de vida, quanto aquele adquirido pela participação no MST, nos cursos e espaços de formação). Essa situação gera e tende a acentuar os desníveis de produção e de renda e resulta na reprodução de padrões de exploração dentro do próprio assentamento entre assentados.

Passados dez anos da oficialização do assentamento, algumas famílias, hoje, atingiram um nível de produção que lhes permite viver exclusivamente dela. Outras, ainda dependem do trabalho fora de seus lotes, seja na cidade ou para outros assentados, inclusive, arrendando partes do próprio lote. Há, ainda, casos de famílias que vivem em situação precaríssima, dependendo de assistência, geralmente, os chamados "agregados". Entre esses extremos, há famílias que estão em diferentes níveis no processo de consolidação de sua produção, ainda dependem de outros trabalhos fora do lote, mas, estão encaminhando-se para uma maior autonomia.

Pudemos perceber ainda, pelas entrevistas, que a tendência crescente de implantação dos SAFs tem contribuído para melhoria da produção e renda de algumas dessas famílias. Os SAFs fazem parte da orientação agroecológica do modelo PDS que busca nessa matriz tecnológica uma forma de agricultura livre de venenos e insumos químicos que aumentam o ciclo de dependência financeira e tecnológica dos agricultores. Os Sistemas Agroflorestais são uma alternativa radical nesse sentido que, além do aspecto organizativo, faz parte das novas diretrizes políticas do Movimento em relação ao seu ideal mais amplo de desenvolvimento de uma agricultura saudável e sustentável.

No assentamento, tais experiências são, também, bastante variadas. Algumas bem sucedidas e outras nem tanto. Há uma variedade grande de como os Sistemas são interpretados,

⁸¹ Fala de Ronaldo. Entrevista realizada 29/05/2014.

implantados e manejados pelas famílias. Por outro lado, há ainda, lotes com produção de forma mais tradicional, sozinha ou em conjunto com a agroecológica, inclusive, com uso de agroquímicos e emprego de trabalho diário.

Outra diretriz organizativa muito presente nesse novo modelo e que faz parte da realidade e dos conflitos no assentamento é a cooperação. Apesar do forte apelo ao cooperativismo - também muito trabalhado no Encontro Nacional de Violeiros - notamos que há uma forte barreira à concretização dessa estratégia, a começar pelas próprias cooperativas. O projeto coletivista de produção e comercialização pensado numa perspectiva comunitária sobre o qual as cooperativas teriam papel essencial, não funciona da maneira como foi pensado. Na realidade, percebemos que há nesses espaços uma reprodução de uma lógica centralizadora de poder e de uma cultura política excludente. Elas não têm um papel ativo no desenvolvimento e na redução das desigualdades e deficiências da produção familiar. Pelo contrário, fomentam uma estrutura de produção que tende a acentuar as desigualdades entre os cooperados.

O autoritarismo também aparece na atuação tanto do Estado como do próprio MST no assentamento, e não deixa de ser percebido pelos assentados. A "técnica fria" do Estado e as técnicas experimentais do Movimento, principalmente no que se referem à produção agroecológica, oferecem uma "resistência silenciosa" por parte dos assentados que relutam em adotá-las acriticamente, sem saberem seus resultados. Tanto nos casos em que a produção carece do mínimo para se desenvolver, quanto nos casos de autonomia na produção, essa resistência aparece como uma contradição entre as expectativas desencontradas entre Estado, Movimento e assentados. Como explicam Severi e Pinto (2014, p. 13):

Mesmo sinalizando para o peso da postura autoritária das entidades de apoio sobre suas vidas, os assentados também deixam aparecer nos relatos vestígios de que não estão todos submetidos drasticamente ao comando da técnica fria. Mesmo quando é o próprio MST que assume o papel de veiculador de um conhecimento por demais distante da realidade dos assentados, a resistência aparece. As tentativas de enquadramento dos gostos, da própria subjetividade ou dos modos de vida por parte dos inúmeros grupos apoiadores não irão recair sobre os assentados de forma tão decisiva.

[...]

A resistência não se dá no sentido de se perpetuar formas tradicionais de vida, mas ela é a oposição, nesses casos, às formas autoritárias assumidas por vezes pelos saberes e práticas de agentes com o interesse de trazer o novo.

As ideias de coletividade e cooperação significam, para alguns assentados, uma realidade tão distante que oferecem este mesmo tipo de resistência. Em geral, em nossas observações no assentamento, concordamos com Scopinho (2012) quando se referiu à dificuldade em se pôr em

prática as diretrizes organizativas que privilegiam o trabalho coletivo e cooperado. Segundo a autora, os assentamentos enfrentam duas grandes dificuldades, uma externa que se refere à precarização das políticas públicas para os assentamentos e uma interna que se refere à vivência anterior dos assentados:

Ocorre que, na prática, para o trabalhador rural assentado, a concepção de cooperação que extrapola o âmbito de sua própria família é tão complexa e polêmica quanto à de agroecologia, tal como ela é tecnicamente difundida pelos adeptos do movimento ambientalista. O conservadorismo das práticas depredatórias e dos valores individualistas e patriarcalistas estão entre os obstáculos considerados mais importantes e, ao mesmo tempo, difíceis de transpor, quando se trata de desenvolver a cooperação nos assentamentos rurais (SCOPINHO, 2012, p. 65).

Com a oficialização do assentamento, portanto, perdeu-se o clima de incentivos a uma vivência mais comunitária, participativa e autogerida tal como se difundia nos acampamentos. Os Encontros de violeiros tentaram cumprir este papel formativo durante um tempo, porém, percebemos que seus frutos foram bem limitados neste sentido. Além das cooperativas, outro aspecto desta situação, pode ser notado na falta de controle e participação nas instâncias coletivas do assentamento, é o caso dos lotes coletivos e da escola que fica dentro do assentamento. Esta é considerada uma conquista dos assentados depois de anos de luta desde o período de acampamento. Trata-se de uma escola municipal administrada pela prefeitura do município de Serra Azul, entretanto, por este motivo, ela não dialoga com as especificidades sonhadas pelo Movimento por estar localizada em uma área rural e dentro de um assentamento de reforma agrária. Administrativamente, não se diferencia das escolas municipais urbanas. A presença da comunidade neste espaço não é vista com bons olhos pela gestão municipal, pois levantam-se questões e problemas que ultrapassam seus limites programáticos.

Um dado importante, nesse sentido, como disse Ronaldo, é o fato de essa escola oferecer apenas até a quinta série, isso faz com que as crianças tenham que se deslocar para a cidade para cursarem o resto do ensino fundamental e o médio, reforçando a ideia da dualidade subordinada entre o campo e a cidade, como se não fosse possível completar os estudos no meio rural. Aliás, a fuga da juventude do meio rural para o urbano é um problema antigo que é, também, reproduzido nos assentamentos em geral.

[...] nós temos uma escola no assentamento, é diferente de lá da cidade, para começar, nós queremos que seja até o terceiro ano do colegial, porque tem muita gente aqui que poderia estudar ali, jovens com vinte anos, dezenove, nós; eu mesmo que sou mais velho eu ia estudar se tivesse da sexta em diante, eu ia, mas já não tem. Por que? Tem quinta

série, deu quinta série, a criança tem que ir para a cidade, entendeu? Então é complicado. Porque o povo daqui não é diferente do povo da cidade, que veio da cidade também, a maioria veio da cidade. Agora, muita gente mudou a mentalidade, não todo mundo, mas uma grande porcentagem tem uma visão, assim, no sentido de que aqui é melhor, é um lugar que você achou e aqui... e quer o necessário para ele. "Eu, ganhando para mim viver aqui de boa a minha vidinha"⁸².

Sobre a falta de apoio e iniciativa da comunidade:

E aí a primeira coisa era se unir aos pais, chamar todos, chamar a comunidade, falar: "Olha, a gente não sonhou com essa escola? Então vamos fazê-la funcionar antes que a prefeitura venha aqui e feche de novo, não é?" E aí ... Aconteceu? eu não consegui ajuda. Não tive ajuda. E tinha projeto, tinha mil coisas. Só para você ver como falta mão de obra, como falta companheirismo, a gente tinha o projeto de uma hortinha, pequenininha, uma hortinha. E aí tem [...] para a escola, minúsculo, a gente tinha a proposta de, se não tiver essa horta, com os legumes e tudo mais, mais pelo menos banana e mandioca, e depois, essa mandioca [...] visse o que iria fazer, além da merenda escolar que tirasse dali, talvez vendesse as próprias bananas e deixasse um recurso para a escola fazer alguma coisa para as crianças [...] não precisa ser "a" horta. Eu não achei um pai para me ajudar. Tem noção? Um pai! Quanto menos um que não é pai [...]"⁸³.

Embora se verifiquem algumas tentativas no sentido contrário às posições individualistas, elas são barradas pelos valores da sociedade de consumo que ressurgem e que são fortalecidos pelos meios de comunicação, como lembra Scopinho (2012). Por esse motivo, os espaços coletivos do assentamento deixam de ser ocupados pelos assentados. Em entrevista, um assentado contou-nos que houve algumas tentativas de se organizar uma festa junina no barracão que fica ao lado da escola e pertence a uma área coletiva do assentamento, mas a falta de apoio dos assentados e os conflitos com uma igreja evangélica que fica na mesma área impediram a realização. Atualmente, essa área coletiva, com exceção dos arredores da escola, está coberta de capim com aproximadamente dois metros de altura e já foi queimada duas vezes nos últimos anos, sendo que o fogo atingiu parte da produção dos lotes ao redor.

Em nossas visitas no assentamento, presenciamos um fato bastante explicativo da falta de controle dos assentados sobre os próprios espaços coletivos do assentamento: circulava um documento de pedido ao Incra de concessão de uso de uma área destinada a construir um poço para uso da escola. No entanto, estava sendo barrado pelos técnicos responsáveis em repassar o

⁸² Fala de Ronaldo, 29/05/2014.

⁸³ Fala de Adijane. Entrevista realizada 20/09/2013.

documento contendo as assinaturas das famílias, devidamente registrado em cartório, ao Incra, pois este documento seria inadequado (por ser uma folha de caderno) e antigo (as assinaturas foram colhidas há, aproximadamente, dois anos). Dessa forma, os assentados teriam que se organizar e elaborar outro pedido com assinatura das famílias e registrar em cartório novamente. Esse mesmo processo era necessário para a implantação de um outro projeto que o assentamento fora contemplado. Trata-se de uma academia ao ar livre. Apesar dos equipamentos e verbas já estarem disponíveis e do interesse dos assentados em receber o projeto, ele não era implantado pelo mesmo motivo.

Os espaços de cultura e lazer são, praticamente, inexistentes dentro do assentamento. Nota-se novamente, nestes casos, a prevalência de soluções individuais e não coletivas ou comunitárias para suprirem tal falta. Buscam-se esses espaços na cidade ou, dentro do assentamento, os bares administrados por assentados são os principais pontos de encontro e socialização entre jovens e adultos, geralmente homens. As igrejas evangélicas também cumprem esse papel e, atualmente, representam a maioria dos assentados, são pelo menos quatro dentro do assentamento⁸⁴. Pensamos que este quadro seja muito parecido com o de um bairro de periferia urbana, seus padrões sociais e culturais são reproduzidos no assentamento.

*Então, você criaria um espaço, por que? Depende do conjunto. Então, essa questão aqui no assentamento, cultural, a questão da cultura, da comunicação, do lazer, do esporte, isso aí ficou fora do assentamento. Então, hoje são os butequinhos que estão fazendo esse papel [...]*⁸⁵.

No entanto, pudemos presenciar algumas exceções. Indagado sobre os problemas da cooperação no assentamento, um dos assentados entrevistados nos explicou que ela pode se dar também de outras formas, fora das instâncias regulares:

com relação a cooperação, ela tem acontecido de um outro nível, então, acontece aqui... Todas as pessoas são cooperadas, ligadas a uma cooperativa e tudo mais, mas talvez hoje, as cooperativas, elas pensem mais na produção, produção de alimentos. A produção cultural cada um tem feito de várias formas. Eu mesmo, na minha casa aqui, eu tenho valorizado mais a agroecologia e os sistemas agroflorestais. Em espaços que eu vou eu promovo esses momentos de confraternização, por exemplo, quando eu recebo um grupo muito grande aqui, aí a gente termina fazendo no final do dia, à noite, rodas de poema,

⁸⁴ Alguns entrevistados não evangélicos, apontam as igrejas como uma das principais causas da segregação e da falta de coletividade, pois seus membros não apoiam a realização de eventos e festas que não sejam ligados à Igreja, como a festa junina que citamos acima.

⁸⁵ Fala de Ronaldo, 29/05/2014.

então, todas as pessoas que vêm, trazem seus poemas para a gente celebrar aqui roda de poema. Então, existe a cooperação dentro do assentamento, também, entre os agrofloresteiros que trocam conhecimento sobre os sistemas agroflorestais. Há vários grupos de interesses aqui, então, têm outros que se juntam mais para comercializar a produção, mas é um universo que ele é muito difícil mesmo para a gente entender, não é? Mas quando a gente está acampado mesmo, existe um tendência de as pessoas se cooperarem mais. [...]. Agora, eu estou juntando com um grupo de São Carlos que eles vão vir para cá, aí eu vou emprestar as minhas máquinas de construir esses tijolos, custa caro, os caras não têm grana para isso, aí eu tenho lá umas máquinas, dá para a gente fazer... e os caras são ecologistas como eu, querem construir sua própria casa feita de barro. Isso é mais da minha cultura também, valorizar as coisas que não tenham tanto impacto, então, a cultura caipira ela é isso, eu quero viver isso de todas as formas, tanto na minha alimentação sem agrotóxico, eu faço isso hoje muito bem, tanto na forma de eu morar na minha casa, meu fogãozinho de lenha [...]. Eu vou lá para São Carlos, ajudo os caras lá e pago a minha alimentação, toda vez que eu vou para lá, trabalho o dia todo com eles, aí, depois eles vêm aqui para a gente fazer isso também. Existe isso também nos acampamentos, nas implantações agroflorestais, os caras já perceberam que não dá, eles sozinhos, eles não conseguem implantar meio hectare de agrofloresta, tem que ser um grupo muito grande. Em quarenta pessoas, cinquenta, a gente já fez aqui uns mutirões, em duas horas, a gente implanta uma agrofloresta, em quatro horas, deixa uma área totalmente pronta; sozinho, você vai levar meses. Então, a gente se junta dessa forma. Então existe cooperação de vários níveis⁸⁶.

Kelli, neste mesmo sentido, diz que a cooperação se recria constantemente. Ao referir-se à participação dos assentados nas reuniões de coordenação no Assentamento Mário Lago⁸⁷, ela diz que não se pode esperar o mesmo ânimo e o mesmo número de pessoas do que no período de acampamento. Isso é natural, pois as pessoas têm um novo compromisso que, antes, não tinham, que é cuidar do seu lote. Mas, essas instâncias movem-se pelos novos interesses que surgem entre os assentados. A implantação de agroflorestas, por exemplo, quando passou a ser reconhecidamente uma estratégia viável de produção, voltou a movimentar estes espaços e o diálogo no assentamento.

Doze anos após a oficialização do assentamento, portanto, o Sepé Tiaraju apresenta, hoje, do ponto de vista econômico, grande heterogeneidade social entre os assentados. Isto se deve principalmente pela precariedade das políticas públicas voltadas para o setor que faz com que prevaleçam estruturas e relações econômicas que reproduzem e acentuam a desigualdade dentro

⁸⁶ Fala de Hemes, 01/07/2014

⁸⁷ Kelli é assentada no Assentamento Mário Lago, local onde realizamos a entrevista.

do assentamento. No que se refere aos aspectos culturais, a comunidade ressentida da falta de espaços e iniciativas de lazer e cultura. Da mesma forma, reproduzem-se os padrões culturais de um bairro de periferia urbana, onde, na falta de investimento público, prevalecem os bares e as igrejas como principais agregadores culturais dos indivíduos e das famílias.

4.2. CONSENSOS E DISSENSOS SOBRE OS ENCONTROS COMO ESTRATÉGIA ORGANIZATIVA

Como pudemos notar em nossas observações, o diagnóstico encontrado no assentamento encontra-se longe dos ideais e objetivos propostos e que foram sendo construídos ao longo dos Encontros, ou seja, a criação autônoma dos espaços de cultura e lazer, a orientação para o trabalho cooperado e comunitário, a criação de um padrão de sociabilidade diferente daquele encontrado em periferias urbanas - de onde vieram a maioria dos assentados -, entre outros elementos que configurariam as chamadas "recampesinação" e "ressocialização" - elementos do enraizamento - pareceram não vingar no processo organizativo do assentamento.

É importante destacar, entretanto, que o Encontro Nacional de Violeiros esteve inscrito num processo mais amplo de formação dos assentados empregado pelo MST. Portanto, é de se esperar que, sozinho, esse evento não desse conta de mudar a mentalidade dos assentados e a realidade do assentamento. Mas, isto posto, serviu como um importante campo empírico para captarmos os ideais, as expectativas e os sonhos dos assentados em relação ao futuro dos assentamentos organizados pelo MST, bem como, o tipo de apropriação que se fez da cultura caipira em relação a esse processo. Acreditamos que essa contradição entre a realidade atual e a ideal, compõe grande parte dos conflitos e dilemas vivenciados pelos assentados no dia-a-dia no assentamento.

Dessa forma, propomos neste tópico, apresentar uma reavaliação feita por alguns dos próprios idealizadores e organizadores dos Encontros de Violeiros pouco mais de uma década após a ideia inicial que os propiciaram. Destacaremos os consensos e dissensos observados por nós entre os entrevistados e, sobretudo, os desencontros observados entre os reais desdobramentos do Encontro Nacional de Violeiros e aqueles que tinham sido projetados nos depoimentos coletados no período de euforia com o sucesso do evento, como vimos no capítulo anterior.

Em nossas entrevistas procuramos coletar informações que pudessem, primeiramente, qualificar os interlocutores desta pesquisa, ou seja, identificar o "de onde se fala". Por isso, parte

do roteiro de entrevistas foi dedicado a uma breve história de vida dos entrevistados. Num segundo momento, procuramos destacar sua relação com o MST atualmente e nos período dos Encontros para verificar quais foram suas contribuições e, após isso, uma reavaliação dos assentados, nos dias de hoje, sobre o processo dos Encontros, para compreendermos seu ponto de vista e o significado que eles atribuíam ao evento como estratégia organizativa.

Os dissensos encontrados não puderam ser totalmente explorados devido ao número limitado de entrevistas e nem podem ser claramente definidos, mas tentamos caracterizá-los objetivamente, pois, podemos dizer que eles interferiram diretamente nos rumos e desdobramentos dos Encontros. Acreditamos que este lapso temporal desde o fim dos Encontros pôde esclarecer em parte estes dissensos, isto é, os diferentes objetivos e expectativas e que indivíduos e grupos tinham ao valorizarem a cultura caipira em um encontro de violeiros como processo de formação.

Embora não possamos imputar apenas a esses dissensos a determinação do fim dos Encontros, esta é uma questão importante, pois, para alguns entrevistados, o Encontro Nacional de Violeiros não acabou, apenas mudou de formato, enquanto que, para outros, encerrou-se na quinta edição. Ademais, parece consenso que a principal causa do fim dos Encontros, ou da mudança de formato, foi o fim da parceria com a Arquidiocese de Ribeirão Preto, o sítio Pau D'álho, onde funcionava o Centro de Formação Dom Helder Câmara que oferecia toda a estrutura necessária para abrigar um evento daquele porte.

Nesta reavaliação, pudemos observar três posições distintas no que se refere às expectativas e objetivos que os assentados tinham com a realização dos Encontros⁸⁸. A primeira delas demonstra uma preocupação central com a capacidade organizativa do Encontro Nacional de Violeiros. Para Kelli, este evento e todos os discursos e ideais que o envolviam era parte do processo de consolidação do MST na região da autointitulada capital do agronegócio. Estava em jogo a imagem do MST para a sociedade ao seu entorno, e o êxito organizativo do Encontro, portanto, seria o principal objetivo. Graças a esta preocupação, buscaram-se, além dos apoios regionais, apoios financiamentos e parcerias, por exemplo, com a Petrobrás e o Ministério da Cultura, pois era importante atender bem as demandas estruturais e organizativas do Evento. O processo de nacionalização dos Encontros, que se deu pelo fortalecimento de sua estruturação,

⁸⁸ Todos os depoimentos que utilizaremos nesta seção são de pessoas que participaram ativamente da construção do Encontro Nacional de Violeiros, ocupavam cargos na direção regional, estadual ou nacional do MST. Todos, hoje, são assentados na região e a maioria pertence ainda à militância do Movimento.

pelo seu crescimento, pela participação de integrantes de outras regionais e por uma participação maior da direção estadual e nacional, também parece ser resultado desse esforço.

Em geral, todos os entrevistados reconheceram o êxito no processo organizativo do Encontro Nacional de Violeiros. Esta situação contrastou positivamente com a experiência anterior em organização de eventos promovidos pelo Movimento na região, como nos explicou um de nossos entrevistados:

[...] nós não tínhamos experiência nenhuma em organização de eventos, a experiência que nós tínhamos em organização de eventos aqui na região, quando o MST chegou aqui, foi muito traumática. Decepcionante! Fizemos uma festa em Franca [SP] chamada Olimpíadas da Reforma Agrária e saímos com um prejuízo financeiro e político muito grande. O financeiro, talvez, tenha sido nem tanto, porque a gente ao longo dos anos foi pagando essas dívidas, mas o político foi muito desgastante, porque deu tudo errado, praticamente, muito errado, mas era uma militância que estava aqui em Ribeirão Preto, muito engajada⁸⁹.

Ainda sob a ótica dessa perspectiva, como dissemos anteriormente, considera-se que os Encontros não acabaram. Os novos Encontros de Violeiros exportados para outros assentamentos e acampamentos representam não só um desdobramento, mas uma continuidade, e comprovam sua capacidade organizativa pois foram resultado da experiência de assentados, acampados e dirigentes de outras regionais na participação do Encontro Nacional, nas oficinas, principalmente. Da mesma forma, a transferência do Encontro Nacional para outros lugares não seria um problema pois estaria cumprindo seu papel de propagar a imagem do movimento, onde quer que fosse⁹⁰.

Segundo uma de nossas entrevistadas, assentada da região:

[...] nós consideramos que ele [o Encontro Nacional de Violeiros] não acabou, só se transformou, tanto é que agora voltou esse Encontro. E a razão de ter parado aqui em Ribeirão é por essa mudança de estrutura, porque nós saímos de lá do Pau D'álho. Claro, nós podemos tentar: "Vamos fazer um encontro aqui?", só que não é só o lugar para você montar palco, e tal, é também a logística anterior, então um alojamento para receber as pessoas para as oficinas, as pessoa vem de outras regiões, um espaço adequado para

⁸⁹ Fala de Hemes. Entrevista realizada 01/07/2014.

⁹⁰ Obtivemos informações de que o VI Encontro Nacional de Violeiros estaria sendo organizado para acontecer ainda neste ano (2014) na cidade de São Paulo. Estão à frente da organização a direção nacional e estadual do Movimento. Será em formato parecido com o IV Encontro e, junto com o evento, haverá uma feira da reforma agrária. Esta parece ser um evidência de que esta proposta que privilegia o Encontro de Violeiros em seu aspecto organizativo como propagador da imagem do Movimento foi a que teve os desdobramentos mais bem sucedidos se comparada com a outras duas que apresentaremos a seguir.

*receber os violeiros, um espaço para as pessoas fazerem as refeições coletivas, enfim, lá no Encontro de Violeiros, tinha Encontro que a gente fazia, além das refeições para venda, refeições para atender o público das pessoas que vinham do MST, quinhentas refeições, então era tudo muito grande. Então não adianta pensar assim, um assentamento, um acampamento, eles não têm a mesma estrutura para poder receber, tanto que o Movimento em nível nacional propôs: "O Pau D'álho, vocês estão devolvendo, vamos pensar o Encontro de Violeiros em outro lugar?" A gente super aceitou. Falamos: "É isso mesmo, o importante é que o Encontro de Violeiros não morra", não é? E para nós, acontecer aqui ou acontecer em São Paulo é a mesma coisa. E futuramente a gente gostaria também de fazer alguma coisa aqui em Ribeirão, mas para isso a gente tem que estar um pouco mais estruturado*⁹¹.

Outra ordem de preocupações e expectativas quanto aos objetivos do Encontro pode ser encontrada na fala de um dos entrevistados, Hemes. Esse assentado, assim como os outros que entrevistamos participou ativamente desde a concepção do Encontro de Violeiros e foi uma peça chave no diálogo e relacionamento com os violeiros. Sua experiência em acampamentos do MST na região fez com que percebesse que, embora a música caipira fosse muito apreciada na região, sentia-se certa vergonha em assumir-se violeiro ou mesmo apreciador de viola caipira. Então, Hemes foi construindo a ideia de "devolver a música caipira para a população" de uma forma diferente daquela dada na indústria cultural. Para isto foi decisiva a sua experiência de comunicador cultural. Antes de ser assentado, ele esteve envolvido na construção da Rádio Poste no assentamento Mário Lago, outra experiência cultural do Movimento entre os assentados da região⁹².

Em nossa conversa ficou evidente a sua preocupação central com a questão cultural. Importava primordialmente a qualidade das apresentações ao público e o bom relacionamento do Movimento com os violeiros. Por isso, a estruturação do Encontro era vista como bem-vinda na medida em que melhorasse a qualidade musical e o atendimento aos artistas que se apresentavam. Para ele, o objetivo do Encontro era o de "devolver" a música caipira de qualidade ao povo da região que se identificava com essa cultura, sobretudo, para os acampados e assentados. Como vimos, esse objetivo enquadra-se no debate iniciado pelo MST na região sobre a questão cultural do tipo de ocupação da terra. Em suas palavras:

⁹¹ Fala de Kelli. Entrevista realizada em 25/06/2014.

⁹² Sobre esta experiência podemos encontrar informações em Firmiano (2009).

Quando conversei com Pereira [da Viola] a possibilidade de fazer isso tudo, ele também sonhava – quando começaram aparecer esse número grande de violeiros – em devolver a música caipira para o povo de uma forma diferente do que fazem os grandes artistas, entre aspas, os que estão na grande mídia, assim, que é apenas explorar, ganhar uma grana com uma música de má qualidade. Eu costumava chamar a música sertaneja de "neosertanojo". Acho que não é isso que o povo caipira gosta. Ficou provado isso, porque as pessoas gostavam muito de... estavam ligadas mais com a cultura caipira através da cultura do montar a cavalo, diferente dessa coisa do rodeio de Barretos, então, as pessoas gostavam muito. Quem frequentava esses espaços eram os carreiros de boi, tudo mais, e a gente foi vendo um público totalmente diferente. Os violeiros que apareceram, eles também sacaram que não era a linha deles ali. Tinham muitos, até que iam lá, mas esses caras não se atreveram a subir no palco para misturar o neosertanojo com a verdadeira viola caipira.

[...]

Mas o bacana foi isso, envolvemos um monte de gente pensando em como ampliar o Encontro, "Como melhorar?". Mas também tinha outra vertente que já discutia também: "O Encontro está se popularizando demais, está ficando um mega evento". Eu não sei se isso, se a estruturação do Encontro também foi boa ou ruim, eu avalio que foi boa. Qual o problema de a gente montar um espaço que seja mais gratificante para todo mundo? Com camarim? Montamos um camarim, que é espaço só dos violeiros para eles descansarem, com alimento, com tudo, ficarem a vontade. Tinham alguns questionamentos sobre essas coisas. "Tem que dar o melhor", então, um grupo para cuidar deles. O cara vem de longe. A gente tinha uma estrutura que funcionava bem, e com a ajuda dos próprios violeiros na preparação da lista de apresentação⁹³.

Identificamos ainda um terceiro eixo de preocupações que alguns organizadores tinham com o Encontro Nacional de Violeiros. Para dois dos entrevistados, os Encontros não corresponderam com as expectativas que eles tinham quanto aos seus desdobramentos específicos para o processo organizativo dos assentados da região. Como vimos, a falta de espaços de cultura e lazer dentro dos assentamentos e a falta de autonomia e de auto organização representam hoje um problema para aqueles assentados que ainda compartilham os ideais do Movimento. Para eles, o crescimento e a forte estruturação dos Encontros representaram uma guinada em relação ao projeto inicial e fizeram com que se perdesse, em parte, a finalidade de se criar simplesmente um espaço de confraternização, convivência e celebração entre os acampados⁹⁴ e assentados, independentemente do tamanho ou da qualidade. Esta era a preocupação central para eles.

⁹³ Fala de Hemes, 01/07/2014.

⁹⁴ No período do primeiro Encontro, o atual Assentamento Mário Lago ainda era um acampamento.

R: [...] então, o que acontece? Quando a coisa é simples, porque nós íamos trabalhar de graça. O que era o bom depois da festa? Reunia todo mundo, tomar uma cervejinha depois. Ninguém ganhava nada. Então, você faz uma festa, aí as pessoas que ajudaram, chega depois, acabou a festa, trabalhamos para caramba, agora nós vamos festejar. Então, todo mundo compartilha, entendeu? O primeiro, mais ou menos, aí o segundo, já davam umas fichinhas para um, regulavam, para outros, o pessoal que ia ajudar, e tal. Então, por aí, você já começa a diferenciar. [...] eu acho que quem mais fez aquela festa foram os voluntários, para não ganhar nada. Aquilo ali teve um fim. Eu lembro que a primeira festa, nós compramos uma [pickup] Fiorino para o Movimento, porque nós fazíamos entregas de produtos orgânicos.

F: Com o lucro da festa?

R: Com o lucro da festa. Porque? Porque deu resultado⁹⁵.

Para esse assentado, antes do nível organizativo e da qualidade musical, importava aquele espaço como satisfazendo uma demanda prática dos acampados e assentados naquela época, um espaço de cultura e lazer, de convivência e de aprendizado - isto, inserido nos moldes organizativos do MST - além dos possíveis resultados financeiros. Dessa forma, o crescimento e a forte estruturação do Encontro fez com que se perdesse uma das características mais importantes para ele, o caráter popular do evento que possibilitasse o acesso de todos. Para outro interlocutor, Paulo, partidário desta opinião, a idéia de "simplicidade" representava os valores que o MST deveria transmitir para seus acampados e assentados, no Encontro, com o intuito de se contrapor à lógica espetacular e consumista da festa. Este objetivo, como vimos no capítulo anterior, era um dos pilares dos discursos que envolviam o Encontro Nacional de Violeiros e, na visão desses assentados, foi ficando mais distante conforme avançou seu processo de nacionalização.

Acreditamos que esta reflexão pôde ser encaminhada por esses assentados - e então dirigentes - não só devido a sua origem rural, mas também, devido a sua visão compartilhada com o Movimento sobre ideal de recampesinação que era uma importante diretriz organizativa no período.

Um debate importante que surgiu entre os organizadores, fruto desses dissensos, foi em relação ao tipo de música que poderia ser tocado no evento. Alguns defendiam que deveriam se apresentar apenas violeiros, contemplando toda a diversidade possível dentro do universo da

⁹⁵ Fala de Ronaldo, 29/05/2014.

viola caipira⁹⁶, pois o objetivo era o de divulgar a música caipira de qualidade atendendo às demandas de expectadores e violeiros que não podiam ser alcançadas por meio da indústria cultural. Outros defendiam que se apresentassem, também, outros estilos musicais, como o rap, atendendo a uma diversidade maior de gostos musicais dos acampados e assentados, principalmente dos jovens. A primeira proposta foi a que se concretizou.

Vejamos as duas opiniões transcritas nestes trechos:

Alguns questionavam dizendo que virou um megashow. "Não. Vamos dar uma qualidade melhor para os artistas aqui, vamos colocar um palco bonito? Qual o problema? Se temos condições de fazer, vamos fazer!" Alguns questionaram que aquilo virou um megaevento, tudo mais, que era big-estrutura. Aí que já queria mesclar com música popular, com Rock, com samba. Falei assim: "Não, isso aqui é um encontro de viola caipira, se quiserem fazer um outro tipo de evento, façam em outro lugar, mas eu não vou me sujeitar a isso". "Não, porque tem que valorizar...", "Mas estamos valorizando a viola caipira". Nisso, houve um desgaste interno. Alguns já não estavam nem a fim de levar o... queriam já que o evento fosse levado para outro lugar. Nós não temos pernas para isso, mas o lance é que o grupo queria mudar, misturar com rap, não, nada a ver, nós fizemos muito esse debate também⁹⁷.

[...] você quer formar as pessoas, quer criar uma identidade? Então você vai ter que criar com quem você tem. Agora, você não tem um tipo de gente específica você tem vários tipos de indivíduos, vários tipos de costumes, de jeito.

[...]

São eles que vão no Encontro de viola para ajudar lá. Então, tem que ter o espaço deles também. Então, vamos fazer um encontro de rap, não tem problema. É isso que a gente tem que entender, porque o cara do funk, ele vai no encontro sertanejo, ele vai lá na roda dos caipiras e é bom isso, é rico isso. Agora, a gente não pode trabalhar com um povo específico. Não, nós vamos fazer um encontro de caipira, de caipira! Agora, "Nesse espaço aqui que é um espaço caipira, não pode ter outro tipo de coisa?", mas nós podemos apoiar outro tipo de espaço lá porque aquele espaço é isso... Aí, quem quer ouvir isso vai para esse espaço. Tem esse espaço. É rico esse espaço, não é? [...] Acho que um pouco é entender o quê que cada coisa dessa representa, não é? A moda caipira, a moda de viola representa o caipira. Nós temos os caipiras na cidade também, mas tem o roqueiro aqui também, nós temos o rapper aqui, nós temos o funkeiro aqui e vivemos

⁹⁶ Essa diversidade esteve presente nas apresentações e surpreendeu muitos participantes que não conheciam todas as possibilidades da viola.

⁹⁷ Fala de Hemes, 01/07/2014.

*juntos, então, nós somamos. Tem que fortalecer um ou outro? Nós temos que entender, entender através da nossa mensagem*⁹⁸.

Nestes dois últimos depoimentos podemos identificar, ao tratarmos de um assunto específico, as três posições que caracterizaram os dissensos entre as expectativas que se tinham dos Encontros: 1) a preocupação com a estruturação, organização e a nacionalização dos Encontros, independentemente do local onde seriam realizados; 2) a preocupação com a qualidade musical e com o relacionamento entre Movimento e violeiros; 3) e a preocupação com o retorno do Encontro para os assentados em termos de cultura e lazer, independentemente da qualidade e estrutura. Por causa desses conflitos, alguns deixaram de participar ativamente da organização. Uma das questões levantadas por nós para os entrevistados foi o por quê acabaram os Encontros; confirmamos que esses conflitos aparecem sim entre as causas, mas não podem ser considerados determinantes. O fim da parceria com a Arquidiocese e a oficialização do assentamento - e junto com ela, a necessidade de se cuidar do lote - aparecem como causas igualmente importantes.

Entretanto, esta reavaliação feita pelos entrevistados mostrou, também, muitos consensos. Um deles refere-se à real importância que esse evento teve no processo de consolidação do MST nessa região dominada pelo agronegócio. A valorização da cultura caipira estabeleceu um diálogo positivo não só com a comunidade no entorno do assentamento, mas também entre a direção do Movimento e os próprios acampados e assentados que se envolveram na construção dos Encontros. Hemes, sobre a relação do público com os assentados no Encontro, disse:

Porque fez com que muita gente viesse para o MST. Quando as pessoas chegavam lá no espaço, a gente fez questão de encher de bandeira, tinha essa discussão também, "A gente coloca ou não coloca bandeira?", "Não, vamos colocar a nossa cara aqui, as pessoas vêm aqui no espaço do MST, não é?". As pessoas foram vendo o MST na região de Ribeirão Preto com outros olhos. Isso foi um ganho positivo muito grande, de mostrar, nós estamos ocupando espaços que estavam vazios, que não devolviam cultura para ninguém. Então foi muito gratificante para nós, isso valorizou muito o Movimento Sem-Terra. Em todos os espaços, quando falava-se no Encontro de Violeiros de Ribeirão Preto, todo mundo: "Nossa, aquilo foi bacana". Então, em vários lugares a gente ouvia: "Puxa, foi bacana". Eu vi que fulano foi lá e gostou muito daquilo". Sempre que eu estou na cidade, praticamente, todas as vezes que eu estou na cidade: "Olha, vocês vão fazer

⁹⁸ Fala de Ronaldo, 29/05/2014.

*ainda aqueles encontros de violeiros? Quando que vai ser o próximo?" O povo da cidade mesmo, os barraqueiros e tudo mais, se beneficiavam disso também [...]*⁹⁹.

Além do combate ao preconceito em relação aos acampados, o Encontro de Violeiros fortaleceu um debate sobre a questão social, cultural e ambiental que envolve o tipo de ocupação da terra. Este tema encontrava-se completamente abafado pela propaganda e hegemonia do agronegócio na região, que pressupunha a impossibilidade de outro tipo de ocupação do solo. Este debate foi importante, inclusive entre os próprios assentados e acampados, pois questionou em alguma medida a visão já naturalizada do "rural sem gente" - para usar uma expressão de Hemes -, como se não fosse possível manter uma vida digna ou conciliar produção de alimentos e preservação ambiental e, ao mesmo tempo, produzir cultura e conhecimento no meio rural dito "moderno". Atualmente, a crescente pesquisa e implantação de agroflorestas entre os assentados da região é uma realidade que reverbera, na prática, para este questionamento.

Na fala de Kelli, dirigente do Movimento desde o princípio de sua entrada na região, verificou-se que este debate foi uma questão fundamental para o processo de consolidação do MST na região:

*Bom, a gente foi então entrando um pouco nessa pesquisa, quando eu falo pesquisa é uma coisa bem prática mesmo, porque para a gente se estabelecer na região, a gente tinha três pilares fundamentais: um é a luta pela terra, a gente tinha que organizar as famílias, fazer as ocupações de terra; o outro, era a luta ambiental, que daí envolve uma articulação com a sociedade; e o outro era a própria luta cultural, para poder enfrentar esse poder simbólico. Na região, para citar alguns exemplos, era muito forte as campanhas da Abag, a Associação Brasileira do Agronegócio, tentando vincular a ideia de que a vida de todo mundo depende o agronegócio, e tal. Bom, aí, o Encontro de Violeiros, ele nasceu nesse contexto como uma forma de contrapor o agronegócio no campo cultural, e aí tentando resgatar e valorizar a chamada cultura popular, a cultura caipira e também valorizando as manifestações culturais que a gente tem nos próprios acampamentos e assentamentos [...]*¹⁰⁰.

Dentre os legados positivos do Encontro Nacional de Violeiros, pudemos confirmar, também, sua grande contribuição para o processo geral de consolidação e valorização da viola caipira no Brasil. No capítulo anterior, vimos num depoimento esclarecedor de Ivan Vilela, que a viola caipira passava por um processo de revitalização, ou seja, de valorização comparada com o

⁹⁹ Hemes, 01/07/2014.

¹⁰⁰ Kelli, 25/06/2014.

longo período em que ficou esquecida e associada ao rural atrasado e fadado a desaparecer. Percebemos que esse processo ainda está em curso e o Encontro Nacional de Violeiros do MST foi uma importante etapa. Ao juntar algo em torno de dez mil pessoas, esse foi considerado, como nos disse Hemes, o maior evento nacional nesse formato e passou, com isso, a valorizar o currículo e o cachê de muitos violeiros participantes. Paralelamente a isso, revelou novos violeiros e redescobriu alguns antigos que estavam esquecidos e já longe de trabalhos com a viola. A principal materialização deste processo foi a criação da ANVB, que foi propiciada pela relação criada entre alguns violeiros e o MST e representou um ganho em organicidade para a categoria. Quem participou, testemunhou um processo real de valorização da viola e dos violeiros proporcionado pelo Encontro.

*[...] eu percebi que, a partir daqueles Encontros começou a aparecer um monte de encontros de violeiros pelo Brasil afora, e vários, aqui em São Paulo mesmo, muitos outros lugares; em outros estados brasileiros também surgiram um monte de encontros, mas eu não consegui participar de nenhum outro fora. Mas acredito que a viola caipira ela começou a tomar um outro rumo, e aí aquelas pessoas no início, quando nós conhecemos, quando eu particularmente fui conhecer a viola caipira, que tinham a viola escondida atrás da porta, opa, agora, estava na frente da sala. Você entra e fala: "Opa, tem violeiro na casa", então as pessoas passaram a se identificar mais com a cultura. Isso para nós no MST foi muito gratificante a gente possibilitar isso [...]*¹⁰¹.

Abriram-se novos espaços para a valorização da viola. Um ano após o sucesso do I Encontro, surgiu o Festival "Viola de todos os Cantos" da Rede Globo de Televisão, divulgado nacionalmente e que neste ano de 2014 vai para a sua 13ª edição. Embora fosse pensado em um formato completamente diferente dos Encontros do MST - e muito criticado por isso -, não podemos deixar de pensar na influência de um sobre o outro. Houve ainda os encontros "filhos" do Encontro Nacional que ocorrem em acampamentos e assentamentos do MST em outras áreas. Podemos citar alguns deles:

[...] na nossa visão, os Encontros de Violeiros nunca foram um espetáculo, sempre foram uma construção que trazia acúmulos políticos, organizativos para os dois lados, tanto para os violeiros como também para os Sem-Terra, sejam acampados, assentados, e não só daqui, mas de outras regiões, tanto é que tiveram outros pequenos Encontros de Violeiros em outras regiões. Teve no Pontal. A gente conseguiu influenciar para que a folia de reis lá da região de Promissão se estruturasse. A própria folia de reis que é daqui

¹⁰¹ Hemes, 25/06/2014.

da região, do Mário Lago, ela deu uma impulsionada a partir dos Encontros de Violeiros, tem até hoje, chama folia de Reis Assentamento Mário Lago, também daqui da comunidade. Então a gente acha que o Encontro produziu bons frutos [...] ¹⁰².

A viola passou a acompanhar de forma sistemática os eventos do MST, como no último (VI) Congresso Nacional do Movimento em Brasília, quando todas as noites eram acompanhadas de rodas de viola. Também, "[...] aconteceu um mutirão de cantoria lá na ENFF e esse mutirão de cantoria foi entre artistas do MST, o pessoal ligado à cultura popular e também, os violeiros, violeiras e violeiros"¹⁰³. Foi nesse, segundo Kelli, que surgiu a proposta de se realizar o VI Encontro.

Todos estes desdobramentos e a própria realização dos Encontros só foi possível graças a uma confluência de fatores muito específicos daquele momento. Em, primeiro lugar, como diz Scopinho (2012, p. 168), havia um clima de otimismo gerado pela primeira eleição de Lula à presidência e a elaboração do II PNRA:

Uma vez oficializado o assentamento, em setembro de 2004, foi possível operacionalizar a implantação do PDS Sepé Tiaraju por meio de projetos e ações específicas. A implantação é de responsabilidade legal do Estado, por meio do Incra-SP, e iniciou-se num momento em que o governo Lula prometia realizar a reforma agrária e procurava estreitar as relações com os movimentos sociais do campo, reestruturava os órgãos governamentais e realizava contratações de técnicos para implantar o II Plano Nacional de Reforma Agrária 2004. Dessa forma, o início da implantação do PDS Sepé Tiaraju ocorreu em um clima de ânimo [...].

Além dessa relação entre Governo e movimento social, havia, naquele período, uma militância bastante engajada no setor de cultura regional e estadual do MST¹⁰⁴ que já vinha pesquisando a cultura popular e especificamente a viola como forma de resistência. A parceria com a Igreja Católica que deu origem Centro de Formação Dom Helder Câmara, com toda a sua estrutura, foi também importantíssima. Além da estrutura oferecida pela sede da Arquidiocese, alguns interlocutores lembraram da mística que representava a enorme figueira, que se localizava no sítio, sob a qual ocorreu a concepção do Encontro. O palco era montado em frente a essa árvore e, segundo Hemes, muitas parcerias e composições musicais foram realizadas ali. Houve ainda uma influência importante da convivência do Movimento com algumas pessoas que foram decisivas na hora de se passar da concepção para a realização do Encontro. É caso do violeiro

¹⁰² Kelli, 01/07/2014.

¹⁰³ Kelli, 01/07/2014

¹⁰⁴ Alguns dos quais foram entrevistados por nós. É o caso de Kelli, Hemes e Ronaldo.

Pereira da Viola. Lançada a ideia de se realizar um modesto encontro de violeiros, foi consenso que ele foi uma das mais importantes figuras na articulação entre o Movimento e os violeiros. Neste trecho, fica bem clara a sua importância:

H: Bem, conhecemos o Pereira da Viola, já não lembro mais o ano, [...]. Convidei, então liguei para ele, e ele, "Pô, beleza, eu vou", "O que é que você precisa?", "Olha, traga um microfone, um cabo que ligue a minha guitarra, não precisa ser uma estrutura muito...", falei "Beleza." Quando conheci a música do cara, era coisa de qualidade, aí passamos a conhecer mais o Pereira da Viola, isso numa noite fria de junho. Cara, foi uma festa dançante todo mundo gostou, empolgou todo mundo, e aquela ali foi a primeira vez que ele estava se inserindo no MST.

F: Então foi você que aproximou o Pereira ali?

H: Sim. E aí nós passamos a convidá-lo mais vezes para tocar em outros espaços e ele passou a tocar mais vezes nos espaços a nível nacional, aí começamos a indicá-lo para alguns outros espaços internacionais também, Venezuela, chegou a ir para a Suíça, pela via campesina também, então começou a carreira internacional do cara, mas por conta do talento da cara, se não, não teriam gostado da música dele. E aí então, num outro dia no Sítio Pau D'álho, nós, meio oportunistas, chamamos o cara para ir tocar uma moda lá e ele foi também, e aí nós perguntamos para ele: "Ô Rapaz, você não topa, se juntar mais uns amigos seus aí, e a gente fazer aqui uma moda de viola aqui embaixo dessa figueira gostosa aqui?". E não é que o cara topou? Rapaz, uma semana depois ele me ligou, "Ô Hemes, já tem oito pessoas, oito violeiros", oito violeiros? Tudo o que a gente queria era que o rapaz trouxesse uma meia dúzia e a agente se reunisse ali e fazer uma música boa, mas tinha oito. Aí, quinze dias, "Olha, tem quinze!" Um mês depois ele disse assim, "Olha, já tem trinta, de Brasília, do Paraná, de Minas Gerais tem uns tantos, daqui de São Paulo tem tantos, do Mato Grosso tem tantos", aí foi falando. Falei "E agora? Eu sugeri para o cara vir com alguns amigos dele e o cara arranhou trinta, como é que nós fazemos agora? Isso aqui vai ser um encontro, como a coisa foi se ampliando, isso aqui vai ser um encontro muito grande"¹⁰⁵.

O processo de consolidação do MST na região passou indiscutivelmente pelo sucesso na organização desses eventos. Ronaldo, que criticou o excesso de estruturação dos Encontros, lembrou que os apoios conseguidos nas universidades, sindicatos, amigos, etc., não só os financeiros mas, principalmente os "ideológicos" vieram de um desejo dos apoiadores em verem concretizarem-se aquelas propostas do Movimento para a região, e o Encontro Nacional de Violeiros fez parte desse processo. Hoje, segundo este assentado, estes importantes apoios quase não existem mais devido à corrosão daqueles ideais que se verifica hoje nos assentamentos.

¹⁰⁵ Hemes, 01/07/2014.

O desencontro entre os discursos que envolviam os Encontros e a situação do assentamento na atualidade coloca-nos a questão de quais objetivos foram atingidos. Podemos dizer que, da forma como foi evoluindo a estruturação dos Encontros de Violeiros, alguns objetivos foram atingidos enquanto que outros, não. Acreditamos que a proposta de valorização da viola, dos violeiros e das manifestações culturais caipiras gerou muitos desdobramentos positivos. Em relação ao enfrentamento ao agronegócio, houve resultados concretos na medida em que os Encontros participaram do processo de consolidação do MST na região e geraram um importante debate ambiental, social e cultural. Entretanto, depois disso, como afirmou-nos um assentado:

Eu falo assim: "Nós construímos assentamentos com o Incra, porque somos nós que construímos o assentamento, mas depois, quem toma conta do assentamento é o Incra [...] e o capital. Vamos dizer, o pequeno, o agronegocinho"¹⁰⁶, nós temos ele aqui dentro, que são aqueles que estão aqui dentro e que exploram o trabalhador daqui de dentro"¹⁰⁷.

A percepção desse assentado sobre o agronegócio extrapola a ideia que se tem desse processo como algo geralmente externo ao assentamento e sempre grandioso. A reprodução de relações de exploração entre assentados representa para ele certo triunfo do modelo tradicional de agricultura dentro dos assentamentos de reforma agrária. A tendência continua sendo a concentração de terras e poder dentro do assentamento que é propiciada pela mentalidade e estrutura centralizadora e excludente tanto do Incra quanto das instâncias de poder existentes no próprio assentamento. Ao mesmo tempo, esse processo convive com novas experiências agroecológicas e agroflorestais, em uma tendência crescente, que torna o assentamento um modelo nestas práticas.

Essas observações valem também para pensarmos se o discurso do enraizamento foi, de alguma forma, concretizado. Como vimos no capítulo anterior, o enraizamento relacionava-se diretamente com a valorização da cultura caipira, pois tratava-se de resgatar valores de um passado ainda vivo nas memórias e familiares dos assentados inscritas no processo de desenvolvimento precário, predatório e excludente. Consideramos que a mudança da relação entre o assentamento com a comunidade ao seu entorno, que era de muito preconceito, é um dos elementos que podem estar contidos neste processo e, como vimos, foi uma experiência muito

¹⁰⁶ Essa expressão é conhecida fruto das propagandas do próprio setor sobre projetos de integração de pequenos agricultores ao agronegócio.

¹⁰⁷ Ronaldo, 29/05/2014

positiva, não só pelos apoios conseguidos - e os Encontros foram determinantes para isso -, mas também pela consolidação do Movimento na região. Hoje, a presença dos assentamentos e acampamentos é uma realidade que faz parte do cotidiano das cidades ao entorno e observamos que eles têm, inclusive, certa influência política nos municípios na região.

Ainda sobre o enraizamento, o Encontro Nacional de Violeiros fez parte de um processo formativo mais amplo do Movimento e, indiscutivelmente, gerou resultados positivos para a formação de muitos assentados na região. Ainda hoje, há conflitos no assentamento Sepé Tiaraju que expressam exatamente a contradição que fora explorada nos Encontros. No entanto, seus desdobramentos parecem não terem se concretizado em medidas estruturais para os assentados. A falta de espaços de cultura e lazer e a corrosão dos ideais coletivistas verificadas atualmente sugerem que o mínimo que se poderia esperar neste sentido não se realizou, pois a simples continuidade do Encontro de Violeiros poderia suprir, em alguma medida, tais carências.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nosso objetivo, com este trabalho, foi o de analisar os significados de um processo social recente de tentativa de valorização da cultura caipira. Fizemos um estudo empírico sobre o Encontro Nacional de Violeiros realizado pelo MST, Regional de Ribeirão Preto-SP, entre os anos de 2003 e 2009, bem como seus desdobramentos para o processo organizativo dos assentados da região. Utilizamos-nos de duas fontes de informações distintas sobre este objeto: uma documental, que se refere às entrevistas com os organizadores realizadas pela oficina de comunicação do IV Encontro, durante o evento; e outra fonte, baseada em trabalho de campo, no qual realizamos entrevistas com assentados que participaram da organização, passada mais de uma década da realização do primeiro encontro. Com a ajuda de uma bibliografia especializada, de um roteiro de questões semiestruturadas e de observações devidamente registradas em diário de campo, pudemos obter informações sobre o cotidiano e o atual processo organizativo do Assentamento Sepé Tiaraju e, também, uma reavaliação sobre os Encontros, do ponto de vista desses assentados.

No primeiro capítulo deste trabalho, realizamos um mapeamento do campo teórico sobre o qual o caipira fora analisado no pensamento social brasileiro. Vimos que na primeira metade do século XX, deu-se a construção do personagem Jeca Tatu, por Monteiro Lobato, baseada numa leitura raciológica e sanitária da realidade. Apesar do intenso debate com o folclorista Cornélio Pires, divulgador da cultura caipira, que procurou valorizá-la, a imagem depreciativa do caipira fortaleceu-se num processo histórico de rápida modernização e urbanização, o mesmo processo que fez perecer seu modo de vida. A partir de então, em diversos meios de comunicação, o caipira, seus hábitos, seu modo de vida e sua cultura rústica, figuraram de maneira jocosa e espetacularizada, associada à imagem do ridículo, da pobreza, da doença. Segundo os esquemas dualistas, o país "moderno" constituiu-se sobre a imagem de uma referência negativa: país arcaico, representado pelo caipira.

Sob este estigma, a partir dos anos cinquenta, a imagem do caipira ilustrou o debate sobre o desenvolvimento econômico nacional. O "estilo de pensamento dualista", apoiando-se em estereótipos negativos como o personagem Jeca Tatu, foi o responsável pela imagem depreciativa do caipira, associado ao atraso, ao passado rural e arcaico que deveria desaparecer diante do desenvolvimento, da modernização, do progresso. Este tipo de pensamento orientou e ainda

orienta, ideologicamente, uma concepção de desenvolvimento que foi e tem sido dominante no Brasil: um desenvolvimento excludente baseado em bases precárias e predatórias, uma "evolução cíclica, por arrancos".

Ainda, naquela década, foi elaborado pela ESP - num ambiente acadêmico em formação, baseado nos moldes institucionais europeus - um aparato conceitual e metodológico crítico ao dualismo e, desta forma, também crítico à ideologia desenvolvimentista daquele período. Para os autores dessa Escola, o moderno e o arcaico constituem-se no Brasil numa relação específica que não é a de negação - como supunha o pensamento dualista; para eles, o moderno surge sempre como desdobramento do arcaico, ou seja, passou-se a considerar a historicidade negada pelo dualismo no processo de modernização do país. Apesar dessa contundente crítica, a ideologia dualista continuou orientando a ideologia do desenvolvimento e o tipo de modernização do país, - principalmente após 1964 - que desenraizou a grande maioria de sua população, obrigada a viver migrando para manter a reprodução dos seus meios de vida.

Toda modernização agrícola no país pautou-se por esse princípio: a partir dos anos sessenta, a adoção de pacotes tecnológicos oriundos da revolução verde trouxe tecnologia para o campo, porém, manteve e intensificou a estrutura agrária extremamente concentrada, intensificou a expropriação de camponeses e de populações tradicionais, e tornou cada vez mais o setor agrícola dependente da economia internacional.

Atualmente, o agronegócio é o modelo dominante pelo qual se pauta a modernização agrícola no país e, apesar das diferentes configurações possíveis em diferentes territórios, continua a concentrar terra, gerar conflitos e mortes no campo, pressões ambientais e contra populações tradicionais. Esse setor conseguiu, por causa da pressão que exerce dentro do Estado, dar continuidade àquele tipo de modernização agrícola. Isto ocorreu, mesmo depois de um período de politização sobre a questão agrária que os movimentos sociais conseguiram alavancar, principalmente o MST e sua extraordinária territorialização no país entre os anos oitenta e noventa. Por esse motivo, o agronegócio passou a representar o principal obstáculo à luta pela terra na visão dos movimentos sociais.

Na região nordeste paulista, houve um caso proeminente daquele tipo de modernização agrícola, o qual tornou a cidade de Ribeirão Preto conhecida como a capital nacional do agronegócio. No entanto, o caráter "moderno" de sua agricultura não significou uma mudança no nível precário, predatório e excludente de seu desenvolvimento. Os ciclos do café e da cana-de-

açúcar, que dominaram a agricultura da região, foram responsáveis, ao longo dos anos, por precarizar sua força de trabalho num processo que transformou o antigo colono em boia-fria. Atualmente, os maiores grupos do ramo de produção sucroalcooleira empregam força de trabalho migrante oferecendo precárias condições de trabalho, causando problemas de saúde e mortes de trabalhadores nos canaviais, além de que são constantes as denúncias de emprego de trabalho em situações análogas à escravidão. Esses efeitos socioambientais negativos causados por este processo contribuíram, ao mesmo tempo, para a entrada e consolidação do MST na região por meio da produção um discurso ambiental, social e cultural que envolve o tipo de ocupação da terra. É neste processo de disputas que inscreveu-se o Encontro Nacional de Violeiros.

Com a força adquirida pelo agronegócio, alteraram-se as estratégias de luta do MST. A forte propaganda e apelo ideológico daquele setor ressuscitou o ideário dualista que, agora, associa este modelo ao que há de mais moderno no campo, e os movimentos de luta pela terra, à pobreza, e ao arcaísmo das relações camponesas. Para isso, utiliza-se de uma pesada propaganda salvacionista, e também da indústria cultural, que se vale de um apelo estrangeirista para se diferenciar da realidade rural brasileira. Essa força ideológica do agronegócio significou, de fato, uma maior precarização das condições de vida nos assentamentos já existentes. Com o apoio do Estado por meio da implantação de políticas baseadas no Modelo de Reforma Agrária de Mercado, contribuiu para a visão preconceituosa desses espaços. Para lidar com isso, o MST, passou, entre outras medidas, a fortalecer o aspecto cultural em sua militância como forma de enfrentar ideologicamente o agronegócio.

O Encontro Nacional de Violeiros pode ser lido como uma destas estratégias. Seu objetivo era o de criar um espaço de valorização de elementos da cultura caipira como parte de um processo formativo mais amplo para os acampados e assentados participantes. Verificamos distintas visões entre os organizadores e participantes sobre esse aspecto, mas acreditamos que, num sentido geral, buscou-se uma valorização de aspectos culturais do modo de vida caipira não enquanto folclore ou tradição passada, mas enquanto "costume", no mesmo sentido dado por Thompson (1998), ou seja, buscou-se valorizar elementos que pudessem ser aproveitados na luta cotidiana contra o agronegócio e contra uma cultura individualista e consumista imposta pelos padrões capitalistas. Partimos da hipótese de que essa luta significou a busca pelo enraizamento desses assentados entendido como um processo de recampesinação e ressocialização segundo os ideais anticapitalistas do Movimento.

Constatamos, por meio da análise dos discursos presentes em parte do nosso material empírico que a valorização da cultura caipira, no Encontro Nacional de Violeiros do MST, deu-se sob três eixos principais:

1) Valorização da viola, dos violeiros e das manifestações culturais caipiras. Nos Encontros, houve um espaço riqueza cultural e de liberdade artística proporcionadas pela vinda de violeiros e grupos culturais de todo o Brasil. Houve um esforço para se contrapor à lógica competitiva e mercadológica da produção cultural. Ademais, criou-se a ANVB, pensada para aglutinar forças e representar a categoria em todo o país.

2) Enfrentamento ao agronegócio, pela via cultural. O enfrentamento foi buscado através da valorização da "cultura de raiz", dita "autêntica", em oposição ou como alternativa à "cultura massificada". Segundo os organizadores, a cultura massificada apropriada pelo agronegócio tem grande influência, inclusive, nos assentamentos do MST. O contato positivo dos assentados com a cultura dita autêntica serviria, portanto, como um elemento ideológico para uma contraposição cultural às artimanhas do agronegócio.

3) Estratégia de enraizamento: A população que povoa os assentamentos da região nordeste paulista caracteriza-se, em geral, por sua trajetória de migração, pela passagem por trabalhos precários, pela moradia em locais urbanos, geralmente, periferias, características estas que marcaram o processo histórico de desenraizamento. Posto isto, o MST investe em um trabalho formativo de ressocialização e recampesinação dos assentados com vistas ao enraizamento dessas pessoas no assentamento. Atuaram, neste sentido, experiências vividas como a "arte do encontro", o trabalho cooperado e autogerido, que se deram nas oficinas, em contraposição à lógica competitiva, heterogerida e precarizante de trabalho. Para os organizadores, isto se tornou possível segundo a leitura de que o elo com o passado - individual ou familiar - ainda não se rompera totalmente, dadas as características históricas da modernização capitalista no campo no Brasil.

Em nossas entrevistas de campo, realizadas quase dez anos após os Encontros - outra parte de nosso material empírico - pudemos verificar que, na verdade, houve alguns desencontros entre as expectativas que os organizadores tinham quanto aos objetivos do Encontro de Violeiros. Para alguns, o objetivo central foi a forte estruturação do processo organizativo do evento, pois este representava a imagem do Movimento para a sociedade e parte da sua consolidação na região. Para outros, o objetivo principal foi a valorização da qualidade daquilo que se propunha

transmitir para o público em geral, fossem assentados ou moradores da região que se identificavam com a cultura caipira. Houve ainda aqueles que se preocuparam, fundamentalmente, com os retornos práticos que o Encontro de Violeiros poderia trazer para os assentados da região, principalmente, no âmbito da cultura e lazer no assentamento.

Concluímos que as duas primeiras propostas cumpriram em grande medida seus objetivos, pois confirmou-se a forte estruturação dos Encontros e a qualidade musical das apresentações, inclusive, com um ganho em organicidade e valorização real para a categoria de violeiros e para o movimento geral de revitalização da viola no Brasil. Porém, o diagnóstico que apresentamos no IV capítulo sobre o processo organizativo atual do assentamento Sepé Tiaraju indicou-nos que seus desdobramentos quanto à formação para a auto-organização de espaços coletivos de cultura e lazer não se cumpriram da maneira esperada para alguns dos organizadores.

Estes desencontros entre os objetivos do encontro e entre os discursos e a realidade atual nos colocaram algumas questões que tentamos responder neste trabalho: O Encontro Nacional de Violeiros enfrentou em alguma medida o agronegócio da maneira como propunham seus discursos? Foi possível um processo de enraizamento - este entendido como a ressocialização e recampesinação dos assentados? Em que medida a valorização da cultura caipira contribuiu para esse processo?

Passados quase dez anos da realização dos Encontros, pudemos notar em nosso trabalho de campo, com a ajuda de uma bibliografia especializada sobre o tema e com a ajuda dos assentados interlocutores dessa pesquisa, que a luta pela terra não termina quando se conquista o lote. Pelo contrário, novos problemas, tão ou mais importantes, emergem e são de difícil solução. Dentre eles, a falta de políticas públicas e as investidas do agronegócio agem como elementos externos e, internamente, a cultura política da heterogestão, excludente e centralizadora, e os valores individualistas, patriarcalistas, a adesão acrítica a doutrinas religiosas que não valorizam as ações de enfrentamento político, entre outros valores que constituem as trajetórias de desenraizamento dos assentados, contribuem decisivamente para a manutenção de um processo organizativo reprodutor de desigualdades entre os assentados e para a dificuldade de realização dos ideais de futuro pensados para estes espaços segundo os critérios do Movimento.

Acreditamos que nossa análise forneceu alguns elementos para pensarmos criticamente a contribuição dos Encontros de Violeiros - entendidos como uma tentativa de valorização de elementos da cultura caipira - para este processo. Os discursos que encontramos no Encontro

Nacional de Violeiros assemelham-se muito com aquele tipo de valorização dado na música caipira que Alonso (2011) chamaria de conservadora, por negar certas formas de manifestações dessa cultura. Consideramos, por isso, que o processo de valorização analisado tenha sido, de certa forma, paradoxal, pois ao mesmo tempo em que se reconhecem os elementos contestadores da cultura caipira, invoca-se uma "autenticidade" seletiva que não leva em conta seu dinamismo e suas próprias contradições, isto é, exclui os elementos dessa cultura que são conservadores e problemáticos para os objetivos buscados.

Ficou claro que a valorização da cultura caipira nos Encontros de Violeiros não buscou por uma volta ao passado, como o termo "resgate" poderia sugerir. Vimos que, para os organizadores do Encontro, este processo leva em conta que esse passado encontra-se vivo na memória e nas trajetórias de vida das famílias assentadas. Porém, acreditamos que houve certa instrumentalização de alguns elementos constituintes da cultura caipira - enquanto que outros foram deixados de lado - para serem usados ideologicamente contra o tipo de desenvolvimento hegemônico atual. Desta forma, a valorização desses elementos, romantizados, alimentou o ideal de futuro anticapitalista para os assentamentos.

O processo de crítica ao pensamento dualista realizado pela Escola Sociológica Paulista que analisamos, nos mostrou que não podemos considerar o modo de vida caipira simplesmente como reminiscências de um passado fadado a desaparecer. Pelo contrário, ele inscreve-se de maneira significativa no processo *sui generis* de como se constituiu a modernização capitalista num espaço periférico de desenvolvimento capitalista. Desse modo, a cultura caipira faz parte, intrinsecamente, daquilo que passamos a chamar de moderno, no Brasil. Isto nos fez refletir criticamente sobre nosso campo empírico pois, mais do que presente na memória e em momentos passados de uma trajetória de vida, nossa análise nos confirmou que a cultura caipira, em sua forma dinâmica e contraditória, encontra-se, inegavelmente, viva dentro dos assentamentos rurais.

Por este mesmo motivo, também, seria um equívoco considerarmos os assentamentos e acampamentos de reforma agrária como ilhas isoladas da sociedade do entorno. Esta forma de pensar é a que caracteriza o pensamento dualista reavivado pela ideologia do agronegócio como uma maneira de desclassificar esta forma de luta. Atualmente, os assentamentos e acampamentos rurais compõem a paisagem de muitas regiões, como a de Ribeirão Preto e, como vimos, incorporam e reproduzem os processos hegemônicos, seja pela reprodução dos padrões de

exploração dentro de seus territórios, seja pelo cumprimento da antiga função que exerce o campesinato precário no Brasil, de servir como sustentáculo de um desenvolvimento precário predatório e excludente, que se renova e se moderniza a cada ciclo.

Por isso, não podemos deixar de reconhecer que a cultura caipira esteja, em sua forma histórica atual, viva e atuante dentro dos assentamentos, e que faça parte das contradições internas a eles. A instrumentalização da cultura caipira, ao ser valorizada nos Encontros, refletiu uma visão específica sobre essa cultura que não é a mesma dos assentados que buscam, em meio às condições precárias, melhorias para sua condição de vida. Ela não considerou as contradições e o dinamismo que definem toda cultura e, dessa forma, distanciou-se da realidade atual e dos valores e objetivos que os assentados buscam no processo de luta pela terra.

Muitos dos problemas e conflitos internos que observamos no atual processo organizativo do assentamento refletem justamente esta contradição entre o ideal de futuro para o assentamento e as experiências de vida marcadas pelo processo histórico de desenraizamento por que passaram os atuais assentados. Acreditamos que esta seja uma das explicações para o fato de os conflitos serem mais explícitos e as contradições mais acirradas nestes espaços. Este fato nos parece uma forte evidência de que a cultura caipira esteja viva e atuante com todo seu dinamismo e suas contradições nos assentamentos de reforma agrária e, por isso, um ideal de enraizamento que apela para um passado, muitas vezes idílico, instrumentalizado, não tenha tido tantos efeitos práticos para o processo organizativo entre os assentados.

Apesar destas reflexões críticas sobre o Encontro Nacional de violeiros, reconhecemos a importância que representou para o processo de consolidação do MST na Região Nordeste Paulista por meio da sua capacidade organizativa e da criação de um vínculo mais estreito com a comunidade do entorno - elementos estes que fazem parte, também, do ideal de enraizamento buscado. Embora houvesse divergências, desencontros e contradições em seu processo organizativo, todos os nossos interlocutores lembraram com nostalgia do período de realização dos Encontros de Violeiros, da satisfação em construí-lo e de apreciá-lo como um espaço de confraternização, de cultura e de lazer, justamente, uma das maiores carências dos assentados na atualidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALONSO, Gustavo. **Cowboys do asfalto**: música sertaneja e modernização brasileira. 2011. 528 p. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

ANGELUCCI, Thalita Camargo. **O espaço da cultura na luta pela reforma agrária**: meandros do Encontro Nacional de Violeiros. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2007.

BASTOS, Elide Rugai. Pensamento social da escola sociológica paulista. In: MICELI, Sérgio (org.). **O que ler na ciência social brasileira**. São Paulo: ANPOCS: Sumaré; Brasília: CAPES, 2002, p. 183-230.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro**: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

BOGO. **Arquitetos de sonhos**. São Paulo: Expressão Popular, 2003.

BRANFORD, Sue; ROCHA, Jan. **Rompendo a cerca**: a história do MST. São Paulo: Casa Amarela, 2004.

CALDAS, Waldenyr. **Acorde na aurora**: Música sertaneja e indústria cultural. São Paulo: Editora Nacional, 1977.

CANDIDO, Antônio. Caipiradas. In: _____. **Recortes**. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2004, pp. 268-272.

_____. **Os parceiros do Rio Bonito**: estudo sobre o caipira paulista e a transformação de seus meios de vida. São Paulo: Livraria duas cidades, 1971.

CARVALHO, Horacio Martins. Política Compensatória de Assentamentos Rurais como Negação da Reforma Agrária. **Revista NERA**. Presidente Prudente, ano 7, n. 5, p. 113-122, Agosto/dezembro 2004. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/viewFile/1475/145>>. Acesso em: jan. 2014.

CAUME, David José. **O MST e os assentamentos de reforma agrária**: a construção de espaços sociais modelares. Goiânia: UFG, 2006.

DANTAS, Macedo. **Cornélio Pires: Criação e riso**. São Paulo: Livraria duas cidades, 1976.

FERNANDES, Bernardo Mançano. 27 anos do MST em luta pela terra. In: FERRANTE, V. L. S. B.; WHITAKER, D. C. A.; (Orgs.). **Reforma agrária e Desenvolvimento**: Desafios e rumos da política de assentamentos rurais. Brasília: MDA; São Paulo: Uniara, 2008, p. 27-52.

FIRMIANO, Frederico D. **A formação cultural dos jovens do MST: a experiência do assentamento Mário Lago, em Ribeirão Preto (SP)**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

GONÇALVES, José Cláudio; SCOPINHO, Rosemeire Ap. Reforma agrária e desenvolvimento rural sustentável: do ecologismo dos pobres para o ecologismo para os pobres. SEMINÁRIO INTERNACIONAL RURALIDADES TRABALHO E MEIO AMBIENTE, 2., 2013, São Carlos, UFSCar, 2013. CD-ROM.

GRAZIANO DA SILVA, José F. A agricultura e o crescimento econômico brasileiro recente. In: Curso de Extensão Universitária. **Visão agrária brasileira**. Botucatu: Outubro de 1976, p. 3-19.

HAAG, Carlos. Saudades do Jeca no século XXI. **Revista Pesquisa FAPESP**, n. 164, Outubro de 2009, p. 80-85.

HEREIDA, Beatriz; PALMEIRA, Moacir; LEITE, Sérgio P. Sociedade e economia do agronegócio no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 25, n. 74, Outubro de 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v25n74/a10v2574.pdf>>. Acesso em: jan. 2014.

IANNI, Octávio. Neobismarckismo (ISEB). In: _____. **Pensamento social no Brasil**. Bauru: Edusc, 2004a, p. 252-259.

_____. **Origens agrárias do Estado brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 2004b.

LOBATO, Monteiro. **Cidades mortas**. São Paulo: Globo, 2009a.

_____. **Mr. Slang e o Brasil e Problema vital**. São Paulo: Brasiliense, 1964.

_____. **Urupês**. São Paulo: Globo, 2009b.

MARTINS, José de Sousa. **Capitalismo e tradicionalismo**. São Paulo: Pioneira, 1975.

_____. Introdução: as coisas no seu lugar (Da ambiguidade à dualidade na reflexão na reflexão sociológica sobre a relação cidade-campo). In: _____. **Introdução crítica à sociologia rural**. São Paulo: Hucitec, 1981, p. 11-38.

_____. **O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta**. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. As hesitações do moderno e as contradições da modernidade no Brasil. In: _____. **A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala**. São Paulo, contexto, 2011, p. 17-49.

MICELI, Sérgio. Condicionantes do desenvolvimento das ciências sociais no Brasil. Em: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, vol. 2, nº 5, outubro de 1987.

MST. **Mística: uma necessidade no trabalho popular e organizativo**. São Paulo, Março de 1998 (Caderno de formação n. 27).

_____. **XVII Encontro Estadual do MST**. Iaras, dezembro de 2001 (Textos para estudo e debate).

OLIVEIRA, Allan de Paula. **Migulin foi pra cidade ser cantor: uma antropologia da música sertaneja**. Florianópolis, 2009. Tese (Doutorado em Antropologia) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2009.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. **Agricultura brasileira: as transformações recentes**. São Paulo: SPM/CEM, 1994.

_____; STEDILE, João P. **A natureza do agronegócio no Brasil**. Publicação da Via campesina, maio de 2005.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista / O ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. Do caipira picando fumo a Chitãozinho e Chororó, ou da roça ao rodeio. **Revista USP**, São Paulo, nº59, set./nov. 2003.

ORTIZ, Renato. Notas sobre as ciências sociais no Brasil. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 27, jul. 1990, p. 163-175.

ORTIZ, Renato. Octávio Ianni: a ironia apaixonada. In: IAMAMOTO, Marilda Vilela; BEHRING, Elaine Rosseti (Orgs.). **Pensamento de Octavio Ianni: um balanço de sua contribuição à interpretação do Brasil**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009, p. 43-54.

PEREIRA, João Márcio Mendes. Neoliberalismo e lutas camponesas no Brasil: Contestação e resistência à Reforma Agrária de Mercado do Banco Mundial durante o governo FHC. In: FERNANDES, B. M.; MEDEIROS, L. S. de; PAULILO, M. I. (orgs.). **Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas (vol. 2): A diversidade das formas das lutas no campo**. Brasília: NEAD; São Paulo: UNESP, 2009, p. 279-302.

PIRES, Cornélio. **As estrambólicas aventuras de Joaquim Bentinho – O Queima-campo**. Itu: Ottoni, 2004.

_____. **Conversas ao pé do fogo: estudinhos – costumes – contos – anedotas – cenas da escravidão**. Itu: Ottoni, 2002.

PRADO JR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo: Colônia**. São Paulo: Brasiliense / Publifolha, 2000 (Coleção Grandes nomes do pensamento brasileiro).

RAMOS FILHO, Evaldo da Silva. De pobre e sem-terra a pobre com-terra e sem sossego: territorialização e territorialidades da reforma agrária de mercado (1998-2006). In:

FERNANDES, B. M.; MEDEIROS, L. S. de; PAULILO, M. I. (Orgs.). **Lutas camponesas contemporâneas (vol. 2):** A diversidade das formas das lutas no campo. Brasília: NEAD; São Paulo: UNESP, 2009, p. 247-278.

RIBEIRO, Carlos Antônio Costa. Mobilidade das estruturas de classe no Brasil. **Comunismo Selvagem**, Abr./Jun, 2003. Disponível em: <<http://www.insightinteligencia.com.br/21/PDF/1121.pdf>>. Acesso em jan. 2014.

RIBEIRO, Eduardo Magalhães. “As histórias da terra do Jequitinhonha e Mucuri” Em: Lembranças da terra: Histórias do Mucuri e Jequitinhonha. Contagem: CEGRAC, 1995.

RIDENTI, Marcelo. **Brasilidade revolucionária:** um século de cultura e política. São Paulo: UNESP, 2010.

SANTOS, Ricardo Augusto dos. Lobato, os Jecas e a questão racial no pensamento social brasileiro. **Achegas.net - Revista de Ciência Política**, n. 7, mai. 2013. Disponível em: <http://www.achegas.net/numero/sete/ricardo_santos.htm>. Acesso em: Jan. 2014.

SEVERI, Fabiana C; PINTO, José Marcelino R. de. Experiência, Memória e Luta dos Assentados do Sepé Tiarajú em torno da Produção Orgânica e Agroecológica. ENCONTRO NACIONAL DA ANPPAS, 5., 2010, Florianópolis. ANAIS. Disponível em: <<http://www.anppas.org.br/encontro5/cd/artigos/GT2-631-648-20100903221129.pdf>>. Acesso em ago. 2014.

SCOPINHO, Rosemeire. **O Processo organizativo do Assentamento Sepé-Tiaraju-SP:** o sentido da cooperação. Ribeirão Preto, 2009 (Cartilha publicada por Grupo de Pesquisa Trabalho, Organização Social e Comunitária DPsi/UFSCar; Centro de Formação Sócio-Agrícola Dom Helder Câmara - Ribeirão Preto/SP; MST).

_____. **Processo organizativo de assentamentos rurais:** trabalho, condições de vida e subjetividade. São Paulo: Annablume, 2012.

_____. Sobre a cooperação e cooperativas em assentamentos rurais. **Revista Psicologia e Sociedade**, Porto Alegre, vol. 19, n. spe., 2007, p. 84-94. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v19nspe/v19nspea12.pdf>>. Acesso em: Jan. 2014.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças:** cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **Errantes do fim do século.** São Paulo: Editora Unesp, 1999.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

WEIL, Simone. **O enraizamento.** Bauru: EDUSC, 2001.

WHITAKER, Dulce C. A. **Sociologia Rural**: questões metodológicas emergentes. Presidente Venceslau / São Paulo: Letras à margem, 2002.